



UEMA

RAIMUNDO RÉGINO TAVARES CHAVES

FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

morfologia e formação de um território negro do século XIX em São Luís/MA

FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: MORFOLOGIA E FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS/MA

Raimundo Régino Tavares Chaves

2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RAIMUNDO RÉGINO TAVARES CHAVES

**FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: MORFOLOGIA E
FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS/MA**

SÃO LUÍS

2019

RAIMUNDO RÉGINO TAVARES CHAVES

**FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: MORFOLOGIA E
FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza.

Co-orientadora: Prof. Camila Bezerra de Carvalho.

SÃO LUÍS

2019

Universidade Estadual do Maranhão. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA

C512f

CHAVES, Raimundo Régino Tavares.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição: morfologia e formação de um território negro do século XIX em São Luís/MA. / Raimundo Régino Tavares Chaves. – São Luís, 2019.

100 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza.

1. Território negro. 2. Morfologia. 3. Produção de cidade. 4. Urbanismo. I. Título.

CDU: 728.6(812.1)

Elaborado por Diógenes de Andrade CRB – 13/891

RAIMUNDO RÉGINO TAVARES CHAVES

**FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: MORFOLOGIA E
FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza.

Co-orientadora: Prof. Camila Bezerra de Carvalho.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza (Orientador)

Doutor em Urbanismo

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Profa. Camila Bezerra de Carvalho (Co-orientadora)

Especialista em Preservação e Restauração do Patrimônio Edificado

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Me. Paulo Eduardo Silva de Vasconcelos

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

AGRADECIMENTOS

Este foi um trabalho que me exigiu bastante física, intelectual e emocionalmente durante os quase quatro meses de produção e não teria conseguido se não fosse pelas pessoas que citarei, mais à frente. Obrigado!

Aos meus orientadores, Alex e Camila, pelos ensinamentos neste semestre, pelas dicas e conversas. Agradeço por me fazer encontrar um caminho para este estudo que ainda nem sabia o que viria a se tornar.

Ao IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Maranhão, pelo fornecimento de bibliografia e informações que enriqueceram e detalharam este trabalho.

Ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo SOLAR, por me fazer entender que não existe uma forma única de atuação enquanto arquiteto e por ampliar as possibilidades, e abrir minha mente política e socialmente.

Às amigas, Stella, Lorena, Nathália, Emylle, Érika, Raiane e Jessica, pelas trocas e suporte mútuas em diversos momentos. Principalmente porque passamos por esse processo ao mesmo tempo, lidando com frustrações e celebrando cada novo avanço. Sem vocês nem sei se teria forças pra terminar.

À Ana Paula, Ed e Larissa; tem coisas que só a gente consegue entender e só vocês podiam me dar um feedback à altura. Obrigado por acreditarem no meu potencial, por serem tão incríveis e por serem minhas referências pra vida.

E por fim agradeço à minha família, principalmente por me dar espaço e entender que tinha muito trabalho e pouquíssimo tempo. Obrigado pela compreensão.

RESUMO

Costuma-se apreciar, glorificar e entender o legado patrimonial a partir da história de um povo, seus costumes e suas contribuições. Ao se falar de Arquitetura e Urbanismo, principalmente da produção do espaço urbano, esse legado credita-se a um patrimônio elitizado que generaliza suas práticas a um todo e desconsidera o que é produzido por outros grupos sociais. Temos, assim, um patrimônio subjugado e não-celebrado, talvez nem mesmo conhecido. Partindo desta inquietação, buscou-se estudar, por meio da morfologia, o processo de formação, consolidação e caracterização dos bairros de São Pantaleão e Madre Deus no Centro Antigo de São Luís/MA, entendendo enquanto um território de maioria negra que surge no século XVIII. O uso da análise morfológica, somada às percepções sensoriais in loco e estudos histórico-cartográficos ajudam a entender como passado e presente se manifestam na configuração urbana de hoje. O trabalho fundamentou-se na tese de doutorado em sociologia de Matheus Gato de Jesus, nos conceitos de Aldo Rossi e José Ressano Lamas, nos procedimentos analíticos de Philippe Panerai e Kevin Lynch, nos efeitos visuais estudados por Gordon Cullen, e na base histórica levantada por Antônia Mota. As antigas cartografias e fotografias coletadas, somadas aos referenciais teóricos, serviram de fonte para traçar cronologicamente um histórico de fatos e transformações, bem como no fornecimento de procedimentos de estudo do tecido urbano para produções autorais de mapas e suas respectivas análises. Como produto final, os mapas-síntese: “Cotidiano Urbano” e “Vida Urbana” propõem apresentar e revelar um patrimônio que resiste e permanece vivo na história e nas práticas de seus moradores. Com efeito, os dados coletados e os materiais produzidos podem servir de referência para políticas de preservação dos bens patrimoniais, entendendo a necessidade de enriquecer a discussão sobre o patrimônio, respeitando as heranças culturais, religiosas e materiais dos grupos sociais marginalizados.

Palavras-chave: território negro; morfologia; produção de cidade; urbanismo.

ABSTRACT

It is usually appreciated, glorified and understood the heritage legacy from the history of a people, their customs and their contributions. When talking about Architecture and Urbanism, especially the production of urban space, this legacy is credited to an elite heritage that generalizes its practices to a whole and disregards what is produced by other social groups. We thus have a subjugated and unremarked heritage, perhaps not even known. Starting from this concern, it is sought to study, through morphology, the process of formation, consolidation and characterization of the neighborhoods of São Pantaleão and Madre Deus in the Old Center of São Luís-MA, understanding as a black majority territory that emerges in the century XVIII. The use of morphological analysis, coupled with on-site sensory perceptions and historical-cartographic studies help to understand how past and present manifest themselves in today's urban setting. The work was based on the doctoral thesis in sociology of Matheus Gato de Jesus, the concepts of Aldo Rossi and José Ressano Lamas, the analytical procedures of Philippe Panerai and Kevin Lynch, the visual effects studied by Gordon Cullen, and the historical basis raised. by Antonia Mota. The old cartographies and photographs collected, added to theoretical references, served as a source for chronologically tracing a history of facts and transformations, as well as providing procedures for studying the urban fabric for authoring map productions and their respective analyzes. As a final product, the synthesis maps: "Urban Daily Life" and "Urban Life" propose to present and reveal a heritage that resists and remains alive in the history and practices of its residents. Indeed, the data collected and the materials produced can serve as a reference for heritage preservation policies, understanding the need to enrich the discussion about heritage, respecting the cultural, religious and material heritage of marginalized social groups.

Keywords: black territory; morphology; city production; urbanism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Delimitação da área-estudo	10
Figura 2 - Síntese dos conceitos	13
Figura 3 - Desenhos esquemáticos: tipos de crescimento e limites	15
Figura 4 – Localização da área-estudo em 1640: “Planta da Cidade quando da Invasão dos Holandeses”	18
Figura 5 – Área-estudo no mapa de São Luís no ano de 1665, do holandês Johannes Vingboons.	21
Figura 6 - Sobreposição do traçado urbano atual sobre a “Urbs S. Ludovici in Maragnon”, mapa de 1647 feita por Caspar Barlaeus.....	23
Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (1908)	28
Figura 8 - Análise da Cartografia de 1844.....	31
Figura 9 – Análise da Cartografia de 1858.....	35
Figura 10 - Habitações na periferia da cidade: Codozinho nos anos 1920.	38
Figura 11 - Divisão da Zona Urbana de São Luís em Distritos.....	40
Figura 12 - Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo em 1908.	41
Figura 13 - Análise da Cartografia de 1912.....	43
Figura 14 – Rua Grande e Lateral Direita da Igreja de Nossa Senhora da Conceição nos anos 1930.....	46
Figura 15 - Análise do Levantamento Aerofotográfico nos anos 1940.	47
Figura 16 - Porto da Madre de Deus.	49
Figura 17 - Planta da Cidade de São Luís (1950).	51
Figura 18 - Construção da Barragem do Bacanga entre os anos 1960-1970.	52
Figura 19 - Bonde da Linha São Pantaleão na Rua Antônio Rayol (anos 1960).....	53
Figura 20 - Edifício Caiçara vista pela Rua São Pantaleão (2001).....	54
Figura 21 - Planta do Centro de São Luís para o Plano Diretor de 1975.	55
Figura 22 - Aterramento em 1974.	56
Figura 23 - Compilado de imagens da Fábrica Martins & Irmãos nos anos 2010.	59
Figura 24 - Tipos de traçados fechados do urbanismo tradicional	67
Figura 25 - Praça da Alegria.....	69
Figura 26 - Monumentos: esculturas e arquiteturas	71
Figura 27 - Maciços verdes: públicos e particulares.....	72
Figura 28 - Ruas com efeito de desnível.....	80
Figura 29 - Ruas com efeito de edifício-barreira	80
Figura 30 - Ruas com efeito de truncagem	81
Figura 31 - Ruas com efeito de silhueta	81
Figura 32 - Ruas com efeito de deflexão.....	82
Figura 33 - Ruas com efeito de perspectiva velada	82
Figura 34 - Ruas e monumentos com efeito de ponto focal	83
Figura 35 - Ruas com efeito de pontuação	83
Figura 36 - Efeito de além	84
Figura 37 - Ruas com efeito aqui e além.....	84
Figura 38 - Ruas com efeito saliências e reentrâncias.....	85
Figura 39 - Ruas com efeito de delimitação	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. ANTECEDENTES DA ÁREA-ESTUDO.....	17
2.1. MOMENTOS INICIAIS E A OCUPAÇÃO NO SÉCULO XVII.....	17
2.2. O TERRITÓRIO NO SÉCULO XVIII.....	23
3. A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	28
3.1. A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	34
3.2. OS BAIRROS DE SÃO PANTALEÃO E MADRE DEUS NO SÉCULO XX.....	40
4. SÃO PANTALEÃO E MADRE DEUS EM MAPAS: MORFOLOGIA E PAISAGEM.....	60
4.1. AS ANÁLISES.....	66
4.1.1. CONTEXTO URBANO.....	66
4.1.2. VIDA URBANA.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

A morfologia urbana é o estudo da produção da cidade a partir do espaço construído, seus processos históricos, significados e valores atribuídos. Sendo então, a cidade algo muito complexo, orgânico e cheio de conexões; difícil de descrever, estudar e analisar sob um único ponto de vista. Há vários autores que conceituam morfologia e possuem visões comuns sobre o espaço urbano ser uma obra de arte, um artefato ou um monumento criado pelo ser humano em diferentes épocas e em diferentes realidades. Este trabalho utiliza os conceitos de Aldo Rossi, presentes no livro *A Arquitetura da Cidade* (1995); *José Manuel Ressano Garcia Lamas, com o Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade* (2004); *Philippe Panerai, e o Análise Urbana* (2006); e *discussões sobre cidade contemporânea e a morfologia, com Ana Fani Alessandri Carlos em O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade* (2007), dentre outros.

Morfologia é o estudo das características e da configuração dos elementos que constituem a cidade, ligando à sua origem (LAMAS, 2004). Estes elementos se envolvem com toda a constância do modo de vida e das relações sociais, onde sua forma se modifica de acordo com alterações dessas relações (ROSSI, 1995; CARLOS, 2007). Apresenta o entrelaçado de momentos da história humana, onde passado e presente se fundem nas formas, seja urbana, seja arquitetônica (CARLOS, 2007). É um estudo que passa pela percepção sensorial, pelo estudo histórico-cartográfico e pela relação desses elementos constitutivos entre si. Portanto, a morfologia corrobora com explicações do processo de formação da cidade e de fenômenos de transformação da forma urbana (ROSSI, 1995).

Este trabalho apoia-se na contribuição dos estudos e pesquisas realizados no centro histórico da cidade. Tal estudo se faz com um olhar crítico diante do contexto atual de investimentos de reabilitação de espaços públicos promovidos pelo Governo do Estado e Município. Pois estes ainda não contemplam uma visão de patrimônio que considere as contribuições para além da casa grande, dos solares, dos sobrados das elites maranhenses, e que também reconheça a cidade negra, dos que tudo construíram, mas que são continuamente subjugados pelos processos de preservação que se orientam na promoção da memória da elite, jogando no esquecimento os territórios negros e pardos da cidade.

Estes questionamentos feitos a partir da literatura e do debate em torno da política de preservação praticada em 2019 na cidade, intensificam-se na minha condição de negro, morador do Centro e estudante de Arquitetura e Urbanismo no Centro Histórico, pois as inquietações sobre as diferenças entre essa área e a da Praia Grande sempre foram recorrentes, como lotes menores, fachadas menos opulentas e alterações estilísticas, pouquíssimos espaços públicos. O que levou a questionamentos como “Por que existem essas diferenças? Por que a apropriação dos espaços nesta região é diferente em relação à Praia Grande?”.

Estes pressupostos dão ênfase à importância de se estudar o antigo território da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição para se compreender o espaço construído a partir do seu processo de formação, consolidação e caracterização. Utiliza-se a morfologia urbana como disciplina do urbanismo que fornece instrumental para análise, leitura e interpretação da cidade, a partir do existente, da formação histórica das transformações ocorridas ao longo dos anos e das permanências vivas no sítio estudado. Com isso, torna-se relevante à toda a sociedade civil pois revela questões identitárias e de resgate da história da população negra, parda e trabalhadora da cidade, sendo, portanto, de grande interesse para organizações sociais, o poder público e a comunidade científica, sobretudo para aqueles que se dedicam aos estudos relativos ao espaço urbano em Arquitetura e Urbanismo.

Este trabalho possui caráter exploratório e se constrói através de leituras e fichamentos, de modo a apresentar e discutir conceitos como forma, figura, cidade e território, bem como trazer um aprofundamento no conceito de morfologia. Ademais, traz material iconográfico e documental oriundo de acervos digitais e físicos obtidos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na Biblioteca Pública Benedito Leite, na Biblioteca Nacional, no Museu Luso-Brasileiro, no Arquivo Nacional Holandês, na Biblioteca Mundial Digital, na Europeana Collections e na Biblioteca Setorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

Do material iconográfico, estabelece-se a produção de análises cartográficas e novos mapas, que se relacionam com os estudos históricos voltados para a expansão do núcleo urbano, contendo trabalhos de Antônia Mota, Carlos de Lima, Jomar Moraes, Thais Zenkner, dentre outros. Este entendimento do processo de formação no século XIX e consolidação no XX permite mapear e qualificar espaços,

que não recebem a atenção de sua relevância histórica e social, como um bem patrimonial de inestimável valor histórico para a maioria da população.

Para Rossi (1995), a análise morfológica tem a necessidade de estabelecer uma delimitação da área de estudo, evitando que distorções de análise sejam feitas. A área pode ser caracterizada por dados históricos e considera o crescimento da ocupação urbana com sua configuração de adensamento e diferenciação:

[...] em todos os casos, devemos sempre definir os limites do entorno urbano que examinamos; esta será a melhor garantia para não aceitar as distorções mais graves que são difundidas no domínio de nossos estudos e que consideram o crescimento da cidade e o devir dos fatos urbanos como um processo contínuo e natural em que desaparecem as verdadeiras diferenças dos fatos. (ROSSI, 1995, p.63)

Figura 1 - Delimitação da área-estudo



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2019).

Este trabalho volta-se para o Centro Antigo¹ de São Luís, mais especificamente na área compreendida entre a Rua Grande, Igreja de São Pantaleão

¹ Presente no artigo 70, parágrafo único, do Plano Diretor de São Luís – Lei 4669/06, o Centro Antigo compreende toda a área inserida no Anel Viário e Avenida Beira Mar.

e Madre Deus, como se vê a partir da delimitação da área-estudo na figura 1 acima. Como veremos, a ocupação lenta, porém marcante, de pessoas marginalizadas neste território trouxe implicações tanto no traçado como na identificação, ou caracterização, do bairro. Credita-se a sua densidade urbana na explosão fabril do fim do século XIX, trazendo mais trabalhadores (atraídos pelo parque industrial do sul da cidade), melhorias de infraestrutura pautadas no embelezamento urbano e na expulsão de comunidades pobres justificada em obras higienistas.

A estrutura do trabalho divide-se em quatro capítulos: o primeiro, a introdução, apresenta os procedimentos metodológicos, objetivos e a discussão teórica do trabalho, preparando a leitura a partir de conceitos e termos específicos; o segundo capítulo introduz o contexto de formação histórica da área estudo, a partir do período de colonização no século XVII; o terceiro, traz

O estudo da morfologia urbana perpassa pela teorização de alguns estudiosos sobre o tema, que se debruçaram para entender os fenômenos de transformação da cidade, remontando à origem e ao processo de consolidação dos espaços. Primeiramente, pretende-se introduzir conceitos de termos que serão empregados com frequência durante o trabalho com o fim de preparar o leitor a nomenclaturas usuais no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

A primeira definição, na qual o livro “A Arquitetura da Cidade” se desenvolve, está nos fatos urbanos. Os *fatos urbanos* seriam o resultado de contribuições ou criações coletivas de um povo, tendo vínculo direto com o ser humano. Relaciona-se com fatos históricos e qualificam momentos ou lugares. A cidade é um fato urbano, entendida enquanto uma obra de arte por excelência, feita pelo ser humano. A relação da cidade enquanto obra de arte traduz-se na busca da “alma da cidade”, podendo ser encontrada na história e na memória (ROSSI, 1995).

Já os *elementos primários*, introduzidos pelo mesmo autor, ajudam no processo de urbanização da cidade, além de agregar e fomentar o desenvolvimento urbano de forma pontual. A *cidade* seria a soma de todos os seus elementos primários, fatos urbanos definidos e monumentos (entendidos por Rossi como pontos de referência da dinâmica urbana, não necessariamente esculturas), originários de momentos históricos e sociais específicos que corroboram na distinguibilidade formal, dos modos de morar e da memória da cidade e de seus moradores.

Lamas contribui à definição de *cidade* enquanto um “meio geográfico e social formado pelo conjunto de construções e cujos habitantes trabalham em maioria

em seu interior” (LAMAS, 2004, p.64). Outro conceito apresentado por Lamas é o de *território*. É descrito como a abrangência do espaço geográfico onde o ser humano pode transformar/modificar, sendo, neste caso, a cidade um território. A visão do autor parte de um caráter muito mais técnico do que holístico, apesar de reconhecer a cidade como um meio que transmite sensações e estimula experiências próprias a cada indivíduo. Contudo, Lamas não insere o conceito de território enquanto um espaço vivido, com história, memória, pertencente a um grupo social.

Ao se falar de território negro, Raquel Rolnik (1989) atribui à visão dos espaços de presença negra na cidade do século XIX, sejam eles a própria senzala, a rua, os mercados, os cortiços. Verdadeiros quilombos urbanos que se nutriam em um senso de comunidade forte, com práticas únicas de experimentação da cidade, e que foram apagados pela mão autoritária e racista do Estado, expulsando estes grupos sociais lentamente e seguindo Códigos de Postura, justificativas de embelezamento e práticas do urbanismo higienista tomando como referência a Europa. Daí se entende, estabelecendo para as comunidades negras e pobres expulsas na área estudada como o Goiabal, o papel do Estado Brasileiro no final do século XIX e início do XX na promoção de políticas urbanas racistas, tirando as poucas possibilidades de inserção na cidade.

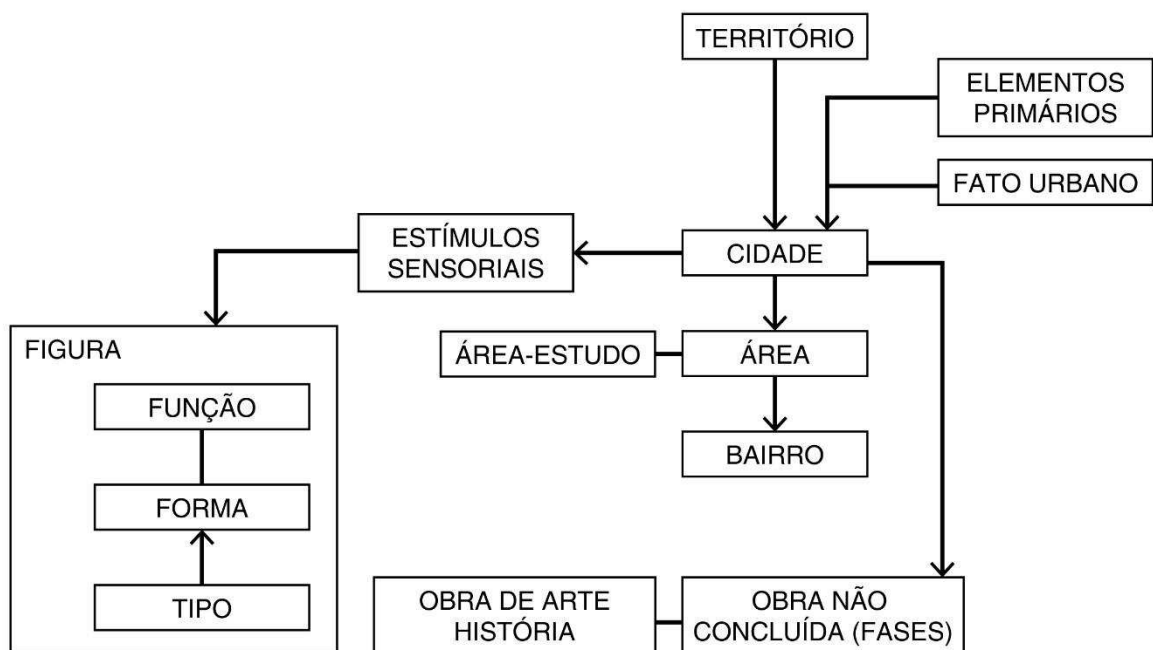
O trabalho de Kevin Lynch (1980) auxilia na compreensão da cidade a partir da experimentação e dos estímulos, sendo a cidade uma construção, perceptível em uma escala espacial e temporal, que se mantém em manutenção constante sob motivos diversos e particulares. Justamente porque ela sofre transformações, a cidade não tem uma forma concluída, as quais pode ser lida por fases (temporais). Portanto, a cidade seria uma continuação de fases.

Rossi (1995) conceitua *área* e *bairro*, sendo *área* uma porção da cidade que possui uma individualidade, um caráter próprio, lida sob diferentes processos de crescimento e diferenciação; e *bairro*, a unidade formal básica que apresenta um tipo de paisagem, um tipo econômico-social predominante e um tipo funcional. O autor comenta que qualquer alteração em um destes três pontos estabelece os limites entre os bairros. Para Lynch (1980), a partir da sua divisão dos elementos da cidade, o bairro é o elemento concebido bidimensionalmente onde o observador insere-se de forma abstrata e tangível, concebendo percepções de identificação muito próprios. A área-estudo, já apresentado acima, correlaciona-se sendo uma porção delimitada que

pode compreender bairros, sendo esta uma das etapas principais do estudo e análise dos fatos urbanos.

Outra forma de ler e analisar a cidade, segundo Lamas (2004), está na *figurabilidade*. Entender a cidade enquanto figura é estudar a maneira que a forma se apresenta e é disposta no território, relacionando-se com a percepção sensorial e de estética particular de cada indivíduo. A ligação entre forma e figura é verificada, inicialmente, pelo *tipo*, onde Rossi (1995) explica que é a essência, a alma das coisas, que permite variações formais; e pela *função*, que, junto da forma, estabelece o desdobramento das atividades humanas, bem como da homogeneização dos espaços urbanos (LAMAS, 2004; ROSSI, 1995). A figura 2 abaixo apresenta um diagrama que conecta os conceitos introduzidos anteriormente.

Figura 2 - Síntese dos conceitos



Fonte: autoral (2019).

Como produto final deste trabalho, a análise morfológica será realizada a partir de dois mapas-síntese, concentrando percepções e leituras, partindo da realização de uma varredura da área estudo, buscando regiões de estímulo, arquiteturas “escondidas”, bens culturais e patrimoniais que não recebem o reconhecimento devido. Essa característica “escondida” pode ser revelada na vida urbana dos bairros estudos, a partir da apropriação dos poucos espaços públicos ou nas relações sociais que se estabelecem em um espaço que respira tradições e

cultura negra. Utiliza-se então procedimentos de análise dos autores supracitados, acrescentando ainda Gordon Cullen (1971) e Philippe Panerai (2006).

Com o Cullen, a partir da sua teoria de *visão serial*, a cidade proporciona diferentes percepções devido à instalação da forma no sítio e sua relação com a configuração do solo e da arquitetura, criando efeitos visuais e de leitura da paisagem conforme se realiza trajetos pela cidade. Já do Panerai (2006), utiliza-se o conceito de crescimento, opondo-se ao de desenvolvimento, que se aplica à conjuntura econômica e institucional. *Crescimento* contempla fenômenos de expansão e adensamento urbano sob o ponto de vista morfológico. O autor ainda pontua métodos de classificação e compreensão da configuração urbana a partir de pontos e planos de crescimento: o *crescimento contínuo* apresenta características de continuação do traçado existente, onde a parte mais antiga (o centro) manifesta-se enquanto polo principal; o *crescimento descontínuo* apresenta espaçamentos entre a ocupação antiga e a nova, onde se inserem atividades agrícolas ou a permanência do ambiente natural até a união das duas partes (PANERAI, 2006).

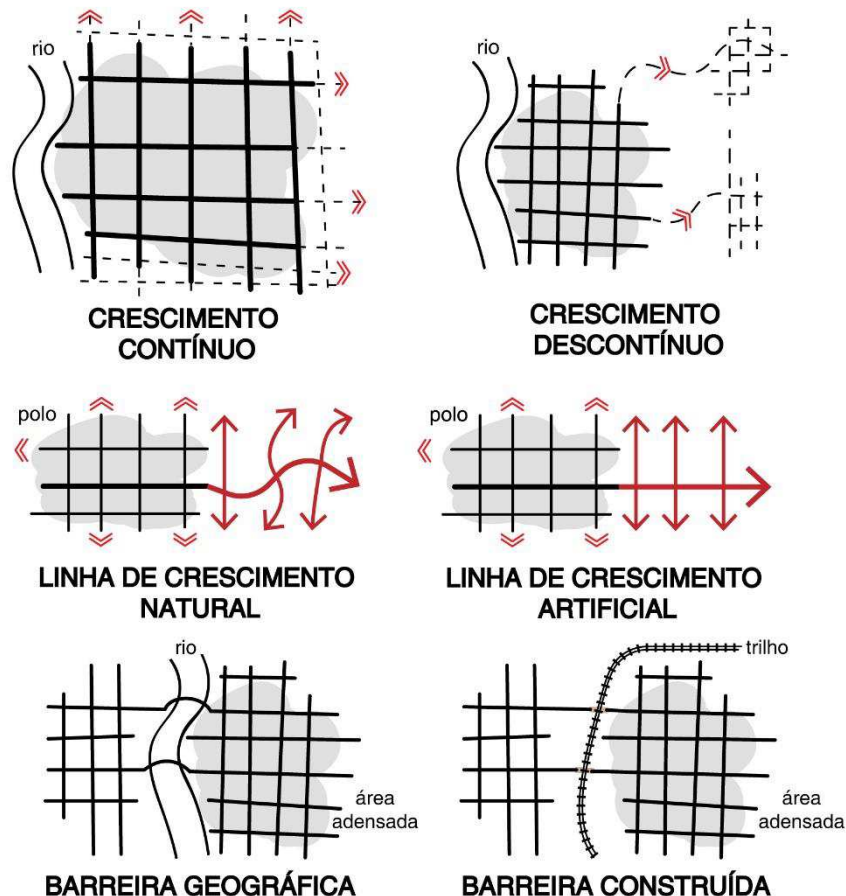
Inserido ainda na caracterização de crescimento, Panerai identifica os *elementos reguladores*, que são mecanismos de expansão percebidos no traçado e no estudo histórico. Seguindo diferentes desenhos de traçado, geralmente os elementos são os mesmos em qualquer lugar do mundo. Estes elementos são as linhas de crescimento, os polos de crescimento, os limites e as barreiras. As *linhas de crescimento* expressam as direções do crescimento, podendo ser do tipo *natural*, instalada antes da urbanização, geralmente caminhos realizados pelos habitantes; ou do tipo *artificial*, quando são projetadas ainda no início de uma ocupação. Contudo, o autor ainda pontua que somente o estudo morfológico não é suficiente para encontrá-las, pois tensões de diferentes tipos e em diferentes períodos de tempo e conjunturas econômicas também estimulam crescimentos e adensamentos. Os *polos de crescimento* expressam tanto a origem quanto a referência de um crescimento, verificadas em linhas de crescimento multidirecionais. São as partes mais antigas, com uma expressiva carga histórica, comercial e simbólica, contudo outras partes importantes e de conexão da cidade podem também se tornar polos.

Os *limites* são obstáculos que impedem o crescimento até o momento em que podem ser superados. A partir daí, este antigo limite passa a estimular o crescimento para o outro lado. As *barreiras*, na verdade, seriam o limite enquanto objeto, um obstáculo ou do tipo *geográfico* (elementos naturais) ou do tipo *construído*.

A análise do tecido urbano está, neste caso, na superação do limite, na descoberta das antigas barreiras e nas alterações formais de traçado e parcelamento fundiário entre os dois lados (PANERAI, 2006).

O *adensamento*, outro conceito apresentado pelo autor, manifesta-se na saturação de um espaço que apresenta limites bem definidos desde sua ocupação inicial. Com isso, o núcleo de densidade alta explicita oposições de centro/periferia. Transformações a nível de traçado, lote e quadra podem promover *adensamento*, assim como a substituição da antiga configuração destes elementos em uma nova. A figura 3 resume estes conceitos apresentados a partir de desenhos esquemáticos, cujo aprofundamento será realizado na análise da área-estudo no capítulo 4.

Figura 3 - Desenhos esquemáticos: tipos de crescimento e limites



Fonte: autoral (2019).

De Lamas, utiliza-se a análise à escala do bairro, abrangendo diferentes unidades espaciais como a rua, a praça, os pátios, os jardins, etc. Esta análise, segundo o autor, deve acompanhar um, ou mais de um, percurso para identificação dos elementos morfológicos, que são os elementos mínimos para se estabelecer a

leitura interpretativa do espaço urbano. Ainda que o autor dê procedimentos de análise da forma urbana, ele destaca que o produto analítico não é finalidade da disciplina de Arquitetura nem de Urbanismo, mas sim a produção do espaço urbano (LAMAS, 2004).

Sobre a escala do bairro, Lamas coloca cinco elementos para entender o contexto urbano, mas que se deve acrescentar outros elementos de análise ao nível da rua para uma compreensão maior. Constam: o *traçado*, implantado em uma conformação topográfica e cuja característica maior está na permanência; a *praça*, espaço intencional do encontro e da permanência; o *monumento*, elemento de carga histórico, cultural e estético, possuindo uma configuração e presença única; o *quarteirão*, espaço delimitado por vias que foi parcelado para construção de edifícios; e as áreas verdes, que definem traçados, possuem presença própria, funções precisas e servem para organizar os espaços (LAMAS, 2004).

Estes três procedimentos de leitura e percepção do meio urbano se reunirão em dois mapas-síntese: Contexto Urbano e Vida Urbana. O primeiro apresenta os usos e a configuração formal-estruturante da área estudada. O segundo busca representar espaços de troca, de contemplação da paisagem, de manifestação cultural-religiosa, espaços que trazem vitalidade urbana.

2 ANTECEDENTES DA ÁREA-ESTUDO

2.1 MOMENTOS INICIAIS E A OCUPAÇÃO NO SÉCULO XVII

Antes mesmo das invasões francesa, holandesa e portuguesa, havia na Ilha de São Luís do Maranhão 27 aldeias indígenas espalhadas pelo território. Claude D'Abbeville, no livro "História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão" de 1614, apresenta todo o processo de realização da viagem: a obtenção de recursos, a permissão da realeza, os contratemplos, a comitiva embarcada, o trajeto, a chegada na Ilha, o contato com os indígenas, o registro da fauna e flora, a volta para Paris.

Decide-se em não entrar na discussão acerca do mérito fundacional francês visto como mito pela comunidade acadêmica a partir do trabalho de Maria de Lourdes Lauande Lacroix, "A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos", onde os franceses seriam vistos como invasores e cuja presença não se materializa nos séculos XVII, XVIII e XIX (SOUSA, 2007). Com isso, de D'Abbeville destacam-se as descrições de escolha do terreno e construção do Forte; das tipologias construtivas realizados pelos nativos aos franceses, bem como de suas próprias habitações; das fontes de água limpa que serviam aos nativos e à fauna local; e da catalogação das 27 aldeias com suas respectivas lideranças, que juntas chegavam a um total de 10.000 ou 10.200 habitantes (D'ABBEVILLE, 1874).

Em 1615, com a Batalha de Guaxenduba sendo um marco de expulsão francesa e de início da colonização portuguesa, Jerônimo de Albuquerque, então primeiro governador do Maranhão, ordena um plano de ocupação da cidade que seria controlado pela Câmara, ou Conselho Municipal. Concebido pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, o traçado tinha o objetivo não apenas de ocupar como também de orientar seu crescimento (LOPES, 2008). Ainda segundo o autor, o traçado em malha provém das Ordenações Filipinas, partindo de princípios de simetria e beleza oriundo do desenho em perspectiva do período renascentista.

O início do povoamento foi o mesmo de outras áreas das possessões portuguesas: o engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita fez o traçado, projetando uma praça principal, quadras e ruas que se cortavam num alinhamento harmonioso. Sendo que, aos vereadores e oficiais do Conselho Municipal, foi dada a incumbência de ir distribuindo lotes e fiscalizando o bom arruamento da povoação. (MOTA, 2014. p. 26)

- 1948 (MARANHÃO, 2017), e, portanto, não pode ser confundida com a Rua das Flores/Rua das Crioulas, já que a rua passaria exatamente na porta da Igreja, não existindo a Escola, muito menos o largo existente;
- b. Considera-se sendo a Fonte das Pedras (B) a edificação nas proximidades do Lamaçal (C), elemento natural este que passaria por transformações significativas no século XIX e XX com sucessivos aterramentos. A primeira menção da fonte remonta ao ano de 1615, sendo o local onde os portugueses teriam acampado nos antecedentes da Batalha de Guaxenduba. Posteriormente, em 1641, a fonte teria sido canalizada pelos invasores holandeses e desde então servindo no abastecimento de água da população (IPHAN, 2007). Sendo um marco referencial e de relevância para a cidade, acredita-se que o caminho que se estende à Rua São João seja da mesma rua, ainda que o arruamento não condiga com o traçado em malha retilínea do Frias de Mesquita;
 - c. A inexistência de habitação ou qualquer tipo de edificação, exceto a Fonte das Pedras, inserida na área delimitada para este estudo. No mapa, lê-se “MATTO” e essa vegetação mantém-se presente em meio ao edificado até a primeira metade do século XIX, uma vez que a presença dos sítios - ou quintas, como eram chamados - de pessoas da alta sociedade maranhense retardou a ocupação e a expansão do traçado urbano para o sul (MOTA, 2015).

Na primeira metade do século XVII, e que se prolonga até o século XIX, São Luís experimenta um processo de baixa ocupação e de pouca expansão urbana. Chega ao final do século, com o estabelecimento de 4 conventos (Nossa Senhora da Luz e o Colégio dos Jesuítas, Nossa Senhora do Carmo, Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês) que organizavam e incitavam o adensamento, a cidade se limitava até pouco depois da Igreja e Convento do Carmo; com uma tímida ocupação ocorrendo no Desterro (IPHAN, 2007).

Ao passo da concentração urbana neste espaço delimitado, a predominância das construções de madeira e palha (pindoba), reflexo do modelo construtivo dos indígenas e, obviamente, dos materiais facilmente encontrados, é vista com desprezo pelas autoridades da Coroa, que gradualmente estabelecem regras visando a eliminação deste modelo construtivo em detrimento de outro mais “nobre”. Marques (1870) cita uma lei promulgada pela Câmara Municipal, em 1646, que proibia

acender fogo no interior da casa devido à facilidade de combustão. Talvez essa seja a intenção da proibição da construção desta tipologia de casa no século XVIII, onde a concessão do lote seria dada somente àqueles que soubessem construir “edifícios nobres” (ANDRADE, 2015).

A ocupação portuguesa no Maranhão teve como foco inicial a defesa do território amazônico diante de constantes invasões de outros países europeus. O fato de São Luís estar em uma posição estratégica geograficamente, permitia controlar as entradas e saídas na Amazônia, possuindo assim uma certa relevância. Com a presença da Câmara, São Luís já possui o status de vila mesmo com baixa população e uma ocupação pouco densa (IPHAN, 2007).

Segundo Lopes (2008), as dificuldades de comunicação e de deslocamento marítimo com a Bahia, sendo Salvador a capital da colônia, forçaram a Coroa Portuguesa a criar o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil, ainda no início do século XVII. Esses empecilhos, somados às especificidades geográficas citadas anteriormente, fizeram São Luís receber o status de cidade em 1677 a partir da criação da Diocese do Maranhão. Vale destacar a atuação da Companhia de Jesus neste processo inicial de ocupação. A Companhia foi uma ordem de jesuítas formada na primeira metade do século XVI e baseava-se em votos de castidade, pobreza e obediência com a função de espalhar o cristianismo católico ao redor do mundo (PEDRO, 2008).

A entidade religiosa se manifestava também através da Irmandade da Misericórdia, criada pelo padre Antônio Vieira em 1653, responsável por diversas construções como igrejas, hospitais e cemitérios; possuindo assim o controle de terras ainda pouco exploradas (IPHAN, 2007). Esse perfil se estabelece principalmente na área-estudo, compreendendo a área de São Pantaleão no século XIX, onde a Irmandade controlava, inicialmente, a Igreja de São Pantaleão, a Santa Casa de Misericórdia, a Casa dos Expostos (lar para crianças rejeitadas pela família), o Cemitério da Misericórdia e até mesmo o Cemitério do Gavião (LIMA, 2007).

Percebe-se o papel evidente da Igreja no processo de ocupação e adensamento da cidade, pois era no entorno das edificações religiosas que as habitações eram erguidas, promovendo também a expansão do núcleo urbano. Entretanto, não houve uma evolução urbana expressiva no século XVII, na qual São Luís passava por uma “miséria absoluta” sendo ocupada por imigrantes pobres

portugueses (SILVA, 2012). Da figura 5, avançados 25 anos de representação cartográfica, destaca-se 3 pontos:

Figura 5 – Área-estudo no mapa de São Luís no ano de 1665, do holandês Johannes Vingboons.



LEGENDA
 ■ ÁREA-ESTUDO
 → LINHAS DE CRESCIMENTO

A - IGREJA E CONVENTO DE S. FRANCISCO (ST. ANTÔNIO)
 B - LAMAÇAL

Fonte: Arquivo Nacional Holandês (nationaalarchief.nl) com adaptações do autor (2019).

1. A manutenção do traçado, com esquemas do parcelamento fundiário. Nota-se a intenção de ocupar os quatro lados da quadra, tal qual obtemos hoje, porém não realizada dada a pouca ocupação e um parcelamento “generoso” aos habitantes;
2. A consolidação dos eixos de expansão, a Rua Grande e a Rua São João. Percebe-se as primeiras habitações na Rua São João indo à Fonte das Pedras;
3. A caracterização da paisagem mantida, onde a área-estudo permanece como área de mata, e o lamaçal ainda muito marcante. Como veremos, esses elementos geográficos e acidentes topográficos orientam a expansão do traçado (evitando-os), relegando esses espaços à população pobre, preta alforriada e de marginalizados socialmente, na qual não conseguiam adquirir porções de terra para moradia no polo comercial-portuário da cidade (MOTA, 2014).

Ainda segundo Mota (2014), a Câmara Municipal possuía um papel de detenção das terras e organização da ocupação; distribuindo lotes e estipulando regras de dimensões e construções. Essa instituição, muita das vezes, tinha de ser mediadora de conflitos sobre a propriedade da terra, que acabava sempre torcendo para a pessoa que “cultivasse” a terra. O importante, neste processo inicial de ocupação, não era o título, a escritura da terra, mas sim o fato de construir e de estabelecer-se no território.

Durante o século XVII e bem avançado o século XVIII, continuaram as pretensões do Conselho Municipal em ser reconhecido como legítimo proprietário das terras, e que somente através desta instituição se poderia fazer moradia na cidade, também foi elaborado um traçado, planejado com base em critérios lógicos, sendo sua prerrogativa a melhor forma de ordenação do espaço. A intenção era instituir mediações entre os moradores e os espaços a serem ocupados. Continuaram também os moradores a ser reconhecidos por esta instituição uma vez que fizessem moradia, ocupasse, “cultivassem” o lote. Isto é, o direito legal reconhecendo o direito natural.” (MOTA, 2014. p. 31)

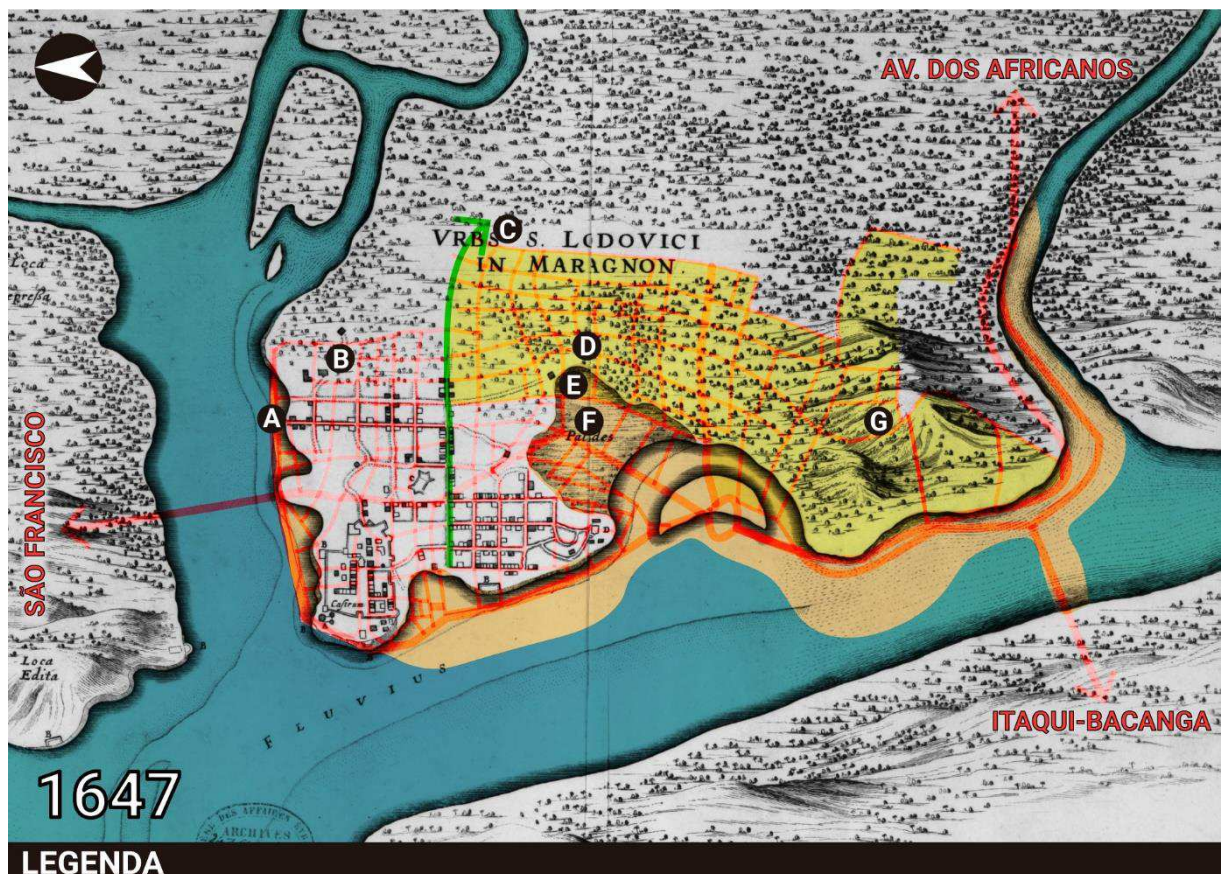
A ocupação realizava-se por meio da imigração de colonos portugueses, imigrantes açorianos, indígenas catequizados e franceses que ainda permaneciam na ilha. O modelo econômico consistia na subsistência e na captura, escravização e venda de indígenas para outras regiões da colônia. Em 1682, houve a criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que trouxe investimentos na produção agrícola e os primeiros africanos escravizados. Essa Companhia detinha do monopólio econômico da região e, portanto, a população não poderia obter lucros, o que gerou diversas revoltas e insatisfações, dentre elas a Revolta de Beckman. Assim, diante da Revolta, a Companhia de Jesus foi extinta e os jesuítas, expulsos. A expulsão ocorre devido às pressões dos religiosos sobre a não escravização indígena no embate direto das elites econômicas que comercializavam os nativos. (IPHAN, 2007).

A Figura 6 foi colocada propositalmente ao fim deste subcapítulo, pois visa apresentar uma simulação da configuração do traçado atual (2019) sobre o mapa de 1647. Intitulado “Urbs S. Ludovici in Maragnon”, de autoria de Caspar Barlaeus, a cartografia apresenta um contexto mais amplo sobre o território da ilha de São Luís e nela foi possível realizar esta sobreposição.

Com isso, percebemos: a Rua Grande sendo o principal conector para o interior da ilha e via principal na qual outras ruas “nascem” (C); a Rua da Cruz (A); A suposição levantada no início deste capítulo sobre as ruas de São João (E) e das Crioulas (D), tendo em vista a localização do Convento de São Francisco/Santo

Antônio (B) e da Fonte das Pedras (E); e por fim, a caracterização dos elementos naturais, apresentando os rios Anil e Bacanga e a localização das antigas praias, assim como da já citada área de lama (F), que virá a sofrer diversos aterramentos nos processos de higienização do espaço urbano (PRADO, 2006), e das áreas de colina (G) na Madre Deus.

Figura 6 - Sobreposição do traçado urbano atual sobre a “Urbs S. Ludovici in Maragnon”, mapa de 1647 feita por Caspar Barlaeus.



Fonte: Europeana Collections (europeana.eu) com adaptações do autor (2019).

2.2 O TERRITÓRIO NO SÉCULO XVIII

Na primeira metade do século XVIII, destaca-se a construção de quatro novas igrejas, sendo duas delas de irmandades de pretos: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em 1717, na Rua do Egito; a Igreja da Santíssima Virgem dos

Remédios, na Rua dos Remédios - atual Rua Rio Branco - em 1719; a Igreja de Nossa Senhora da Boa Hora, em 1723, nas proximidades da Fonte das Pedras; e o início da construção da Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos, em 1747, na Rua Grande (IPHAN, 2007).

O fato de apresentar duas igrejas voltadas à população preta indica uma maior diversificação social a partir da chegada de africanos escravizados na cidade pela Companhia de Comércio ainda no século XVII. Esta instituição foi responsável, ainda que brevemente, por estruturar e dinamizar a economia local, ao passo que atraía migrantes tanto do território brasileiro quanto de fora da colônia, principalmente da Ilha de Açores. Neste momento, o adensamento da cidade dá-se no entorno da área comercial e das Igrejas, que pode ser percebido a partir de dois motivos: primeiro, a área comercial-portuária que começava a se fortalecer na região da Praia Grande, atraindo comerciantes e toda uma nova população; em segundo, o aumento do número de edificações religiosas, proporcional ao aumento populacional e da diversificação social (IPHAN, 2007).

Na segunda metade do século XVIII, a administração das colônias passa a ser controlada pelo Marquês de Pombal, que passa a focar no potencial econômico da Amazônia transferindo a capital do, agora, Estado do Grão-Pará e Maranhão para Belém. Com isso, em 1753, o desenvolvimento do Estado deu-se por meio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. No Maranhão a atuação da Companhia se caracteriza pela promoção de investimentos na agricultura de exportação, principalmente no arroz e algodão; na imigração de portugueses e açorianos, e no aumento da escravidão de negros vindo da África. (IPHAN, 2007). Esta mesma descrição é feita por Antônia Mota (2014, p. 32):

Na segunda metade do Setecentos, a dinâmica imperial portuguesa impôs outro direcionamento às terras do Norte do Estado do Brasil: a inserção ao mercado agroexportador. Com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estimulou-se a produção de gêneros agrícolas que atendessem à demanda do mercado internacional, e diversificou-se a economia, implantando o cultivo do algodão e do arroz. A política de incentivos obteve êxito, com a importação massiva de mão de obra africana; logo a região passou a exportar, produzindo um “boom” econômico e uma relativa prosperidade ao Império português.

Segundo o livro “Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa” do IPHAN (2007), entre 1761 e 1779, o sobrinho do Marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas, governou a província trazendo diversas melhorias urbanas para São Luís, desde novas edificações até restauro de fortes e fontes.

O fim do século XVIII é marcado pela sequência do governo de Melo e Póvoas, sobrinho do Marquês de Pombal, com novas construções e fortes investimentos nas melhorias urbanas. São Luís passa a receber notoriedade regional e internacional. Como citado anteriormente, o excesso populacional – de imigrantes e negros escravizados – oriundo dos investimentos econômicos na região, trouxe impactos para a cidade. Ao menos 3 pontos podem ser destacados deste boom populacional: 1. “A consolidação da sociedade cristã, aristocrata agrícola, apoiada na escravidão africana.” (IPHAN, 2007, p. 47); 2. A concentração das atividades econômicas na região da Praia Grande; 3. A valorização do solo urbano, verificado no aumento das dimensões dos lotes (LOPES, 2008).

Sobre este último ponto, especificamente, com o desenvolvimento econômico da Companhia Geral de Comércio, surge uma elite local, personificada na atuação da Câmara, que passa a controlar as terras mais valorizadas. Segundo MOTA (2014, p. 32), os últimos anos do século XVIII passa pela manipulação da instituição por algumas famílias para beneficiamento próprio. Vale destacar que estas famílias possuíam membros na Câmara:

A distribuição dos lotes urbanos pelo Senado da Câmara evidencia as mudanças que ocorreram. Principalmente, observamos que nas últimas décadas do Setecentos, a instituição referida, dominada pelos potentados locais, começa a desvirtuar as Ordenações régias no sentido da concentração de terras por algumas famílias.

Ao passo que a elite local detinha do controle das melhores terras (geralmente sem acidentes geográficos e próximos do polo comercial), novos agentes de transformação do espaço surgiam. Eram grupos de comerciantes, que usavam de suas terras para produzir, geralmente no beneficiamento de arroz, e visavam a ampliação de suas terras; e pretos alforriados, que não tinham espaço de estabelecerem-se próximo da Praia Grande, e nem conseguiam facilmente a aprovação da concessão do lote com a Câmara. Este contexto expressa a mudança gradual do adensamento antes promovido pela Igreja passando para propriedades privadas, a partir das permissões da Câmara.

A ascensão econômica trouxe mudanças na arquitetura das edificações, introduzindo azulejos importados e mirantes. Contudo, Silva (2012) pontua que até o século XIX existia a convivência dos sobrados de pedra e cal paralela a casas de taipa e palha, mesmo com proibições. As transformações alcançam também o nível urbano

a partir da extensão do traçado, ultrapassando o limite da Igreja e Convento do Carmo, seguindo o caminho da Rua Grande (IPHAN, 2007).

Sobre a área-estudo, o primeiro marco construtivo apresenta-se na Fonte das Pedras, que data de 1641 (a canalização) como já comentado anteriormente, seguido da Ermida de Nossa Senhora da Madre de Deus, em 1713. César Marques (1870) traz todo o panorama histórico da pequena igreja desde sua construção pelo capitão Manoel da Silva Serrão, passando pela posse dos jesuítas e a transformação em Colégio Eclesiástico até virar um hospital no século XIX. Quanto ao hospital, o relato de Marques torna-se confuso, pois ora a igreja estava anexa à estrutura do hospital, ora se refaz para abrigar um uso totalmente diferente.

A Fonte do Bispo também é outro marco do início do século XVIII, porém sem data confirmada. Segundo Lima (2007), seu nome se deve à figura do Bispo D. Timóteo do Sacramento, que esteve no Maranhão entre 1697 e 1714, onde passou um bom tempo preso em seu palácio, nas proximidades da fonte, e costumava retirar água para suas necessidades.

Estas referências se relacionam com as menções das ruas, na qual Mota (1998) as organiza de modo cronológico, em décadas. Daí temos, por exemplo, “Estrada que vai para a Ermida da Madre de Deus” (MOTA, 1998, p.86) na década de 1730, depois “Rua da Madre de Deus” nos anos 1770 e “Rua das Crioullas” nos anos 1790. Sobre esta mudança do nome, é possível traçar uma relação com a origem da Casa de Nagô Abeokutá-Abioton, datada em primeiro de janeiro de 1792 (PORTUGUEZ; ARAÚJO; ENOQUE, 2018), assim como da descrição de danças, batuques e músicas associados às práticas religiosas de matriz africana nesta rua (MELO NETO, 2015). Esse fato denota uma importância tanto étnica-religiosa, pois o traçado da via estava em função tanto da Ermida de Madre de Deus quanto da existência de práticas religiosas africanas na Casa de Nagô, quanto territorial, já que rompia com o fluxo de ocupação existente rumando novas terras ao sul.

No século XVIII, o crescimento das edificações religiosas espelhava a diversidade social, bem como da representação do poder político-religioso da Igreja (IPHAN, 2007). Daí o motivo de tantas igrejas e ermidas erguidas ou em construção: a Ermida de Nossa Senhora da Madre de Deus (1713), a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (em 1747), Ermida de Nossa Senhora das Barraquinhas (finalizada em 1782) a mando de Lourença da Cruz Pinheiro, início das obras da Igreja de São Pantaleão (também em 1782), e a Capela de São Tiago (em 1789) pelo capitão José

Salgado de Sá Mascoso (LIMA, 2007). Destaca-se a figura deste último personagem, cuja quinta representa tanto um marco referencial à época quanto um fato urbano, gerador de expansão e adensamento urbano.

Em sua propriedade, além da Capela, existia também uma fábrica de descasque de arroz (LIMA, 2007; MOTA, 2015). Após seu falecimento, em 1793, sua propriedade passa ao filho e posteriormente, já no século XIX, ao neto, Thiago José Salgado de Sá Mascoso (MARQUES, 1870). Como veremos mais à frente, a perda ou a parcela de sua propriedade não só acompanhou o traçado urbano, seguindo o rigor formal exigido pela Câmara, como também gerou novos espaços tanto públicos quanto privados.

A inserção das novas edificações religiosas na região, mesmo as inseridas em propriedade privada, demonstra a continuação do processo de adensamento urbano descrito no subcapítulo anterior: a ocupação realizando-se por meio da concessão de lotes pela Câmara e no entorno das igrejas. Contudo, neste território prevalece uma outra ocupação, observada na instalação de famílias ricas e proprietárias de fábricas, a partir da segunda metade do século XVIII, quando se instalam, principalmente, às margens do rio Bacanga (MOTA, 2014).

As descrições das ruas se somam com o passar das décadas, na qual vão surgindo a Rua de Santa Rita e o “Caminho para Ermida das Barraquinhas” na década de 1780, Rua da Inveja já nos anos 1800, e a menção ao Largo da Forca Velha (MOTA, 1998). Curioso a menção já existir, pois tanto Lima (2007) quanto Martins (2010) apontam o nome à construção de uma forca em 1815, na região onde hoje é a Praça da Alegria.

A partir desta suposição, pode-se verificar que o traçado servia de conexão entre as edificações religiosas, apresentando uma configuração de ocupação de cima pra baixo e da esquerda para a direita, partindo da Rua Grande e Rua São João, respectivamente. Provavelmente seguia o planejamento do Frias de Mesquita, já que uma das funções da Câmara Municipal estava em organizar e expandir o núcleo urbano.

3 A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Freguesia era um sistema de organização do território delimitado, ou não, na qual a Igreja Católica possuía funções tanto administrativas (políticas) quanto religiosas. Tem origem desde as missões jesuíticas de ocupação no Brasil e relaciona-se com o surgimento de vilas e cidades. A figura do padre, e de sua residência fixa, aliada à Igreja-matriz da freguesia, denotava uma personalidade na sociedade capaz de solucionar problemas de ordem jurídica-religiosa (IMESC, 2010).

Segundo Pereira (2014), até o começo do século XIX São Luís contava com dois bairros²: a Praia Grande/Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, uma freguesia nova com pouca população e um extenso território que abrangia da rua de São João ao Campo do Ourique, descendo até a Madre Deus. César Marques (1870) e o Inventário do IPHAN (2007) apontam o surgimento da freguesia em questão a partir do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória em 1805, na qual a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (FIGURA 8) torna-se igreja-matriz.

Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (1908)



Fonte: Página Minha Velha São Luís no Facebook³.

A ocupação nesta freguesia passa a ter como novo polo de atração as quintas das famílias da alta sociedade da época - comerciantes, fazendeiros, altos

² Nomenclatura adotada no livro “Cidades Históricas; inventário e pesquisa: São Luís” do IPHAN (2007);

³ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

funcionários da administração pública (PEREIRA, 2014). Antônia Mota (2015) retrata a instalação da aristocracia na área:

As manufaturas para o trabalho de descasque do arroz em São Luís estavam situadas preferencialmente nos terrenos baixos, acessíveis pela maré, tais como Santo Antônio, Remédios e os terrenos indicados como do “Salgado”, no caminho da ermida da Madre de Deus, na ponta sul da cidade em formação. Além da ampla utilização de escravizados, naturalmente trabalhadores forros e livres dessas “fábricas” começaram a ocupar o entorno delas com construções rústicas, para moradia (MOTA, 2015, p 52).

Na Praia Grande, a apropriação das terras pela aristocracia local, formada durante o desenvolvimento econômico gerado pela Companhia Geral de Comércio, promovia um controle social de quem ocuparia os lotes, e a quem a Câmara concederia; por outro lado, esta exclusão favoreceu a ocupação dos marginalizados socialmente em regiões de mangue, de morros e encostas, pouco propícias a sua implantação. Essa população de marginalizados e sua ocupação na cidade gerou uma nova configuração no traçado urbano, espacializando a organização social da época (MOTA, 2014).

Inserido neste contexto, a primeira metade do século XIX foi marcada pelo desenvolvimento e constância do modelo econômico agroexportador, principalmente de algodão e arroz, mesmo com o fim da Companhia Geral de Comércio. O acúmulo de capital gerado desse modelo econômico agrário traduziu-se no adensamento urbano e nos investimentos municipais em melhorias urbanas e embelezamento na arquitetura, tendo foco também em uma melhor prestação de serviços públicos (IPHAN, 2007).

As quintas, segundo Zenkner (2014), promoviam a limitação da zona urbana da rural, funcionando também como marcos referenciais. Eram lugares onde os marginalizados socialmente buscavam trabalho e onde instalavam suas moradias nos arredores.

[...] Inúmeros moradores também pediam terreno e davam como referência determinada “fábrica”. Alguns desses solicitantes demonstravam com muita evidência sua ligação com a atividade, pois se diziam “oficial de pica-couro”, “oficial de picassola” etc (MOTA, 2015, p 53).

Tão logo surgiu a necessidade da Câmara em criar Códigos de Postura para “ordenar as relações entre os munícipes e o espaço citadino” (ANDRADE, 2015, p 30); além disso, era uma forma de controlar tanto a expansão urbana quanto o padrão arquitetônico, novamente pautado no embelezamento e na ordem, e nas atividades que poderiam ser exercidas.

Ainda segundo Cláudia Andrade (2015), o primeiro Código de Posturas data de 1842 abarcava desde um plano de urbanização com a previsão de futuras quadras, políticas sanitárias e de salubridade ao espaço urbano, bem como de práticas e atividades de trabalho e modelos de comportamento. As consequências desse primeiro código aplicam-se tanto ao espaço físico, por exemplo a partir da permissão de aterramentos em áreas alagadiças – tendo o custo e a responsabilidade do proprietário; como na esfera social, a partir da promoção de legislações higienistas como da proibição da venda de peixes, frutas e ervas (de pessoas pretas) em áreas onde a elite econômica se estabelecia.

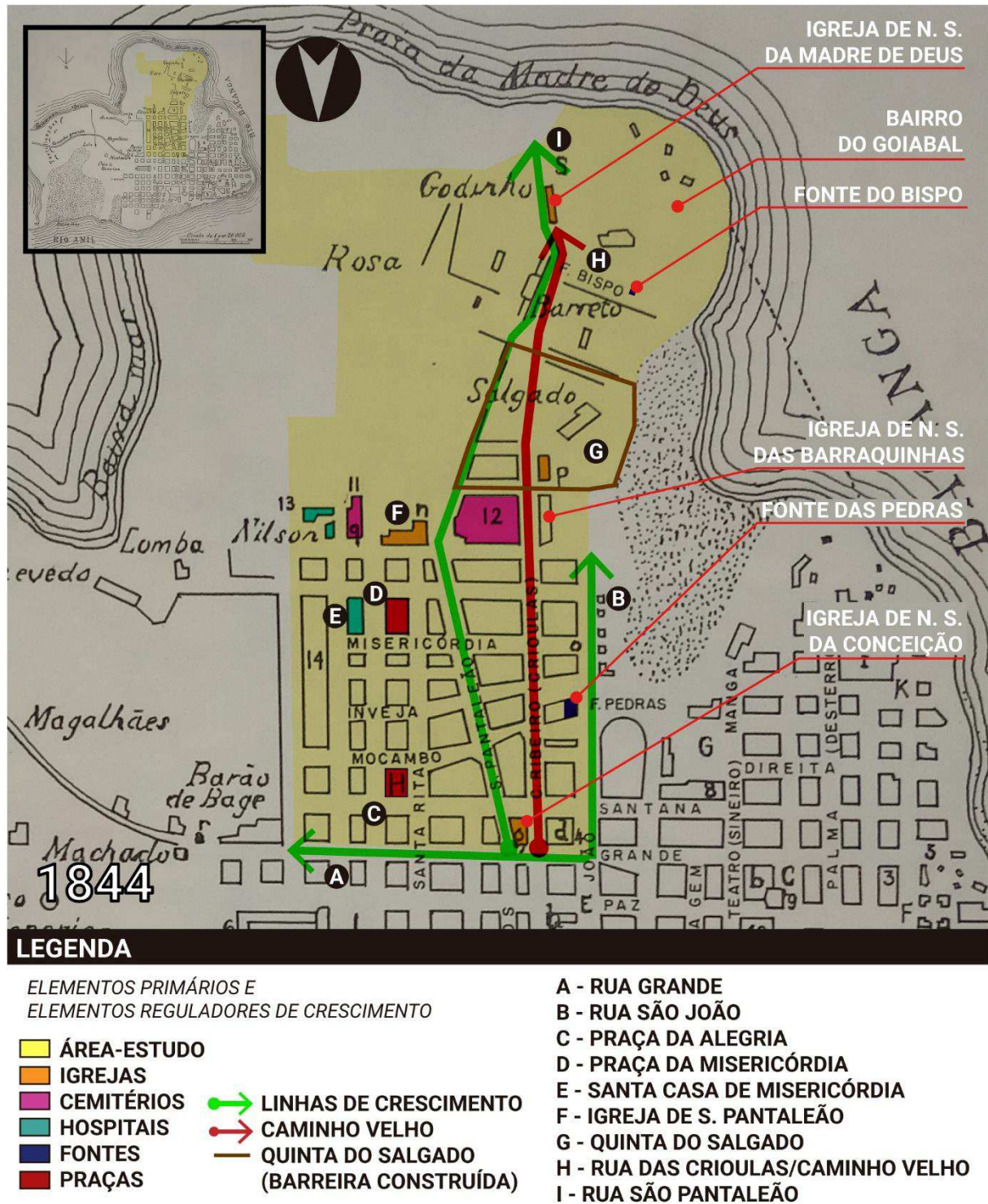
O Código de 1842 viria também no sentido de “melhorar” a qualidade arquitetônica, sobretudo das habitações. Substituindo as edificações de taipa e palha que ainda existiam na zona urbana para pedra-cal e telhas de barro. A concessão dos lotes pela Câmara passaria pela aprovação prévia por meio de um rascunho ou planta da edificação (ANDRADE, 2015), assim como do conhecimento das habilidades construtivas do futuro proprietário – no caso da autoconstrução, principalmente em se tratando de pretos alforriados. Estes pretos alforriados, como bem coloca Antônia Mota (2014), ainda que carregassem no corpo as lembranças dos seus dias de cativos, sabiam conquistar seus espaços na cidade a partir de trabalhos ainda árduos, na busca de ascender socialmente.

Não estava prevista naquela sociedade seu lugar, era preciso forjar este espaço, com seu trabalho principalmente. E os alforriados souberam conquista-lo, seja nas áreas alagadiças, nos terrenos baixos, nas áreas periféricas. Importante ressaltar que os alforriados não “desalinham” a cidade com sua intervenção, pois com certeza ninguém concederia lotes urbanos a um “homem preto” sem que antes ele não tivesse construído (MOTA, 2014, p. 42).

Com o desenrolar do século, a Câmara seguia em planos de ordenamento e embelezamento da cidade. O parcelamento do solo, seguindo as desigualdades raciais e de status, figurava-se na regularidade das quadras e na pluralidade de dimensões de lotes e edificações (IPHAN, 2007). Esses investimentos só foram possíveis graças aos institutos de crédito, bancos formados pela atividade comercial e portuária, que atuaram entre os anos 1840 e 1860 (LOPES, 2008). Em 1850, a lei número 289 trazia diversas obrigações quanto ao alinhamento das fachadas, manutenção do lote – a sempre manter limpo e em boa aparência -, bem como do controle das atividades na zona urbana (IPHAN, 2007). Estas obrigações se mantiveram com a reforma do Código de Posturas em 1866, trazendo “civildade” aos

seus habitantes por meio de “três recortes: *regularidade e aformoseamento; cômodo e segurança; e, salubridade*” (PEREIRA, 2014, p. 136).

Figura 8 - Análise da Cartografia de 1844.



Fonte: IPHAN-MA com adaptações do autor (2019).

O mapa acima (FIGURA 8) apresenta o panorama urbano no ano de 1844, pontuando as transformações urbanas na área-estudo. Conforme apresentado anteriormente, a presença de quintas de famílias de prestígio na sociedade

maranhense, como a do Salgado Mascoso (G), juntamente da implantação de fábricas e da construção de edifícios religiosos, impediu que o traçado urbano se expandisse a sul, orientando as pessoas humildes e marginalizadas socialmente a ocupar áreas alagadiças e de encosta. Com isso, provavelmente temos sinalizado o bairro do Goiabal, área periférica ocupada na Praia da Madre de Deus, onde Matheus de Jesus (2015) comenta possuir habitações de taipa e palha distantes dos olhares punitivos da administração local.

No outro extremo da área, a densidade urbana é verificada próxima à Rua Grande (A) e da Rua São João (B), sendo duas linhas de crescimento da cidade, seguindo o padrão de ocupação no entorno das igrejas. Percebe-se uma possível adequação do traçado ao solo, ou a edificações, corrigindo ou adaptando à configuração de malha, e daí aparecem as previsões de ruas a serem abertas seguindo o padrão estabelecido por Frias de Mesquita. Mota (2015) explicita que neste período, a ainda pouca ocupação da região da Madre Deus e nas proximidades do Largo de Santiago, mesmo com algumas edificações antigas já inseridas no território, conotava ares de periferia, com mata virgem e caminhos de terra que só no fim do século se conformariam enquanto vias.

Sobre a Rua de São Pantaleão (I), percebe-se seu papel de linha de crescimento da área-estudo, sendo uma via principal que estimula e conecta ocupações entre o norte e sul da ilha. Tendo em vista a ausência de dados que expliquem sua origem e partindo das leituras das cartografias encontradas e de descrições históricas do entorno, a hipótese levantada é a de que ela seria a união de duas partes: a primeira, iniciando de fato na Rua Grande, ligando a Igreja de N. S. da Conceição (1747) até a Igreja de São Pantaleão, em construção no ano de 1782; a segunda, uma possível adequação da Rua da Madre de Deus. Com isso, parte da Rua da Madre de Deus, ou Rua das Crioulas (H), desaparece no mapa de 1844, podendo haver relação com o parcelamento latifundiário das famílias de poder na sociedade, ampliando suas terras e incorporando ruas.

A ausência de espaços públicos é notável, talvez porque a vida na cidade ocorria muito mais nas ruas que em praças, e até mesmo pelo significado de “espaço público” enquanto definição que existe na contemporaneidade. Conforme descrições de Matheus de Jesus (2015), a vida urbana na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição estava no cotidiano matutino e noturno de uma população majoritariamente preta, que lidava com o trabalho e com práticas religiosas envolvendo tambor e

danças. Para Pereira (2014, p.145), a figura do preto escravizado possui um papel importante na dinâmica econômica da cidade, situando a rua como o lugar onde sua participação era mais efetiva: “[...] para o escravo urbano, o cais, as ruas, os largos, as esquinas e os becos de São Luís não eram apenas os lugares de trabalho, mas os seus territórios de sociabilidade, onde podiam resolver suas questões pessoais, amorosas ou não.

Isso ajuda a explicar porque a Praça da Misericórdia (D) ainda não existe ao estar inserida em uma quadra comum (habitação-comércio), ao passo que também pode indicar apenas uma porção de terra delimitada por quatro ruas. Já a Praça da Alegria (C), antigo Largo da Força Velha, renomeada em 1849 em um processo de ressignificação (LIMA, 2007), apresenta uma conformação de praça e como área de passeio para os moradores próximos. A praça nascendo enquanto praça, função intencional, seguindo desenho e programa próprios (LAMAS, 2004).

Sob o controle da Irmandade da Misericórdia, estavam: a Casa dos Expostos, que acolhia crianças renegadas pela família, o Cemitério da Misericórdia (1794), ambas construídas próximas à Igreja de São Pantaleão (F), o Hospital dos Lázaros, posicionado atrás do Cemitério e longe da zona urbana, e a Santa Casa de Misericórdia (MARQUES, 1870). A Santa Casa (E), anteriormente chamada de Hospital da Caridade e situava-se atrás da Igreja de São Pantaleão, foi construída voltada para o atendimento de pessoas pobres. Segundo Lima (2007), o Hospital transferiu-se para o antigo prédio da Tipografia Maranhense, na Rua do Norte, e, em 1836, adaptando a estrutura para o uso hospitalar, tornando-se a Santa Casa que existe ainda hoje. Porém, percebe-se no mapa um possível erro de localização, sinalizado como “14”, pois o referido hospital situava-se na Quinta do Monteiro, onde mais tarde seria construído o Hospital Português.

Destaca-se também o Cemitério Inglês, de 1817, cuja influência Pereira (2014) destaca ser de natureza econômica e política. Principalmente ao sugerir que as muitas transformações e regramentos no comportamento social (expressas pelos códigos e normas) seguiam o modelo de “civildade” europeia. Marques (1870) inclusive retrata os acordos econômicos estabelecidos entre Inglaterra e Brasil e os investimentos da Coroa Britânica voltados aos seus súditos em terras ludovicenses.

Além de promover ocupação em seu entorno, as quintas demarcavam as zonas urbanas das rurais (ZENKNER, 2012), muito mais expressivo pelo Caminho Grande (Rua Grande/Oswaldo Cruz). Com a chegada dos anos 1850, essas porções

de terras privadas foram aos poucos sendo parceladas e incorporadas ao traçado urbano ou compradas para um fim específico, como no caso do Cemitério do Gavião, sítio comprado em 1855 para suprir o enterramento das vítimas de varíola, tendo em vista o esgotamento de área disponível em outros cemitérios (MARQUES, 1870).

Já na caracterização enquanto um bairro étnico, iniciada pela Casa de Nagô em 1792 e pela ocupação de pretos e pardos livres no entorno das quintas e em áreas pouco propícias para moradia, a Casa das Minas surge em meio a este cenário que se transformava rapidamente. O documento mais antigo sobre a construção data de 1847 (FERRETI, 1995). Segundo o autor, há relatos de que a casa teria sido formada por cativos contrabandeados, mesmo com a proibição do tráfico marítimo, e funcionado muitos anos antes em uma senzala na Rua de Santana, próximo de onde hoje está o prédio do Cine Éden/Lojas Marisa.

A presença de duas casas de tambor de mina na área permite pensar na não expulsão das casas, podendo ser justificado na presença de brancos em festas pretas dedicadas a santos e santas católicos, expressando o sincretismo enquanto resistência. Matheus de Jesus (2012) aponta uma tensão social existente nos anos 1850 a partir da dualidade entre a articulação e mediação racial pelas festas religiosas-culturais, contrapondo com o aumento da população preta livre e os critérios de distinção dos grupos sociais no declínio da economia agroexportadora.

3.1 A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

São Luís experimentou este *boom* econômico de forma breve. O modelo agroexportador de arroz e algodão caiu em decadência, devido principalmente às conjunturas internacionais: a retomada da produção algodoeira norte-americana, pressões da Inglaterra ao fim da escravidão, Guerra do Paraguai, Guerra do Uruguai, e inclusive a desvalorização da moeda brasileira (LIMA, 2007; ANDRADE, 2015).

A crise do sistema agroexportador trouxe impactos também aos moradores ludovicenses, que buscavam manter ou evitar a perda de seus bens. Retorna-se então à figura de Salgado Mascoso. Como neste período era o neto quem tinha a posse das terras, este decide doar a Capela de São Tiago à Igreja, pois já estava em processo de abandono e arruinamento (MARQUES, 1870). A possível falência da família pode ser percebida tanto pela cartografia, em leitura do mapa de 1858, onde o extenso terreno se desmembra e se incorpora ao traçado da cidade, bem como na venda de

Da leitura da Figura 9, temos a Rua Grande (A), que serviu anteriormente para a ocupação na área estudo, agora expandido e adensando para o interior da ilha; e a existência de várias outras linhas de crescimento, ruas com expressiva significação e de conexão entre o norte e sul da área-estudo. Com isso, a Rua São João (B) se mantém sendo uma das primeiras linhas de crescimento, promovendo o adensamento urbano no sentido norte-sul, e oeste-leste; verifica-se também a Rua das Crioulas (C), Rua de São Pantaleão (D) e Rua do Norte (E) desempenhando a mesma função, conectando as novas instalações públicas que iam sendo construídas na Madre Deus. Dadas as crises econômicas já citadas e da consequente perda de terra das propriedades da elite da cidade, o traçado aparentemente saturado na porção norte (proximidades da Rua Grande) expande-se para a área central em um movimento de convergência, uma vez que as construções ao sul, a Igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus (I) e o Hospital Militar, estimulam uma ligação com o arruamento existente.

Com isso, o traçado planejado se apresenta enquanto um crescimento contínuo, buscando a sequência da malha adaptada ao solo. O fato desta adaptação ser legitimada denota a presença anterior de um traçado natural, ainda que não se possa afirmar em todos os casos, mostrando que muitos trajetos realizados pelos moradores se efetivaram no arruamento da área-estudo. Introduce-se à discussão o fato de I. Veiga, o autor da cartografia, omitir os espaços periféricos e de produção pobre e preta na cidade, que resistiram às tentativas de expulsão e padronização formal na ainda vigente escravização da população africana e descendente. O apagamento intencional de ocupações periféricas, como o bairro do Goiabal, e de edificações de uso cultural-religioso de matriz africana estabelece o cumprimento da institucionalização do racismo e promove uma construção de cidade e história pautado somente no legado de populações não-pretas. Daí a importância dos estudos históricos recentes que mostram a presença de populações pretas na forma da cidade, bem como em inserir estes espaços nas edições dos mapas.

A configuração das praças permanece inalterada, a Praça da Alegria bem evidente e a Praça da Misericórdia (F) sem uma caracterização enquanto praça. Destaque para o surgimento do Largo de São Tiago, mais tarde alterando para “Santiago”, tornando-se um espaço mais relacionado ao poder religioso do que de uma demonstração de posição social elevada, seguindo a lógica de praça na frente de uma instituição de poder, como é a Igreja neste caso. Segundo Benevolo (2005),

o traçado em tabuleiro de xadrez inculca a padronização dos espaços a todas suas colônias, daí estes espaços públicos seriam heranças do planejamento de cidade espanhol oriundo da União Ibérica no século XVI. Outro espaço que se acrescenta à área-estudo, seguindo esta mesma configuração descrita, é o Largo da Madre de Deus, que passa a refletir a importância da Igreja da Madre de Deus no século XIX. Desse modo, podemos considerar, porém não afirmar, que o Hospital Militar teria sido construído anexo à edificação religiosa.

A retomada da economia só ocorre de fato com a pausa das produções americanas oriunda da Guerra de Secessão (1861). Diante da volta da larga produção algodoeira, São Luís volta a focar em obras, fornecimento de serviços e no embelezamento, principalmente arquitetônico com o uso massivo de azulejos após a retomada de acordos comerciais com Portugal. Daí a necessidade de um maior controle no espaço urbano, conquistado na renovação do Código de Posturas em 1866, que dentre as várias restrições, proibia que qualquer obra nova ou reforma fosse iniciada sem a aprovação da Câmara (IPHAN, 2007).

Vale abrir um parêntese ao falar do papel do azulejo na arquitetura ludovicense. O azulejo é “elemento ornamental e utilitário que se ergue nas fachadas como indefectível marca registrada do jeito maranhense de morar” (MORAES, 1989, p.30); conota progresso, enobrecimento da propriedade e sinal de ascensão social (IPHAN, 2007). Estes dois pontos sobre o revestimento das fachadas podem ajudar na compreensão de sua aplicação desenfreada na contemporaneidade.

Já nas últimas décadas do século XIX, o crescimento econômico promove um aumento populacional não tão intenso e uma leve expansão no tecido urbano, marcando a permanência do traçado. A intensa urbanização da cidade no século XIX traduz-se na higienização dos espaços para evitar a proliferação de doenças. Havia epidemias de Febre Amarela, Sarampo, Gripe Espanhola e até mesmo Peste Bubônica, que vitimaram dezenas de milhares de pessoas. De certo, existia uma preocupação em aterrar áreas de mangue e outras áreas alagadiças por acreditar que estes ambientes naturais seriam vetores de doenças e, desse modo, das epidemias (PRADO, 2006). Conseqüentemente, várias intervenções higienistas foram propostas ao passo que a cidade apresentava taxas de estagnação ou de baixo crescimento populacional (ANDRADE, 2015).

Se em 1858, São Luís já contava com mais de 27 mil habitantes, em 1872 passava dos 31 mil (MOTA, 2015; IPHAN, 2007). É o período do fortalecimento das

indústrias não-agrícolas, de mão de obra remunerada, ainda que primeiramente fosse utilizada mão de obra escravizada. As consequências da Lei Áurea, em 1888, passam pelo fim da comercialização interprovincial de pretos para os campos de café no sudeste, e pela transferência do capital dos grandes latifundiários para o parque industrial do sul da cidade (Madre Deus), pontuando o fim da economia agroexportadora (LOPES, 2008).

Com isso, a ocupação que ocorria no entorno das fábricas deu-se de forma rudimentar, a partir das terras ociosas públicas, em lotes estreitos e casas autoconstruídas de porta e janela (ANDRADE, 2015). A autora ainda assinala o aproveitamento completo do lote que chegava a promover insalubridade, em uma verdadeira corrida para possuir um pedaço de terra e estabelecer moradia no bairro operário da Madre Deus.

Figura 10 - Habitações na periferia da cidade: Codozinho nos anos 1920.



Fonte: Página “Minha Velha São Luís” no Facebook⁴.

Matheus de Jesus (2015) retrata o cotidiano dessa área residencial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a que ele chama de *cidade negra*, tendo em vista a grande concentração de pessoas pretas e pardas, livres ou escravizadas⁵, vendo a importância das religiões de matriz africana e das principais manifestações culturais que surgiram e resistiam às constantes repressões policiais. Mesmo esta sendo a freguesia de maior presença preta e parda, a sua situação escravizada, geralmente criados domésticos, indica a presença também de muitos brancos. De

⁴ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

⁵ Segundo o Censo de 1872.

maioria feminina, sem trabalho e de 6 a 10 anos de idade, a presença do branco na freguesia estabelece e reproduz a estrutura social da época, verificado na estrutura da casa colonial em casa grande e senzala. Segundo Nestor Goulart Filho (2000), a produção e o uso da casa baseavam-se na mão de obra escravizada e isto pode estabelecer um traço importante de transposição e herança de estruturas e relações de poder e trabalho mesmo com o fim da escravidão.

Matheus de Jesus (2015) ainda traz um panorama urbano onde a precariedade de serviços e de investimentos denotam a manutenção de uma política racista, indiferente à população que ali morava e que também sofria com as epidemias que assolavam a cidade. A vida na região estava nas ruas e a arquitetura predominante era de casas térreas de porta e janela e, principalmente, casebres de taipa e palha (a FIGURA 10 retrata esse panorama em um tempo e espaço não tão distantes destas descrições), que não eram permitidas pelos Códigos de Postura (JESUS, 2015).

O desenvolvimento da área chega nos últimos anos do século XIX com os fortes investimentos no parque industrial. Destaca-se a introdução de capital privado (tendo a mudança do foco da aristocracia rural a partir do declínio das produções de algodão e arroz, passando seus investimentos para as indústrias têxtil, de sabão e óleos) e ênfase neste parque pelo Estado como uma “esperança maior para o progresso da região” (SILVA, 2012, p. 51). A abertura de novas vias, a construção de novas moradias e a ampliação da linha do bonde, existente desde 1872, até a Praia da Madre de Deus, mostram o quanto a cidade crescia orientada e condicionada pela importância das indústrias (ANDRADE, 2015).

São Luís já possuía, portanto, zonas funcionais bem definidas: as atividades mercantis e portuárias, ocorrendo na Praia Grande; a Avenida Pedro II e 5 de julho, antigo nome da Av. Beira Mar (LIMA, 2007), como centros administrativos; o comércio varejista nas proximidades da praça João Lisboa; a atividade fabril na porção sul da cidade; e, a área residencial concentrada entre a região da praça Gonçalves Dias e São Pantaleão (IPHAN, 2007).

3.2 OS BAIRROS DE SÃO PANTALEÃO E MADRE DEUS NO SÉCULO XX

Devido aos crescentes regramentos e leis que buscavam orientar, organizar e padronizar o espaço urbano, percebe-se um processo de laicização do território ao mesmo tempo em que os usos de diversas regiões iam sendo consolidados. A Igreja perdia lentamente seu controle na administração territorial por meio das freguesias, como pode se perceber em recorte do mapa de 1912 (FIGURA 11), com a divisão da zona urbana de São Luís em 4 distritos (IPHAN, 2007; ANDRADE, 2015). Até então, não se pôde identificar em que momento as freguesias deixaram de ser uma referência de divisão territorial. Mas ao que tudo indica, elas perdem importância na transição do século XIX para o século XX, uma vez que o Censo de 1872 utiliza a divisão por freguesias para a contagem populacional.

Entre os anos de 1872 e 1900, 27 fábricas instalaram-se na cidade espalhando-se em diversos pontos, levando uma descentralização de serviços e uma expansão do tecido urbano para o Anil (LOPES, 2008). Segundo Andrade (2015), no referido polo industrial, ao sul da cidade, dada a proximidade e facilidade do escoamento dos produtos pelo rio Bacanga, quatro grandes empreendimentos de produção têxtil são implantados até o final do século XIX: a Fábrica Progresso, em 1892; a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo (FIGURA 12), em 1894; a Fábrica São Luís e a Fábrica Santa Amélia em 1900.

Figura 11 - Divisão da Zona Urbana de São Luís em Distritos.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>).

Figura 12 - Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo em 1908.



Fonte: RAMOS, 2008. p. 66

Há de se pontuar também a Fábrica Martins & Irmãos, instalada no Largo de Santiago desde a segunda metade do século XIX, que disparou na produção do soque de arroz, nas primeiras extrações do óleo de babaçu, na produção de sabão e sabonetes e, principalmente, no algodão medicinal (MOTA, 2015).

Com a chegada do século XX, a cidade acompanha os trilhos dos bondes, implantando-se e consolidando-se nos arredores das fábricas. Lopes (2008) considera este como o fator de consolidação das áreas de São Pantaleão, por meio da Fábrica Santa Amélia, e Madre Deus, pela Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo. Da conformação de quadras, Mota (2015) sugere que as fachadas estreitas, geralmente de edificação térrea e de lotes compridos, sejam resquícios das primeiras habitações de taipa e palha. Ainda da mesma autora, um relato de uma moradora entrevistada aponta a locação, pelos donos das fábricas, de diversas edificações para a moradia de seus trabalhadores. Inserida na “zona” residencial, as casas alugadas situavam-se “entre a rua de Santa Rita, depois da Praça da Alegria, até a Igreja de São Pantaleão” (MOTA, 2015, p 67).

Esta descrição, somada às análises cartográficas feitas anteriormente e da descrição histórica e de evolução urbana, denota a conformação das áreas de São Pantaleão e Madre Deus com a predominância residencial. A proximidade com as fábricas acaba sendo um dos principais pontos de atração para a consolidação da

região, pois o foco no parque industrial trouxe investimentos também para a infraestrutura urbana, como pavimentação, transporte (bondes) e iluminação pública.

A primeira metade do século XX manifesta-se na tentativa de transformar São Luís em uma referência industrial, a “Manchester do Norte”, ao passo que as epidemias continuavam a vitimar boa parte da população ludovicense. Lopes (2008) aponta que a implantação do parque fabril na Madre Deus não trouxe um crescimento demográfico, e conseqüentemente de mão-de-obra; contudo, os investimentos na industrialização acarretaram na descentralização dos serviços e na difusão de fábricas pela cidade.

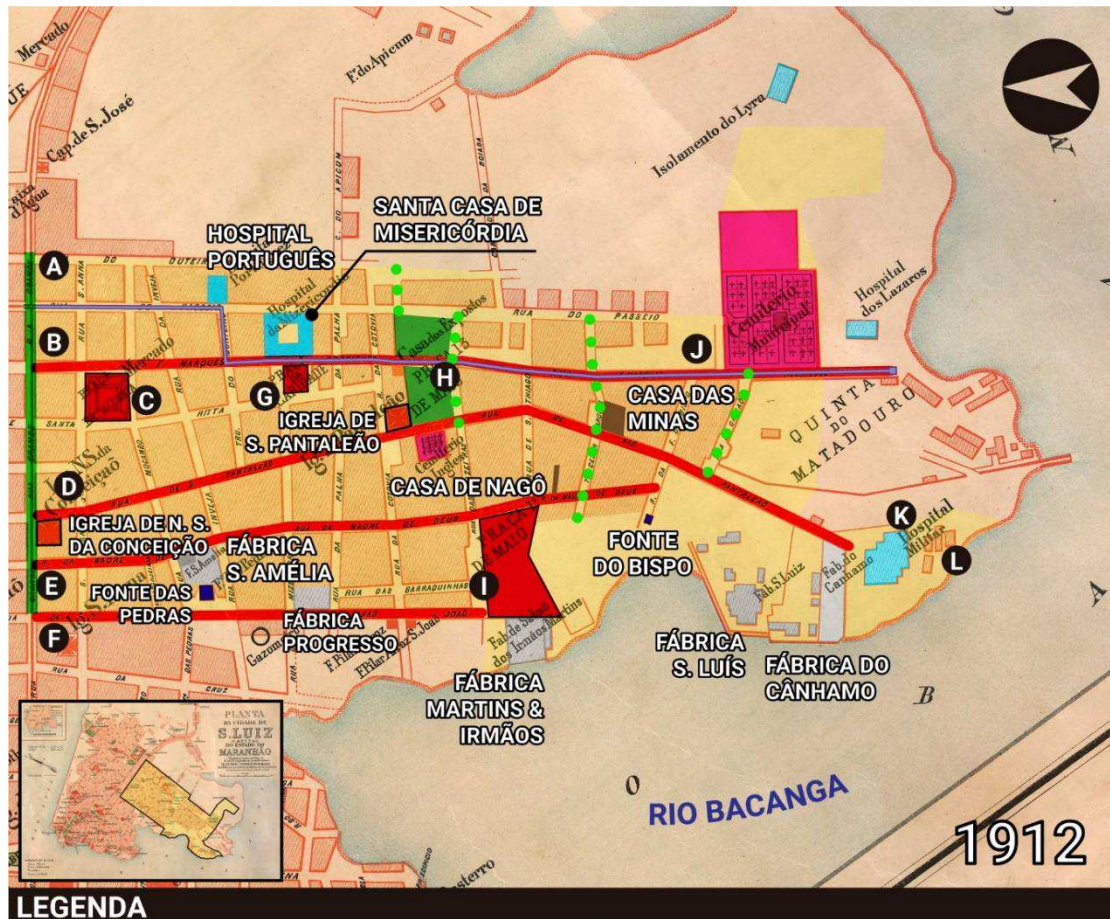
Mota (2015) ainda destaca a permanência da agricultura como a base econômica do Estado após a crise, a partir de produções de subsistência e do estabelecimento de novas relações de trabalho, análogas à escravidão, oriundo da extração da carnaúba, do babaçu e do algodão, assim transportados do interior do estado e beneficiado nas indústrias da capital. A economia retoma totalmente dependente do mercado externo, a partir da exportação do óleo de babaçu e do algodão no contexto da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918 (LOPES, 2008).

Como resultado, os investimentos em infraestrutura urbana acarretaram em melhorias e urbanização dos espaços públicos. Da Figura 13 percebe-se a permanência do traçado e a abertura de novas vias: Beco das Minas (tendo como referência a Casa das Minas), Rua do Gavião (partindo do Cemitério do Gavião até a Rua de São Pantaleão), a extensão da Rua das Cajazeiras (rompendo os limites topográficos e estabelecendo uma nova linha de crescimento). Neste momento, as principais vias de conexão norte-sul deixam de funcionar como linhas de crescimento, restando agora ao adensamento do traçado existente seguindo as fábricas e a linha de bonde existente (tração animal).

Nota-se que este período de urbanização se atribui principalmente às praças, tendo como exemplo a Praça da Misericórdia, já indicada no mapa. As imagens do início do século apresentam um contexto de campo aberto com algumas árvores, sem urbanização, possuindo uma conformação inicial de largo desde os anos 1870, passando posteriormente à praça (LIMA, 2007). Curiosamente, este é o período com mais praças e largos, ainda que nem todos estivessem urbanizados. Surgem a Praça 13 de Março (H) e a Praça Clodomir Cardoso, onde estava o saturado Cemitério da Misericórdia, o Largo de Santiago firmando-se no traçado urbano mesmo com a perda da ligação com a Igreja de São Tiago, que já havia sido demolida. A Igreja de

N. Senhora das Barraquinhas também foi demolida e o espaço público que existia em sua frente incorporou-se às duas quadras tornando-as em uma.

Figura 13 - Análise da Cartografia de 1912.



ELEMENTOS PRIMÁRIOS E
ELEMENTOS REGULADORES DE CRESCIMENTO

- ÁREA-ESTUDO
- IGREJAS
- CEMITÉRIOS
- HOSPITAIS
- FONTES
- PRAÇAS
- FÁBRICAS
- NOVOS ESPAÇOS

- TRAÇADO NOVO
- RUA GRANDE
- VIAS PRINCIPAIS
- LINHA DE BONDE

- A - RUA GRANDE
- B - RUA DO NORTE
- C - PRAÇA DA ALEGRIA
- D - RUA DE S. PANTALEÃO
- E - RUA DAS CRIOULAS
- F - RUA SÃO JOÃO
- G - PRAÇA DA MISERICÓRDIA
- H - PRAÇA 13 DE MARÇO
- I - PRAÇA 1º DE MAIO/LARGO DE SANTIAGO
- J - PRAÇA DO CAMPO SANTO/SAUDADE
- K - HOSPITAL MILITAR
- L - BAIRRO DO GOIABAL

Fonte: Biblioteca Nacional Digital com adaptações do autor (2019).

Fonte: 1 - Martins, 2010, p.88; 2 – Lopes, 2008, p. 246; adaptado pelo autor (2019).

Outros espaços significativos aparecem nesta cartografia, como a Praça do Campo Santo (antigo nome da Praça da Saudade), que aparentemente possui o mesmo histórico apresentado pela Praça da Misericórdia: incorporado à uma quadra única, não possuindo configuração enquanto praça e não urbanizada; a Praça da Alegria, com a edificação central já existente; o Cemitério do Gavião, que passa a

concentrar todos os enterramentos e tirando a responsabilidade da Igreja em providenciar cemitérios, geralmente próximas às igrejas, e impedindo que a cidade multiplique locais de enterro à mesma proporção de igrejas; o ainda presente Cemitério Inglês, que se mantém até a metade do século, e o Matadouro Público.

O interessante da leitura deste último espaço está na separação e isolamento do restante do tecido urbano, promovendo a separação de funções no bairro, bem como de impedir a mistura de dinâmicas em um ambiente que exige salubridade, pois trata-se do armazenamento e abate de animais. E ainda se conecta diretamente com um porto que permitia a chegada do gado pelo rio. Outra observação está na integração do Largo da Madre de Deus à propriedade do Matadouro. O Largo da Madre de Deus deixa de existir paralelamente à Igreja, que se incorpora ao hospital reformado nos anos 1930 pelo governo estadual se chamando então Hospital Geral. Além disso, essa relação da Madre Deus e do Matadouro com o mar não se interrompe mesmo com a ocupação de bairros periféricos. Destaque para o bairro do Goiabal, onde a presença de arquétipos de quadra sugere a tentativa de representar o lugar, mesmo sem um levantamento.

Com a perda da influência religiosa, dada as demolições de igrejas, a transformação enquanto um bairro-operário se apresenta com a introdução de várias fábricas que alteram aos poucos a dinâmica urbana, na qual a relação entre moradia e trabalho criava interdependências, mesmo a quem produzia para sustento próprio. Mota (2015) relata, por exemplo, a extração de lenha dos mangues próximos por famílias de pessoas pretas que era vendida para servir às caldeiras das fábricas. Vale destacar os espaços em que estas fábricas se implantaram, próximos de fontes d'água ou na margem dos rios, e em posição expressiva no tecido urbano. Os serviços, principalmente hospitalares, instalam-se na Rua do Passeio tornando uma rua especializada neste serviço. Destaca-se o Hospital Português que funciona de 1869, situado na antiga Quinta do Monteiro obtida pela Real Sociedade Humanitária, sociedade formada apenas por portugueses (LIMA, 2007). Além da Rua do Passeio, hospitais instalados na Madre Deus estabelecem a região como outro polo de serviços médicos, como no caso do Hospital Militar. O aumento desses hospitais verifica-se no contexto de epidemias e das soluções e medidas tomadas para erradicá-las. Dentre as outras medidas estavam a exclusão e isolamento de leprosos fora da zona urbana da cidade, passando para os hospitais inseridos no Lira, que mais tarde seriam transferidos para o outro lado do rio Bacanga.

Dessa forma, os investimentos em serviços públicos partem agora para o combate das epidemias. Segundo Silva (2012), as políticas higienistas dos anos 1920 visavam a eliminação de ambientes insalubres, traduzidos na conversão dos térreos dos sobrados em comércio e nos planos de realocação dos “bairros pobres” para lugares distantes da zona central da cidade. Ainda nesta década, os gestores da cidade recorrem a empréstimos externos para expansão de serviços urbanos (como energia elétrica, encanamento de água e esgoto, dentre outros) tendo em contrapartida a concessão, manutenção e prestação de serviços a empresas estrangeiras (LOPES, 2008).

De acordo com Morrison (2011), São Luís foi uma das primeiras cidades no Brasil a possuir bondes de tração animal, e uma das últimas a utilizar bondes elétricos. O que só se realizou em 1923, com a concessão dada à empresa norte-americana Ulen & Co. Cabia à Ulen obras para distribuição de água, coleta de esgoto, energia elétrica e prensagem de algodão, funcionando até 1946 quando o Estado rescinde o contrato (LOPES, 2008; SILVA, 2012).

Com a chegada dos anos 1930, Paulo Ramos se torna interventor do Estado e seu foco estava no fortalecimento das instituições públicas e na reorganização financeira, tendo em vista as dívidas externas das muitas obras realizadas décadas antes (SILVA, 2012). A cidade mantinha a mesma configuração arquitetônica colonial do século XVIII e XIX e esse conjunto preservado era visto como um empecilho na modernização da cidade (IPHAN, 2007). Das obras higienistas que marcaram o período de intervenção federal constam, a partir do Plano de Remodelação da Cidade:

[...] a criação do Serviço de Salubridade das Habitações, voltados aos casarões então transformados em cortiços no centro da cidade; demolição de ruínas; arborização urbana; abertura das avenidas Magalhães de Almeida e Getúlio Vargas; alargamento e alinhamento de vias; reformas de praças e jardins; reforma do Hospital Geral e Instituto Oswaldo Cruz; construção do Novo Mercado Municipal (ANDRADE, 2015 p.38)

Silva (2012) destaca as diversas ações impositivas e autoritárias quanto à higienização de bairros pobres nas proximidades da zona urbana, autorizadas inclusive por lei, que proibia construções de taipa e palha, a presença da alcova nas novas habitações, assim como da padronização da moradia com recursos que muitos não possuíam, levando assim à saída dos moradores mais pobres.

A construção da Av. Magalhães de Almeida nos anos 1940 marca a separação dos modelos urbanos tradicionais dos modernos, e apesar de não

conseguir alterar a característica colonial da cidade, apenas esta avenida foi suficiente para implantar um sentimento de modernidade à população traduzidos nas novas construções de estilo moderno, principalmente nos primeiros edifícios (BURNETT, 2006).

Como consequência das intervenções higienistas e da laicização do poder político-administrativo, a igreja-matriz da antiga freguesia também sofreu com os novos ares de modernização. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, uma das mais populares da cidade, foi demolida em 1939 por conta do seu avanço lateral de quase 1/3 da largura da Rua Grande (FIGURA 14) que causava diversos acidentes ao trânsito dos bondes. Segundo Moraes (1989), isso requeria cuidados especiais ao usar o meio de transporte, mas chama atenção o desejo pela demolição existir desde 1870, pelo mesmo motivo citado, justificado também pela falta de zelo com a edificação.

Figura 14 – Rua Grande e Lateral Direita da Igreja de Nossa Senhora da Conceição nos anos 1930.



Fonte: Página “Minha Velha São Luís” no Facebook⁶.

À medida que novos investimentos, obras e ideários se estabeleciam na cidade e na população ludovicense, verifica-se na Figura 15 a permanência do traçado na área de São Pantaleão, com pouquíssimas aberturas de novas vias e a expressividade dos espaços públicos, em especial do Largo de Santiago.

⁶ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Figura 15 - Análise do Levantamento Aerofotográfico nos anos 1940.



A - VAZIO	M - CEMITÉRIO INGLÊS
B - PRAÇA DA ALEGRIA	N - LARGO DE SANTIAGO
C - FÁBRICA S. AMÉLIA	O - CASA DAS MINAS
D - HOSPITAL PORTUGUÊS	P - CASA DE NAGÔ
E - CENTRO DE SAÚDE DR. PAULO RAMOS	Q - FÁBRICA IRMÃOS MARTINS
F - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	R - PRAÇA DA SAUDADE
G - PRAÇA DA MISERICÓRDIA	S - CEMITÉRIO DO GAVIÃO
H - FÁBRICA PROGRESSO	T - DESMEMBRAMENTO DO MATADOURO
I - PRAÇA CLODOMIR CARDOSO	U - FÁBRICA SÃO LUÍS
J - IGREJA DE S. PANTALEÃO	V - FÁBRICA DO CÂNHAMO
K - LARGO DA IGREJA DE S. PANTALEÃO	X - HOSPITAL GERAL
L - PRAÇA 13 DE MARÇO	Y - BAIRRO DO GOIABAL
— RUA GRANDE	— ESPAÇO VAZIO - DEMOLIÇÃO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO
— RUA DAS CRIOULAS	— PRAÇAS E LARGOS
— RUA DE SÃO PANTALEÃO	— IGREJAS
— RUA DO NORTE	— HOSPITAIS
— RUA DO PASSEIO	— FÁBRICAS
— RUA CAMINHO DA BOIADA	— CASAS DE TAMBOR DE MINA
- - - DELIMITAÇÃO DA ÁREA-ESTUDO	

Fonte: Acervo Digital do Iphan com adaptações do autor (2019).

Contudo, Lima (2007) comenta que o largo desaparece quando um conjunto residencial de 26 casas construídas pelo IPEM (Instituto de Pensão do Estado do Maranhão) nos anos 1950 extingue de vez o Largo de Santiago, na qual a parcela restante torna-se propriedade da Fábrica Martins & Irmãos (ANDRADE, 2015; MARTINS, 2010).

As fábricas promoveram, inclusive, a ocupação residencial e o adensamento urbano introduzindo vilas operárias nas proximidades das instalações industriais. O surgimento da Vila Isabel (B) é um exemplo de vila operária em sua essência, permitindo aos trabalhadores uma facilidade de acesso às várias fábricas inseridas na área (ANDRADE, 2015). No entanto, é possível perceber outras edificações padronizadas que encaixam na tipologia fabril do início do século XX pela Rua das Crioulas e Rua de São Pantaleão.

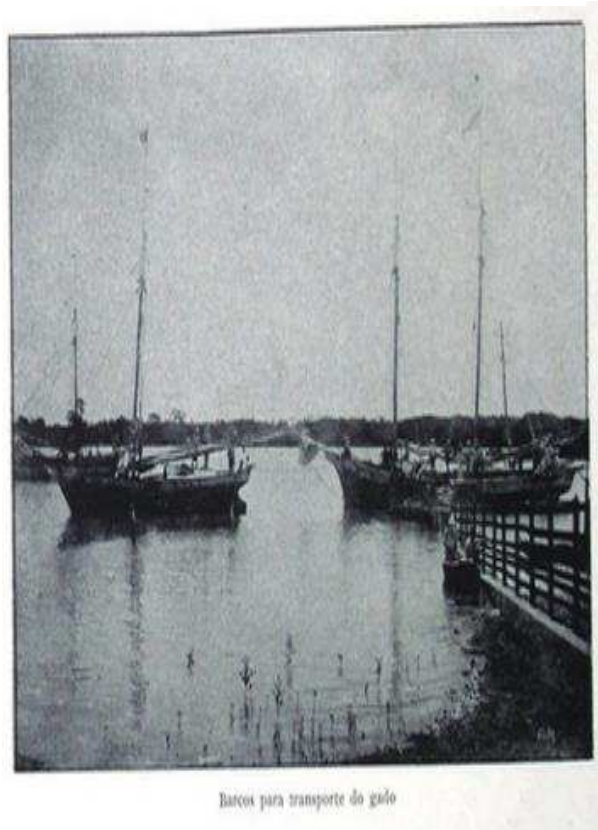
Como observado anteriormente, a ausência de espaços públicos fazia da área tipicamente residencial, com ausência de espaços públicos. Talvez pela divisão funcional do fim do século demonstrar agora a necessidade de novos espaços públicos para um bairro residencial que estava em consolidação. Com isso, um largo se forma na região da Fonte do Bispo, provavelmente enquanto obra higienista; a Praça da Misericórdia (G) que já teria passado pelo processo de urbanização, bem como a Praça da Saudade (R); e a permanência das Praça 13 de Março (L) e da Praça Clodomir Cardoso (I), ainda não urbanizadas e não arborizadas.

Percebe-se também um ciclo vicioso de construções e demolições, ao que Lynch (1980) revela enquanto um processo participante do espaço urbano, e que se acentua a partir dos anos 2000 com a perda de referências e de laços afetivos com os lugares que se transformam em diversos usos em curtos espaços de tempo (CARLOS, 2007). Dentre as edificações que deixaram de existir, constando no mapa de 1940, a Casa dos Expostos e da Casa dos Lázaros, ambos de responsabilidade da Irmandade de Misericórdia. Desta última, não se sabe em que data a edificação transferiu-se da Rua do Passeio para o Lira, atrás do Cemitério do Gavião (S). Provavelmente o edifício foi mantido e demolido posteriormente, pois Silva (2012) discorre sobre a construção da Colônia do Bonfim, em 1937, que abrigava o novo leprosário da cidade: isolada e distante da cidade, era planejada para ser autossuficiente.

Dos cemitérios existentes, o Cemitério Inglês (M) ainda muito expressivo no contexto da área estudada e não tendo a informação da importância e presença de ingleses na cidade, nem se os naturais da cidade podiam ser enterrados por lá. Contudo, o Cemitério do Gavião passa a se expandir em direção ao Lira, o que denota um aumento de enterros e estabelecendo-se como principal cemitério público da cidade.

Um outro ponto a se enfatizar deste período está na perda da função do Matadouro. O Álbum do Maranhão de 1923 destaca a edificação como uma das mais modernas à época, cuja arquitetura, métodos de limpeza e de abate do gado se comparava aos matadouros europeus. Presume-se que sua função deixou de existir nesses quase 30 anos, pois sua grande extensão começava a se desmembrar em uma ocupação de dentro para fora, intramuros, onde a presença da Avenida Ruy Barbosa apresenta-se enquanto eixo principal de desmembramento e conexão com o tecido urbano (T). Inclusive, Lopes (2008) destaca a presença de um portão que permita a entrada aos bairros operários, onde logo desaparece junto do muro. A ligação com o Porto da Madre de Deus ao sul (FIGURA 16), por onde parte do gado chegava, com o bairro do Goiabal (Y) pode ter gerado uma nova possibilidade de ocupação com a existência de novas vias e mais um novo conjunto operário (ANDRADE, 2015).

Figura 16 - Porto da Madre de Deus.



Barcos para transporte do gado

Fonte: Álbum do Maranhão, 1923, p.173.

Com a perda do poder político da Igreja, visível através da demolição de diversas igrejas inseridas na área-estudo, dentre elas a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, restando apenas um terreno baldio (A), o predomínio agora apresenta-se em serviços, principalmente do hospitalar, que se amplia até o fim do século. A Santa

Casa de Misericórdia passa por diversas reformas, e incorpora outros hospitais anexos tornando-se um complexo hospitalar maior. A construção do Centro de Saúde Dr. Paulo Ramos, próximo da Santa Casa, em 1940, como o mais moderno, mais aparelhado, seguindo rígidas regras sanitárias (FERREIRA *et al.*, 2018) reafirma a Rua do Passeio enquanto principal provedora desses serviços de saúde.

Há também a permanência das casas de tambor de mina, traduzida no prestígio religioso e cultural das festas realizadas nas ruas e que trouxe uma caracterização social ao bairro, de maioria preta e parda. Percebe-se que a mão de obra fabril compreendia uma parcela significativa dessas pessoas pretas e pardas, colocado tanto por Mota (2015) quanto por Ferreti (1995), que destaca que mulheres da Casa das Minas trabalhavam em fábricas de tecido entre 1890 e 1960, década de falência de muitas companhias fabris.

Segundo Costa (2018), o extrativismo do babaçu, cujo óleo alimentava maquinários do exterior durante a Segunda Guerra, serviu de base da economia maranhense até os anos 1960. A preferência do eixo centro-sul do país no desenvolvimento dos parques fabris, que já produziam “desde maquinário leve e pesado até as sofisticadas indústrias de petróleo e energética” (COSTA, 2018, p.02), e a falta de capital para modernização nas fábricas locais no século XIX, levou à quebra das antigas indústrias maranhenses, motivo esse da preservação do legado arquitetônico-fabril do século XIX.

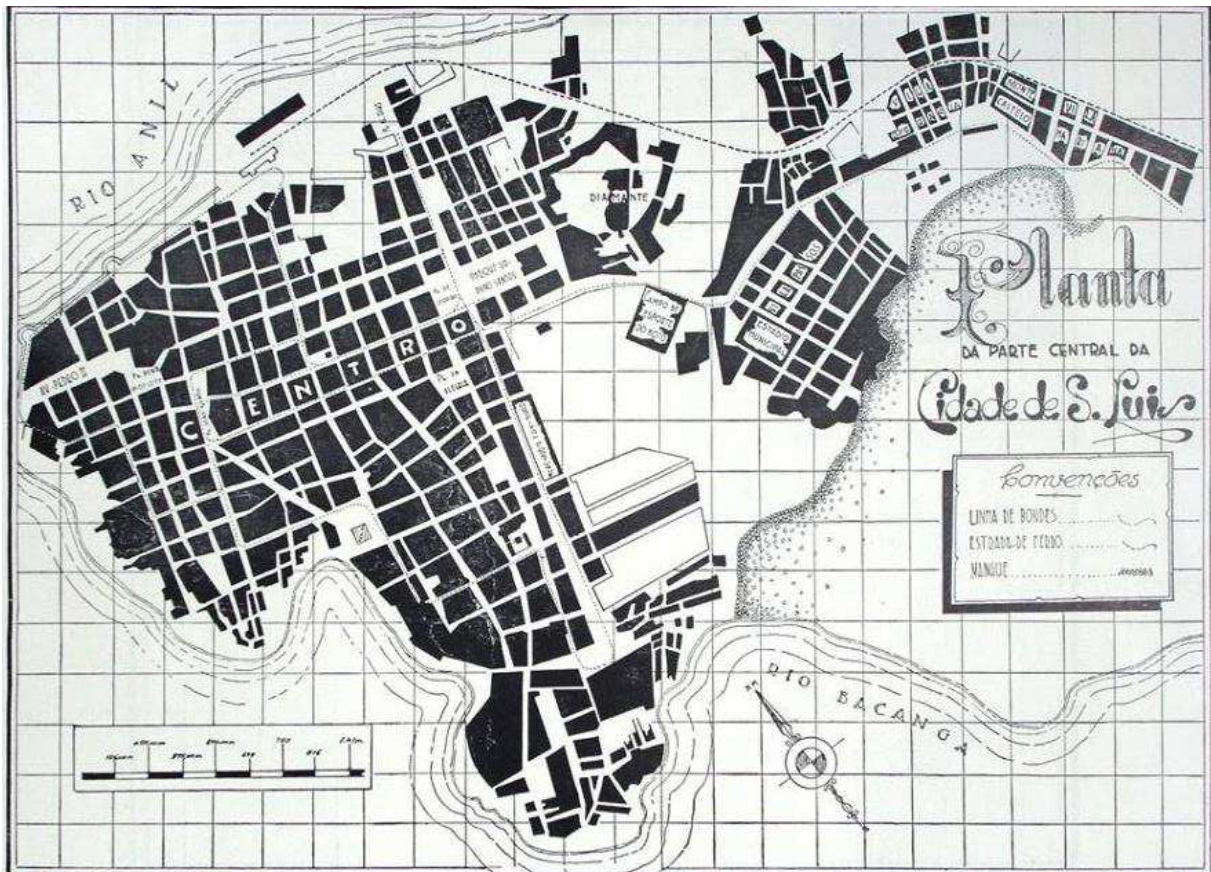
Já na segunda metade do século, o Maranhão é tido como um estado do atraso e do abandono, inclusive por intelectuais locais (SILVA, 2012). Com isso, a autora aponta ainda a necessidade da época de modernização, em especial da capital, que se estabeleceria por meio de planos de expansão. Para Prado (2006), estes planos expressavam um anseio pela modernização e crescimento pautado nos ideários desenvolvimentistas plantados acentuadamente durante o governo JK (1956-1961).

O primeiro, o *Plano de Remodelação da Cidade* de 1937, na gestão de Saboya Ribeiro, buscava a introdução de novas vias inseridas no traçado existente, conectados a equipamentos e espaços públicos. O segundo viria década de 1940, na gestão de Pedro Neiva de Santana, prefeito entre 1937 e 1945, a partir do *Novo Plano da Cidade*. Antes mesmo do plano do engenheiro Ruy Mesquita, o *Plano Rodoviário* de 1950 já desenhava o desejo de ocupar o norte da ilha, nas regiões das praias, zoneando novas áreas residenciais, estabelecendo um uso industrial a oeste e

conectando com um novo porto, o Porto do Itaqui (já que as fozes dos rios Anil e Bacanga passava por um processo de assoreamento), e a rede ferroviária existente (PRADO, 2006).

O *Plano de Expansão da Cidade de São Luís* (1958), de Ruy Mesquita, buscava a reorganização da cidade seguindo princípios do urbanismo moderno e o foi o primeiro plano a pensar a cidade em sua totalidade, diferentemente dos anteriores que pontuavam obras específicas sem conexão entre elas (SILVA, 2012). A ideia de desenvolvimento também partia de zoneamentos especializados fora do centro da cidade (PRADO, 2006).

Figura 17 - Planta da Cidade de São Luís (1950).



Fonte: Página "Cazumbá da Ilha" no Facebook⁷.

A planta da cidade de 1950 (FIGURA 17), presente no Álbum do Maranhão do mesmo ano, apresenta uma cidade com um centro saturado, que não se expande mais ao sul tendo o Rio Bacanga como uma barreira natural, e que não ocupa regiões próximas de mangue, lembrando que desde o século XVIII as camadas sociais mais

⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/Cazumb%C3%A1-da-Ilha-822648941131064/>>. Acesso em: 24/08/2019.

baixas se instalavam nesses ambientes alagadiços. Uma vez adensado, a linha de crescimento procura romper uma barreira ou se instalar em outro ponto, e com isso, a Rua Grande, que desde o traçado inicial se configura como tal, é responsável pela ocupação e adensamento de bairros que seguem o seu caminho. Destaca-se este mapa em especial por trazer as configurações irregulares das ocupações periféricas. Primeira vez que os bairros do Goiabal, Lira, e Belira, próximos da área delimitada para este estudo, são pontuados no mapa enquanto pertencentes ao traçado.

Com o governo Sarney nos anos 1960, o Estado passaria pelo “Maranhão Novo”, um período de “milagre” manifestado em mudanças políticas, administrativas e econômicas seguindo a visão empreendedora no novo governador e alinhado com o governo federal militar (COSTA, 2018). Com isso, tem-se a federalização de diversos investimentos e obras estruturante na cidade, que vão desde a construção de conjuntos residenciais, pontes e novas vias, até a instalação de companhias industriais, da concretização do Porto do Itaqui e da estrada de ferro Carajás, atraindo serviços e corroborando com o êxodo rural (BURNETT, 2006).

Figura 18 - Construção da Barragem do Bacanga entre os anos 1960-1970.



Fonte: Página “Minha Velha São Luís” no Facebook⁸.

Os planejamentos supracitados permitiram a reorganização dos fluxos para o Porto do Itaqui, havendo então a necessidade de encurtar a distância do centro até o novo porto (ESPÍRITO SANTO, 2006). Apesar da necessidade de uma ponte, apontada nos vários planos de expansão, um projeto de barragem foi concebido entre

⁸ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/>>. Acesso em: 21 nov. 2019

1966 e 1967. A Barragem do Bacanga (FIGURA 18) foi então construída entre as décadas de 1960 e 1970, constando no projeto um reservatório, uma ponte de ligação, um vertedouro e uma usina maremotriz, que não foi construída e utilizaria o movimento das marés para abastecer a população com energia elétrica (PRADO, 2006).

As alterações na paisagem que se seguem a partir de grandes obras estruturantes seguem o aparelhamento e pretensões desenvolvimentistas do governo militar federal na cidade, trazendo consequências sobretudo para os mais pobres. Segundo Costa (2018), a expulsão e destruição de comunidades e bairros pobres ocorre paralelamente à previsão da construção de um bairro nas proximidades do Itaqui. Em 1968, um incêndio pôs abaixo dezenas de casas do bairro do Goiabal. O alto número de desabrigados “obriga” a gestão pública a tomar uma decisão rápida, traduzida na construção do novo bairro iniciada no mesmo ano. O remanejamento dessa população pobre, aliada a outro sobre a instalação do campus universitário da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), fez nascer o bairro do Anjo da Guarda, levando esse contingente de pobres o mais distante da zona urbana. Dessa forma, as políticas de exclusão e de racismo ambiental, verbalizadas no início do século, se concretizam para “ceder espaço ao concreto e ao asfalto” (COSTA, 2018, p.4).

Figura 19 - Bonde da Linha São Pantaleão na Rua Antônio Rayol (anos 1960).



Fonte: MORRISON, 2011⁹.

Além disso, os bondes elétricos (FIGURA 19) vão perdendo espaço por conta do aumento do tráfego de automóveis particulares. Mendes (2005) comenta ainda a intenção da municipalidade em substituir os bondes elétricos por transportes coletivos movidos a diesel iniciando por meio de sabotagem e depredação dos bondes

⁹ Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/sl/sl.html>>. Acesso em: 21/11/2019.

para convencer a opinião pública sobre a ineficácia de seu funcionamento, sobretudo na cidade moderna que São Luís se tornava. O autor pontua que o fim do tráfego dos bondes em 1966 trouxe consequências para as populações pobres que precisavam de um transporte barato que vencesse as longas distâncias dos bairros populares.

Outro impacto promovido pelas transformações iniciadas nos anos 1960 se apresenta na alteração dos modos de morar a partir da verticalização uma arquitetura limpa e reta (moderno). A construção do Edifício Caiçara (FIGURA 20), entre 1964 e 1967, impõe uma nova leitura do *skyline* no Centro Antigo, na qual predominava as torres das igrejas (LOPES, 2008). Além disso, estabelece um novo padrão de morar onde se inseria habitações coloniais e a tipologia de vilas e cortiços, onde Burnett (2006) aponta alguns exemplares existentes na contemporaneidade.

Figura 20 - Edifício Caiçara vista pela Rua São Pantaleão (2001).

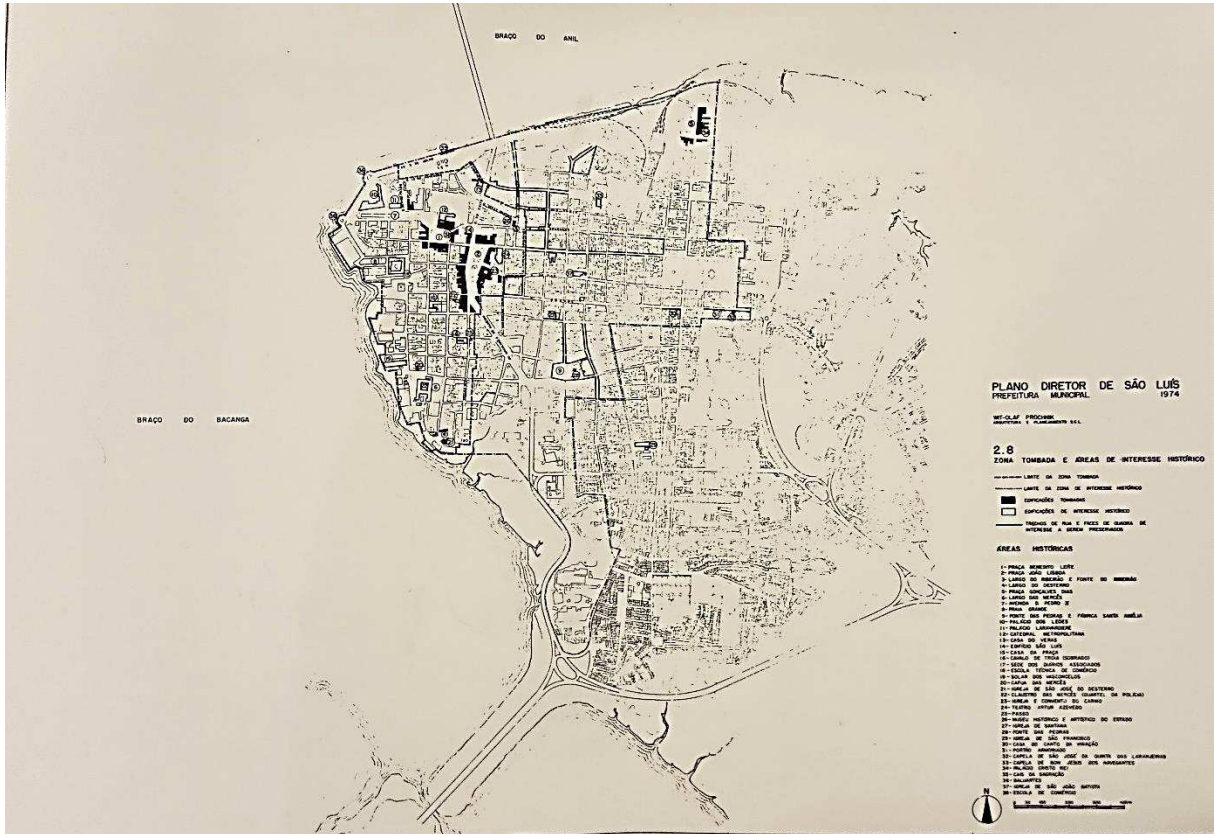


Fonte: Barros, 2001 apud Burnett, 2006, p.131.

Quanto as transformações de maior impacto, a perda do contato com o rio pelo aterro estabelece novas áreas de ocupação e novas possibilidades de uso. Este aterro surge, na verdade, enquanto criação do Anel Viário, que constava desde o Plano Rodoviário de 1950 e no Plano de Expansão da Cidade de São Luís de 1958 por Ruy Mesquita, até o relatório do arquiteto português Viana de Lima em 1973 e no Plano Diretor de 1975 (FIGURA 21), desenvolvido pelo escritório Wit-Olaf Prochnik entre 1970 e 1974 (PRADO, 2006). A presença do arquiteto português em São Luís,

enviado pela Unesco, estabeleceu limites de tombamento do sítio histórico e de edificações isoladas levando ao tombamento pelo IPHAN em 1974 (IPHAN, 2007).

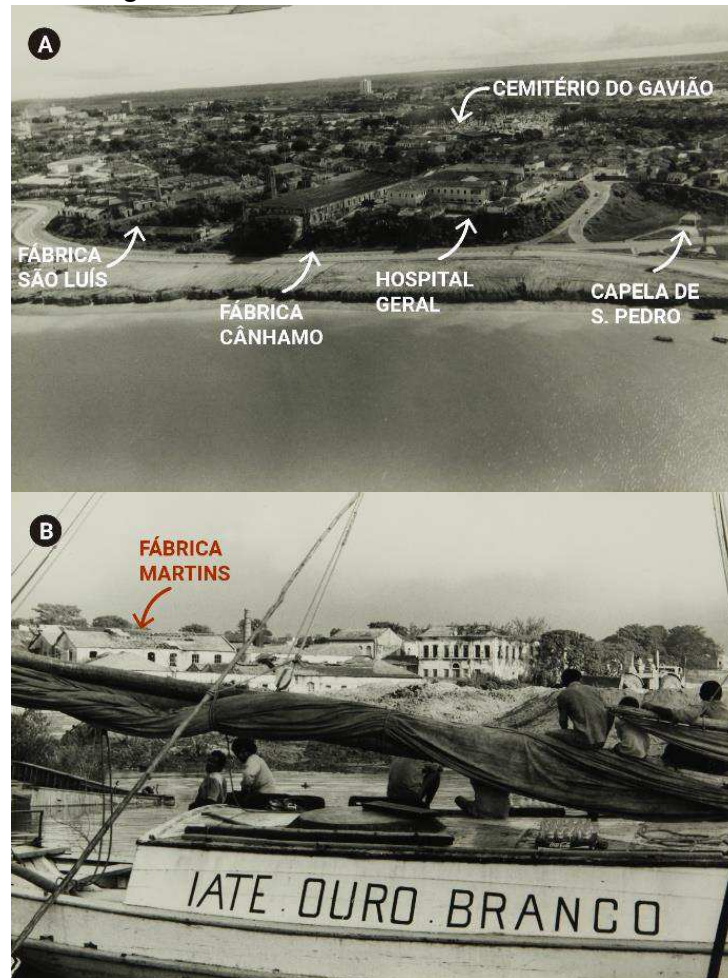
Figura 21 - Planta do Centro de São Luís para o Plano Diretor de 1975.



Fonte: autoral (2019).

Com cerca de 8km de extensão, a construção do Anel Viário (FIGURA 22) nos anos 1970 resulta como uma das medidas de proteção do sítio histórico, na qual retira o grande fluxo de automóveis do núcleo tombado (ESPÍRITO SANTO, 2006). Segundo Prado (2006), essa intervenção brusca na configuração da paisagem natural, justificado na estabilização do bem construído, acarretou problemas de ordem urbanística na asfixia do centro, pois com o anel viário se contornava o bairro e não permitia a permanência, bem como de ordem social, com a intensificação do abandono da região central para os novos bairros que surgiam à norte e leste da ilha. Daí caracteriza-se este momento, principalmente na Praia Grande, pela apropriação de solares e sobrados abandonados por camadas sociais mais baixas.

Figura 22 - Aterramento em 1974.



A compilação das imagens permite visualizar o aterro no Rio Bacanga em 1974 para construção do Anel Viário: (A) Vista aérea da parte sul, na Madre Deus, nota-se a presença da Capela de São Pedro na porção baixa do declive; (B) Vista do mar apresentando os fundos da Fábrica Martins & Irmãos, com a antiga morada da família já em estado de arruinação, e máquinas trabalhando com a terra.

Fonte: Acervo Digital do Iphan (<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/>) com adaptações do autor (2019).

A presença de novos edifícios hospitalares, como já comentado anteriormente, mostra a transição de um bairro estritamente residencial para um bairro misto, com a oferta de novos serviços. O Hospital Djalma Marques (Socorrão I) e o Hospital Juvêncio Mattos (C) são vistos já nas representações gráficas do Plano Diretor de 1975.

Com a aproximação dos anos 1980, a crise econômica do fim do regime militar interrompe os incentivos à moradia, e em especial da construção civil, promovidas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Segundo Burnett (2006), dos anos 1980 a 2000, São Luís passou por um período de estagnação urbana com o mercado imobiliário privado promovendo conjuntos residenciais tímidos e prédios

residenciais baixos para atrair a classe média para os novos bairros. O autor ainda comenta que, no mesmo período, a migração de populações do interior se intensifica havendo a ocupação em áreas periféricas com ou sem proteção ambiental. Com o fim do BNH em 1986, a Caixa Econômica Federal incorpora os mesmos métodos e organização da extinta instituição, que continua na construção de conjuntos residenciais, sem realizar autocríticas ou encontrar soluções ao déficit habitacional (AZEVEDO, 1988).

Os anos finais de transformação do tecido urbano estudo caracteriza-se em transformações pontuais, geralmente edificações, que impactam no uso e na apropriação dos espaços. A introdução de novas quadras redesenha a malha viária até então inalterável. De acordo com Martins (2010), a Vila Gracinha teria surgido por iniciativa particular de Victor Ribeiro de Castro, a partir de recursos da antiga Caixa Popular. Provavelmente se estabelece no contexto citado acima, em que a Caixa Econômica Federal incorpora o corporativismo da construção do BNH, na qual, segundo Azevedo (1988), antes desta instituição vir à extinção, promovia “programas alternativos” de construção baseados na autoconstrução. Outra quadra que surge se insere na antiga Praça da Fonte das Pedras. Lima (2007) utiliza do protesto de Domingos Vieira Filho para enfatizar as rápidas transformações e privatizações do espaço urbano, onde a referida praça, “foi vendida a uma firma importante de São Luís” (LIMA, 2007, p. 70).

Sobre a obra de maior impacto na área, a construção do Anel Viário, Burnett (2006) e Espírito Santo (2006) colocam as obras do Aterro do Bacanga como uma continuação e conclusão do aterro lindeiro iniciado em 1974. Para Prado (2006), o Aterro do Bacanga, iniciada na gestão de Epitácio Cafeteira em 1988, seguia a influência de intervenções modernistas de cidades brasileiras, como o Aterro do Flamengo (RJ). Contudo, a autora destaca a inutilização do espaço até os anos 1990, que passa a receber diversos usos e estabelecimentos, muitos sem organização, na tentativa de promover a utilização de um espaço dispendioso e grande impacto ambiental. Verifica-se ainda a extensão da Rua do Gavião/Av. Ribamar Pinheiro, conectando à avenida Vitorino Freire, e promovendo assim o fechamento de uma quadra irregular, cortada por vielas e escadarias estreitas resultado da ocupação intensa de menos de duas décadas.

Já nos anos 1990, durante o governo de Roseana Sarney, diversos espaços públicos foram criados ou reformados com o intuito de se tornarem palcos

para as manifestações culturais. Estes espaços ainda seriam geridos por lideranças dos grupos culturais (SILVA, 2008). No bairro da Madre Deus, um projeto piloto dos “Vivas” foi implantado na Av. Rui Barbosa/Largo do Caroçudo, por ser ponto de aglomeração de pessoas durante as festividades, através de intervenções urbanísticas. A autora destaca ainda que da Madre Deus, o projeto Viva foi exportado para outros bairros e até para o interior do estado. A partir deste contexto, verifica-se as intervenções seguindo o padrão “Viva” no Largo do Caroçudo (Av. Rui Barbosa) e na Praça da Saudade, onde se explica a supressão de árvores, existentes em cartografias antigas, para tornar-se um palco para as manifestações culturais.

Como símbolo construtivo dos anos 2000, a Capela de São Pedro, inicialmente feita de palha e instalada na Rua de São Pantaleão nos anos 1940 (sem localização precisa), foi construída e reconstruída em 1975 no pé da colina com frente para a antiga rotatória que dava acesso à Barragem do Bacanga. Segundo Lopes (2008), a relação que existia entre a topografia, com aproveitamento para arquibancada, e da base plana, onde estava edificada a Capela, foi tomada para liberar o espaço plano para apresentações culturais. Demolida ainda na década de 1970, a Capela é reconstruída em 2001, quando vai para o topo da colina, em construção leve, de estrutura metálica e membrana tensionada.

A última transformação trazida neste trabalho diz sobre a polêmica construção do supermercado do Grupo Mateus, concluído em 2014. O livro “A Sedução das Ruínas”, de 2015 com organização de Antônia da Silva Mota e Ulisses Pernambuco de Melo Neto, surge enquanto resultado dos estudos históricos, arqueológicos e técnicos diante da possibilidade de construção do referido supermercado a ser revisado pelo IPHAN. Como consta na introdução do livro, o projeto foi aprovado, cabendo ao Grupo Mateus obras de estabilização das ruínas das antigas casas da família Martins, bem como da construção de um museu que abrigasse os materiais coletados dos trabalhos arqueológicos.

O mais curioso está no fato da instituição ignorar as remanescências da fábrica assim como seu valor patrimonial e de educação patrimonial, na qual se percebe evidências tanto no livro quanto nas imagens de satélite (FIGURA 23). A implantação deste supermercado na Rua das Cajazeiras, e justo neste local, permite questionar sobre a decisão favorável de arrasar o bem industrial, assim como de aprovar um empreendimento gerador de grande fluxo em uma área de predominância residencial.

Figura 23 - Compilado de imagens da Fábrica Martins & Irmãos nos anos 2010.



Esta compilação levanta evidências sobre a real necessidade da demolição da fábrica: A – imagem aérea de 2012 inserida no livro “A Sedução da Ruína (2015, p...)”; B – Imagem de Satélite de outubro de 2012 (Google Earth, 2019); C – Imagem de Satélite de agosto de 2013 (Google Earth, 2019).

Fonte: ANDRADE, 2015; Google Earth, 2019; com adaptações do autor (2019).

As transformações na área estudada permitem entender a cidade enquanto algo inconstante, sempre em mutação. Ora acrescentando, ora subtraindo. Ora criando, ora destruindo. O século XIX marca um período de permanência enquanto um espaço novo que estava sendo explorado. O século XX, por ser um período de intensas conexões externas observadas nas mudanças de conjunturas sociais e políticas, a cidade acompanha tendências e soluções adotadas em outros lugares do mundo, definindo assim o espaço urbano existente nos dias de hoje.

4 SÃO PANTALEÃO E MADRE DEUS EM MAPAS: MORFOLOGIA E PAISAGEM

Depois de compreender o processo de formação das áreas de São Pantaleão e Madre Deus, passando por diferentes momentos de ocupação e de transformação da forma urbana, este capítulo dedica-se a estudar esta porção do Centro Antigo de São Luís na contemporaneidade. Entender que as alterações de uso, as questões culturais (de manifestações artísticas ou de hábitos) e de relações sensoriais impactam diretamente na apropriação dos espaços públicos e no contato dos grupos sociais.

A análise da forma passa também pela análise da paisagem, onde não se estabelece um método descritivo, mas um construtivo que busca “entender o modo pelo qual ela (a cidade) se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações reais” (CARLOS, 1994, p. 44). A cidade, antes de tudo, é um produto social, contudo torna-se um instrumento do capitalismo sendo um espaço de trocas e escoamentos de bens e produtos, controlando e quantificando o tempo e estabelecendo outras relações e vivências de cidade.

Para Carlos (2007), a relação tempo e espaço redefinem constantemente os usos e estabelecem a perda de identidade e conseqüentemente a perda da memória coletiva. A perda de identidade de um lugar é a base para o que a autora chama de espaço amnésico, fenômeno que ocorre com as alterações repentinas e constantes de usos que serviam de referência em um bairro, bem como da perda de relações de vizinhança, por exemplo.

Dentre os vários pontos comentados durante o trabalho, dos conceitos apresentados acima da Ana Fani Carlos, e das percepções nos trajetos pelo bairro para compor estes estudos, percebe-se que esta noção de espaço amnésico aqui tem muito mais a ver com um apagamento histórico do que da perda de relações e de referenciais. A leitura do espaço perpassa pela homogeneização dos espaços, a qual muitas das vezes requer um forjamento de uma função para um novo lugar. As práticas de cultura preta, apresentadas por Matheus de Jesus (2012), apontavam as proximidades de São Pantaleão e o Largo do Santiago como epicentros de manifestação da capoeira, batuques e tambor (de crioula), sambas e bumba meu boi; contudo hoje é a Madre Deus que emerge enquanto um berço da cultura, restando às duas áreas citadas um uso estritamente residencial.

A presença de diversas construções do século XIX assim como a permanência do traçado estabelecido em conformidade à topografia servem de provas

enquanto referências remanescentes na contemporaneidade. Este espaço amnésico não se cria totalmente, muito menos define as relações de vizinhança e de apropriações em Madre Deus e São Pantaleão. Durante os trajetos, verificou-se que muitas práticas ainda se mantêm: o sair na rua e encontrar um vizinho, o sentar na porta de casa com os vizinhos, os encontros em comércios locais e as festas em bares e restaurantes (geralmente de esquina); estas simples ações estabelecem meios de apropriação que a cidade capitalista do século XXI não consegue incorporar.

Antes de explicar o processo de análise, dos trajetos, dos autores e procedimentos de análise, das leituras da paisagem e das percepções pessoais, optou-se em introduzir aqui cinco mapas que foram desenvolvidos para compreender, graficamente, as tensões sociais existentes que impediam ou promoviam ocupações, e como os bairros se formaram, se adensaram e se conectaram num contexto de sociedade católica escravocrata agroexportadora (e logo depois industrial). Estes mapas também são produtos finais deste trabalho e servem de ilustração e resumo do material histórico coletado nos dois capítulos acima.

Vale salientar que estas são simulações da evolução do traçado, principalmente dos séculos iniciais, trazendo uma provável configuração e provável localização de construções a partir de dados presentes em bibliografias, principalmente históricas, e cartografias antigas, bem como de fotografias, estabelecendo intervalos de tempo e as transformações ocorridas no tecido urbano no momento. Conforme já explicado na introdução deste trabalho, a leitura deve ser feita por fases (LYNCH, 1980).

A utilização do livro “São Luís do Maranhão no Século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das sesmarias” (1998), de Antônia Mota, por exemplo, foi essencial para entender as linhas de crescimento e a configuração urbana da área no século XVIII, dado que não pôde ser encontrado em cartografia. O sentido da ocupação, de onde se inicia e para onde vai, foi possível a partir do livro “Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos”, de Carlos de Lima (2007) seguindo ou adaptando o traçado atual obtido pelo Google Maps. Foram utilizadas também as cartografias de 1844, 1858, 1912 e 1950, o plano de 1975, e as imagens aérea de 1940 e de satélite de 1980, 1990, 2000 e 2010 pelo software Google Earth.



LEGENDA

- LINHAS DE CRESCIMENTO DA CIDADE (COM SENTIDO DE EXPANSÃO)
- LINHAS DE CRESCIMENTO NA ÁREA ESTUDADA (COM SENTIDO DE EXPANSÃO)
- LINHA DE PROVÁVEL CONTINUAÇÃO
- MALHA URBANA NO SÉCULO XVIII
- TRAÇADO ATUAL (2019)
- ÁREAS ALAGADAS
- RIO BACANGA

A- RUA GRANDE
 B- RUA SÃO JOÃO

BAIRRO DO
 DESTERRO

RUA DO NORTE

RUA DE STA. RITA

RUA DA INVEJA

PRAÇA DA FORÇA VELHA

IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS MULATOS (1747)

IGREJA DE SÃO PANTALEÃO (1782 - CONSTRUÇÃO)

CASA DE NAGÔ (1792)

QUINTA DO SALGADO MASCOSO

FONTE DO BISPO (17???)

PRAIA DA MADRE DE DEUS

IGREJA DE N. S. DA MADRE DE DEUS (1713)

RIO BACANGA

IGREJA DE N. S. DAS BARRAQUINHAS (1782)

IGREJA DE SÃO TIAGO (1789)

FONTE DAS PEDRAS (1641-CANALIZAÇÃO)

PRAIA DA FONTE DAS PEDRAS

CAMINHO QUE VAI PARA A ERMIDA DE N. S. DAS BARRAQUINHAS

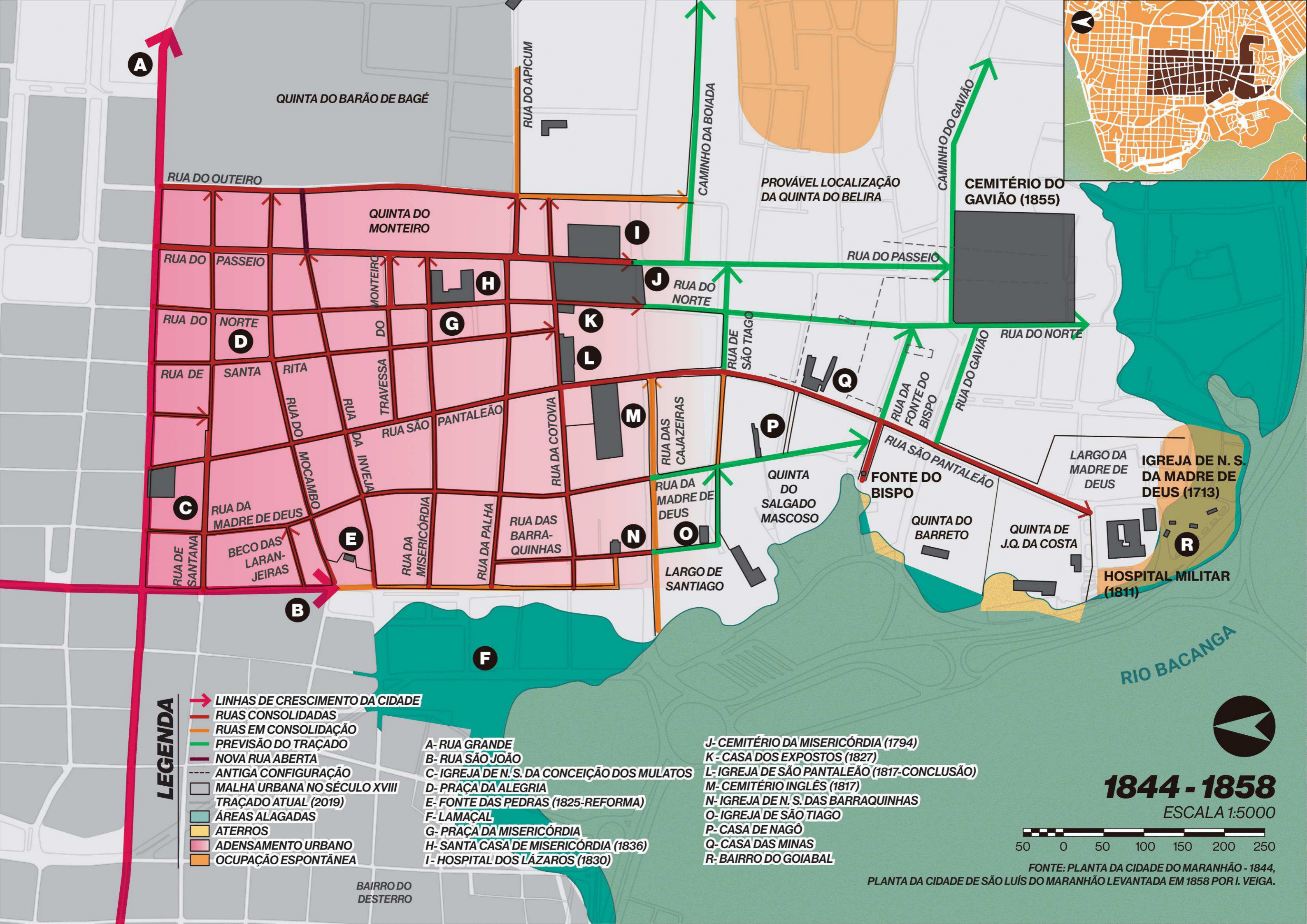
CAMINHO VELHO/ RUA DA MADRE DE DEUS



SÉCULO XVIII
 ESCALA 1:5000



FONTE: MOTA (1998), PLANTA DA CIDADE DO MARANHÃO - 1844,
 PLANTA DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO LEVANTADA EM 1858 POR I. VEIGA.



LEGENDA

- ➔ LINHAS DE CRESCIMENTO DA CIDADE
- RUAS CONSOLIDADAS
- RUAS EM CONSOLIDAÇÃO
- PREVISÃO DO TRAÇADO
- NOVA RUA ABERTA
- ANTIGA CONFIGURAÇÃO
- MALHA URBANA NO SÉCULO XVIII
- TRAÇADO ATUAL (2019)
- ÁREAS ALAGADAS
- ATERROS
- ADENSAMENTO URBANO
- OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA

- A- RUA GRANDE
- B- RUA SÃO JOÃO
- C- IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS MULATOS
- D- PRAÇA DA ALEGRIA
- E- FONTE DAS PEDRAS (1825-REFORMA)
- F- LAMAÇAL
- G- PRAÇA DA MISERICÓRDIA
- H- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1836)
- I- HOSPITAL DOS LÁZAROS (1830)

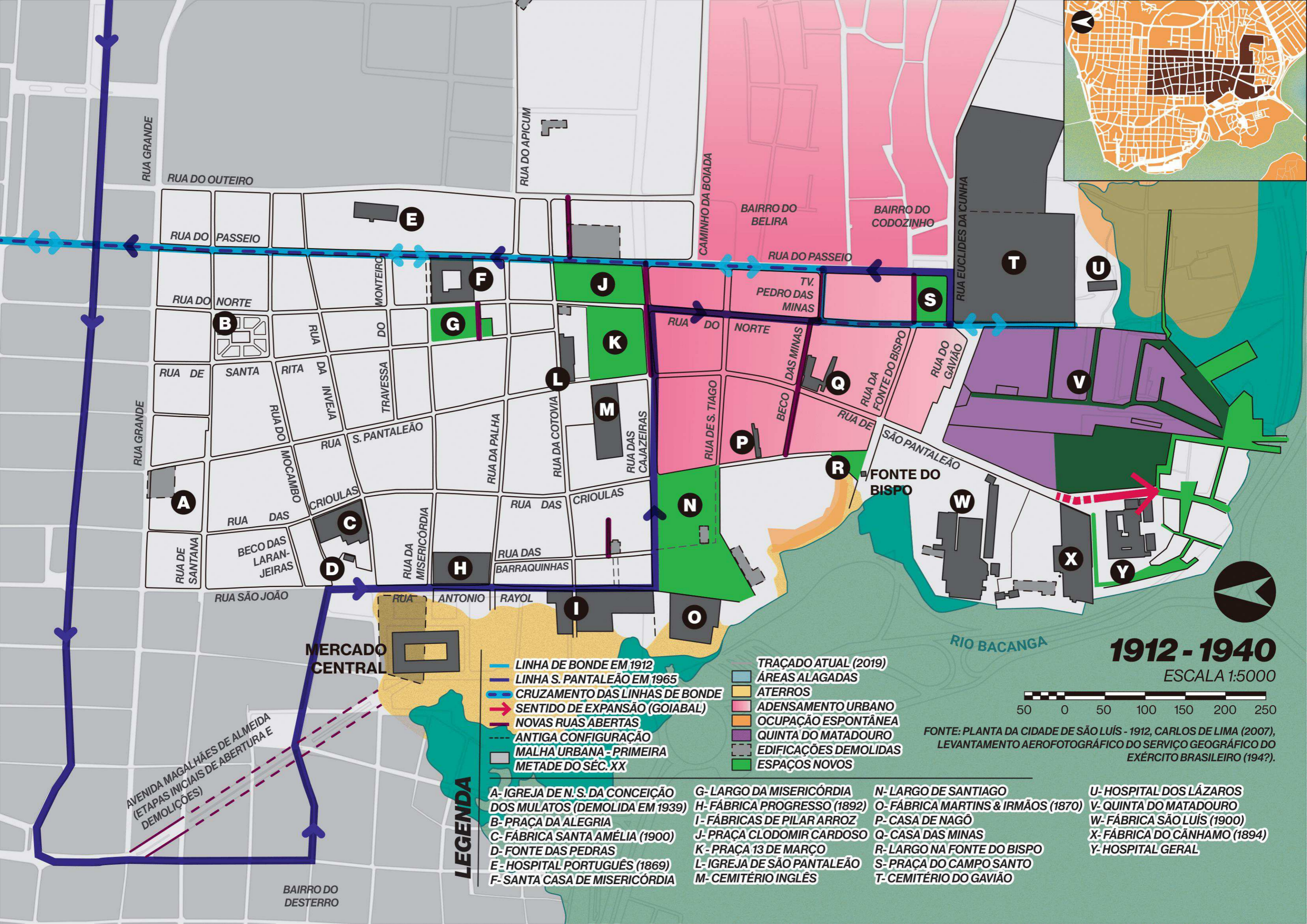
- J- CEMITÉRIO DA MISERICÓRDIA (1794)
- K- CASA DOS EXPOSTOS (1827)
- L- IGREJA DE SÃO PANTALEÃO (1817-CONCLUSÃO)
- M- CEMITÉRIO INGLÊS (1817)
- N- IGREJA DE N. S. DAS BARRAQUINHAS
- O- IGREJA DE SÃO TIAGO
- P- CASA DE NAGÔ
- Q- CASA DAS MINAS
- R- BAIRRO DO GOIABAL

1844 - 1858

ESCALA 1:5000



FONTE: PLANTA DA CIDADE DO MARANHÃO - 1844, PLANTA DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO LEVANTADA EM 1858 POR I. VEIGA.



1912 - 1940
 ESCALA 1:5000



FONTE: PLANTA DA CIDADE DE SÃO LUÍS - 1912, CARLOS DE LIMA (2007),
 LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFICO DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO
 EXÉRCITO BRASILEIRO (194?).

- LEGENDA**
- LINHA DE BONDE EM 1912
 - LINHA S. PANTALEÃO EM 1965
 - CRUZAMENTO DAS LINHAS DE BONDE
 - SENTIDO DE EXPANSÃO (GOIABAL)
 - NOVAS RUAS ABERTAS
 - ANTIGA CONFIGURAÇÃO
 - MALHA URBANA - PRIMEIRA METADE DO SÉC. XX
 - ÁREAS ALAGADAS
 - ATERROS
 - ADENSAMENTO URBANO
 - OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA
 - QUINTA DO MATADOURO
 - EDIFICAÇÕES DEMOLIDAS
 - ESPAÇOS NOVOS

- A- IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS MULATOS (DEMOLIDA EM 1939)
- B- PRAÇA DA ALEGRIA
- C- FÁBRICA SANTA AMÉLIA (1900)
- D- FONTE DAS PEDRAS
- E- HOSPITAL PORTUGUÊS (1869)
- F- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- G- LARGO DA MISERICÓRDIA
- H- FÁBRICA PROGRESSO (1892)
- I- FÁBRICAS DE PILAR ARROZ
- J- PRAÇA CLODOMIR CARDOSO
- K- PRAÇA 13 DE MARÇO
- L- IGREJA DE SÃO PANTALEÃO
- M- CEMITÉRIO INGLÊS
- N- LARGO DE SANTIAGO
- O- FÁBRICA MARTINS & IRMÃOS (1870)
- P- CASA DE NAGÔ
- Q- CASA DAS MINAS
- R- LARGO NA FONTE DO BISPO
- S- PRAÇA DO CAMPO SANTO
- T- CEMITÉRIO DO GAVIÃO
- U- HOSPITAL DOS LÁZAROS
- V- QUINTA DO MATADOURO
- W- FÁBRICA SÃO LUÍS (1900)
- X- FÁBRICA DO CÂNHAMO (1894)
- Y- HOSPITAL GERAL

AVENIDA MAGALHÃES DE ALMEIDA
 (ETAPAS INICIAIS DE ABERTURA E
 DEMOLIÇÕES)

BAIRRO DO
 DESTERRO

MERCADO
 CENTRAL

RUA GRANDE
 RUA DO OUTEIRO

RUA DO PASSEIO

RUA DO NORTE

RUA DE SANTA RITA

RUA DO MOCAMBO

RUA DAS CRIOULAS

RUA DE SANTANA

RUA SÃO JOÃO

RUA ANTONIO RAYOL

RUA DO PASSEIO

RUA DO NORTE

RUA DE S. TIAGO

RUA DO MONTEIRO

RUA DO TRAVESSA

RUA DA INVEJA

RUA S. PANTALEÃO

RUA DA MISERICÓRDIA

RUA DAS BARRAQUINHAS

RUA DA PALHA

RUA DA COTOVIA

RUA DAS CAJAZEIRAS

RUA DO NORTE

RUA DE S. TIAGO

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

X

Y

Z

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

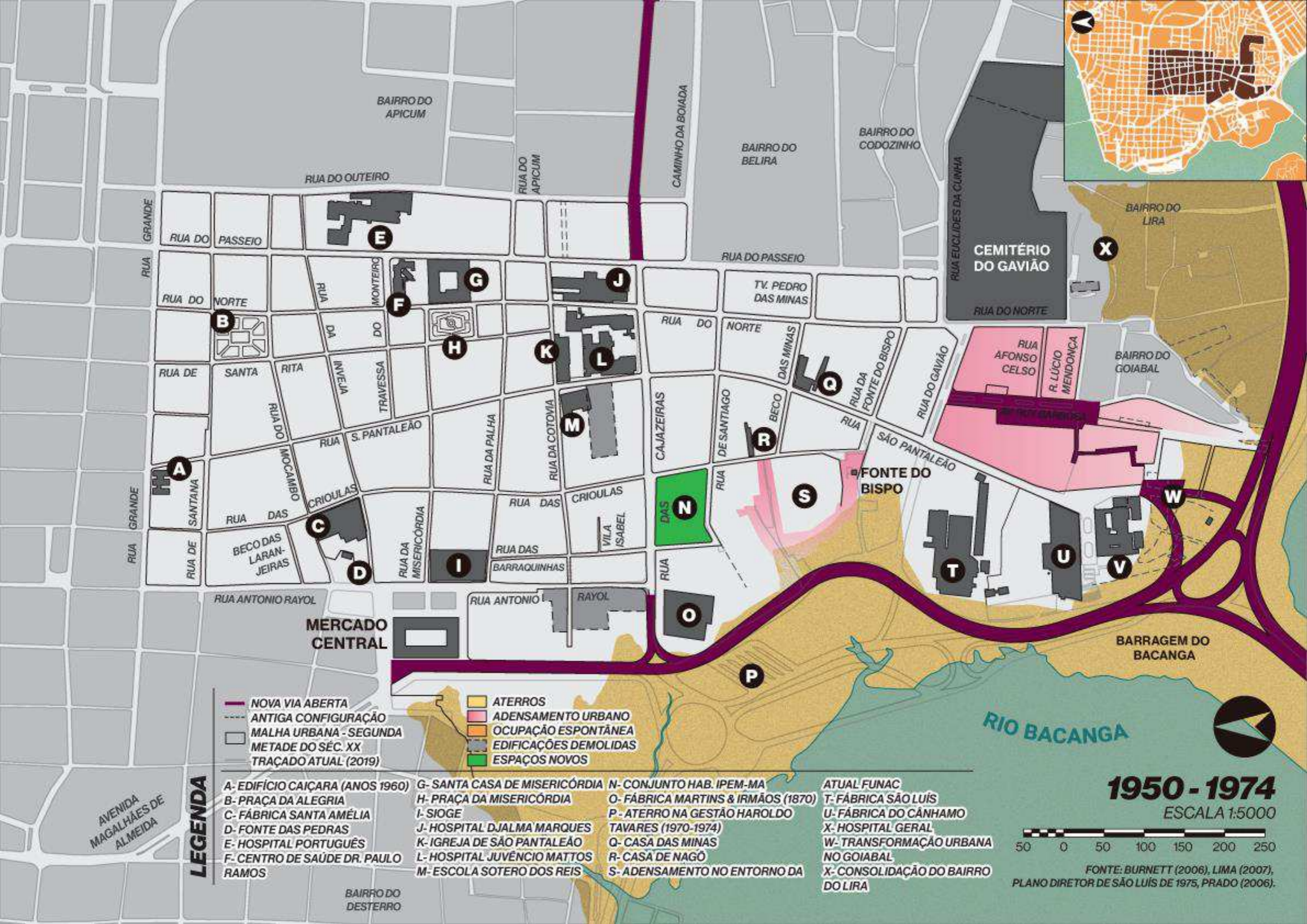
U

V

A

B

C



LEGENDA

- NOVA VIA ABERTA
- - - ANTIGA CONFIGURAÇÃO
- MALHA URBANA - SEGUNDA METADE DO SÉC. XX
- TRAÇADO ATUAL (2019)

- ATERROS
- ADENSAMENTO URBANO
- OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA
- EDIFICAÇÕES DEMOLIDAS
- ESPAÇOS NOVOS

- A- EDIFÍCIO CAIÇARA (ANOS 1960)
- B- PRAÇA DA ALEGRIA
- C- FÁBRICA SANTA AMÉLIA
- D- FONTE DAS PEDRAS
- E- HOSPITAL PORTUGUÊS
- F- CENTRO DE SAÚDE DR. PAULO RAMOS

- G- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
- H- PRAÇA DA MISERICÓRDIA
- I- SIOGE
- J- HOSPITAL DJALMA MARQUES
- K- IGREJA DE SÃO PANTALEÃO
- L- HOSPITAL JUVÊNCIO MATTOS
- M- ESCOLA SOTERO DOS REIS

- N- CONJUNTO HAB. IPEM-MA
- O- FÁBRICA MARTINS & IRMÃOS (1870)
- P- ATERRO NA GESTÃO HAROLDO TAVARES (1970-1974)
- Q- CASA DAS MINAS
- R- CASA DE NAGÔ
- S- ADENSAMENTO NO ENTORNO DA

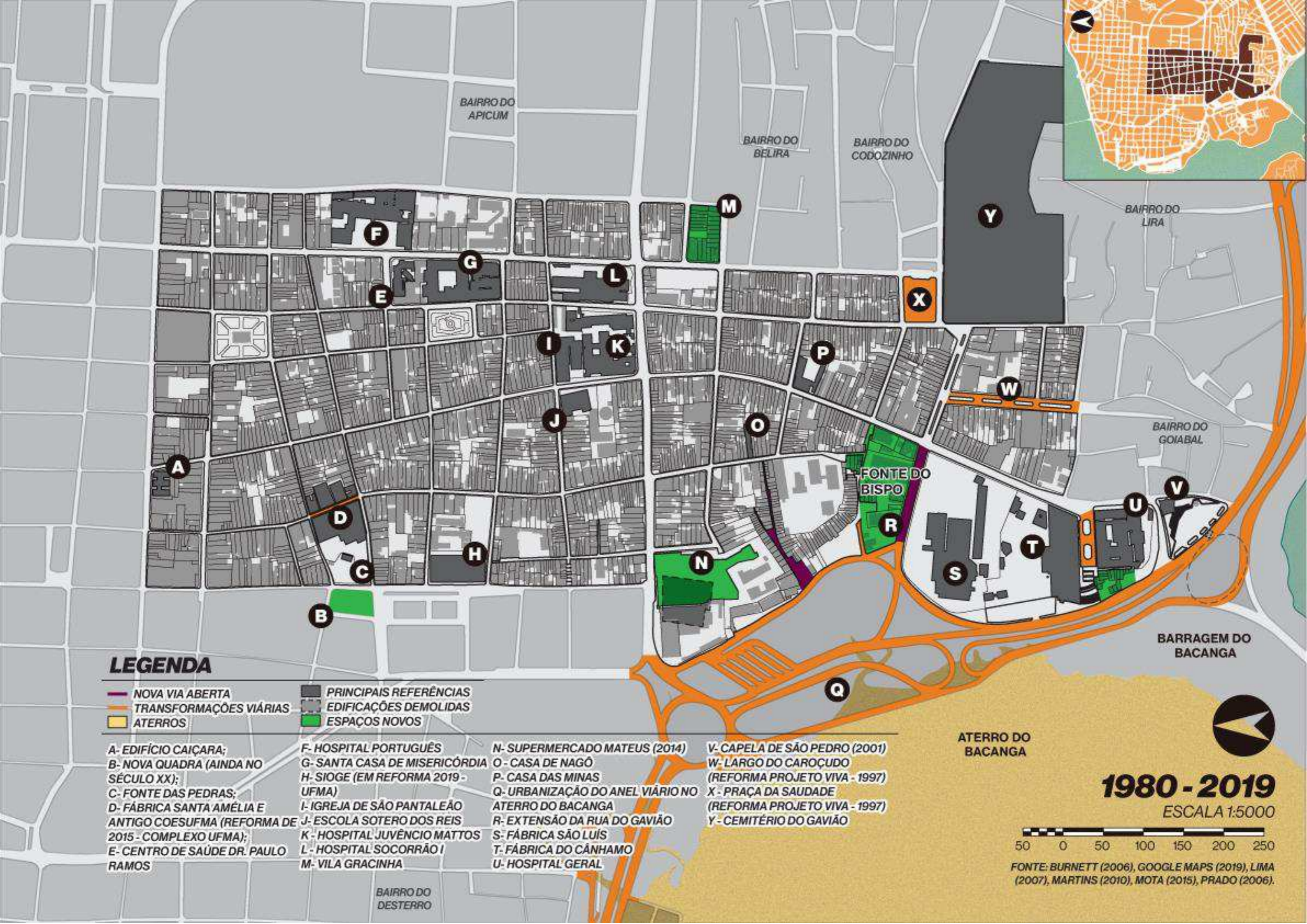
- ATUAL FUNAC
- T- FÁBRICA SÃO LUÍS
- U- FÁBRICA DO CÂNHAMO
- X- HOSPITAL GERAL
- W- TRANSFORMAÇÃO URBANA NO GOIABAL
- X- CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO DO LIRA

1950 - 1974

ESCALA 1:5000



FONTE: BURNETT (2006), LIMA (2007), PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS DE 1975, PRADO (2006).



BAIRRO DO APICUM

BAIRRO DO BELIRA

BAIRRO DO CODOZINHO

BAIRRO DO LIRA

BAIRRO DO GOIABAL

BARRAGEM DO BACANGA

BAIRRO DO DESTERRO



LEGENDA

- NOVA VIA ABERTA
- TRANSFORMAÇÕES VIÁRIAS
- ATERROS
- PRINCIPAIS REFERÊNCIAS
- EDIFICAÇÕES DEMOLIDAS
- ESPAÇOS NOVOS

A- EDIFÍCIO CAIÇARA;
 B- NOVA QUADRA (AINDA NO SÉCULO XX);
 C- FONTE DAS PEDRAS;
 D- FÁBRICA SANTA AMÉLIA E ANTIGO COESUFMA (REFORMA DE 2015 - COMPLEXO UFMA);
 E- CENTRO DE SAÚDE DR. PAULO RAMOS

F- HOSPITAL PORTUGUÊS
 G- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
 H- SIOGE (EM REFORMA 2019 - UFMA)
 I- IGREJA DE SÃO PANTALEÃO
 J- ESCOLA SOTERO DOS REIS
 K- HOSPITAL JUVÊNIO MATTOS
 L- HOSPITAL SOCORRÃO I
 M- VILA GRACINHA

N- SUPERMERCADO MATEUS (2014)
 O- CASA DE NAGÓ
 P- CASA DAS MINAS
 Q- URBANIZAÇÃO DO ANEL VIÁRIO NO ATERRO DO BACANGA
 R- EXTENSÃO DA RUA DO GAVIÃO
 S- FÁBRICA SÃO LUÍS
 T- FÁBRICA DO CÂNHAMO
 U- HOSPITAL GERAL

V- CAPELA DE SÃO PEDRO (2001)
 W- LARGO DO CAROÇUDO (REFORMA PROJETO VIVA - 1997)
 X- PRAÇA DA SAUDADE (REFORMA PROJETO VIVA - 1997)
 Y- CEMITÉRIO DO GAVIÃO

ATERRO DO BACANGA

1980 - 2019
 ESCALA 1:5000



FONTE: BURNETT (2006), GOOGLE MAPS (2019), LIMA (2007), MARTINS (2010), MOTA (2015), PRADO (2006).



4.1 AS ANÁLISES

Após o entendimento do processo de formação, serão estudadas as dinâmicas do espaço a partir da sua configuração morfológica e como ela é usada/apropriada pela sua população no ano de 2019. Vale salientar que estas configurações morfológicas, somadas às percepções sensoriais no bairro, compreendem uma evolução de mais de quatro séculos de um bairro originalmente negro cujo legado e presença estão incorporados não apenas em manifestações culturais, mas também pela própria inserção no território e

A primeira etapa destas análises está na decomposição do tecido urbano, entendendo como as diferentes partes estabelecem-se e relacionam-se. Entender quais são os elementos primários da cidade aplicados na área-estudo para condensar-se no mapa “Contexto Urbano”. Para sua realização, são apresentados detalhamentos das atividades e usos o mais próximo possível do real, especificando a cada lote, utilizando o Street View do Google, bem como dos trajetos e registros realizados para comparar possíveis alterações. Contudo, vale salientar que este levantamento não está 100% preciso, mas que serve de base para uma generalização a nível de quadra, além de ajudar a compreender o funcionamento das atividades humanas e sua configuração no território estudado.

Num segundo momento, a análise volta-se para as percepções do bairro a partir da “visão serial” de Gordon Cullen (1971), sendo um passeio, com observações *in loco* onde a compreensão dos espaços e suas sensações são estudadas mais detalhadamente. Soma-se à essas assimilações, a busca de elementos de apropriação, questionando-se, então, o que faz um espaço ser usado na área-estudo, o que atrai pessoas (moradoras ou visitante) e por que. Todos estes questionamentos e percepções culminam no mapa “Vida Urbana”, concentradas e especificadas com o intuito de entender as práticas e vivências na região.

4.1.1 CONTEXTO URBANO

Apresentado por Lamas (2004), o entendimento de bairro processa-se na distinguibilidade de suas ruas e suas praças e nos seus elementos compositivos. Para se estudar um bairro, é preciso um movimento, um percurso, acompanhando *in loco* as observações iniciadas em planta, imagens de satélite, cartografias. A escala do bairro, permite compreender o funcionamento de uma área urbana, entendendo

enquanto uma porção da cidade que possui características comuns e que passou por um processo de diferenciação (ROSSI, 1995). Para o autor:

A análise do bairro como fato social baseado na segregação de classe ou de raça, nas funções econômicas ou, em todo caso, na camada social corresponde indubitavelmente ao mesmo processo de formação da metrópole moderna (ROSSI, 1995, p.70).

O estudo nesta escala compreende cinco elementos compositivos: *traçados, praças, quarteirões, monumentos e jardins e áreas verdes*. O traçado está implantado em uma configuração topográfica, delimita e conecta espaços e marca a permanência dos assentamentos, geralmente resistindo às transformações do espaço urbano (LAMAS, 2004). Desta discussão sobre o traçado, soma-se a visão de Evandro Monteiro que relaciona o desenho do traçado urbano às relações de poder vigente, estando concentrada ou dispersa.

Figura 24 - Tipos de traçados fechados do urbanismo tradicional

PODER DISPERSO

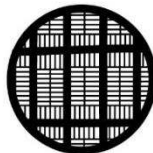


TRAÇADO
ORGÂNICO



TRAÇADO EM
GRELHA COLONIAL

PODER CONCENTRADO



TRAÇADO
EM GRELHA



TRAÇADO
PINTURESICO



TRAÇADO
EM DIAGRAMA



TRAÇADO
MONUMENTAL

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de croquis de Evandro Monteiro (2019).

A Figura 24, adaptada do trabalho *A tipologia dos traçados urbanos como indicador de poderes concentrados ou dispersos* (MONTEIRO, 2017), estabelece diferenciações da forma do traçado e na atuação do poder (político, religioso, etc) no desenho das cidades. Vale destacar que a cidade nasce de conflitos e de contrastes, portanto os traçados acrescentam-se e complementam-se a partir de conjunturas históricas, econômicas e políticas próprias. Segundo o autor, os traçados orgânicos e

em grelha colonial inserem-se em poder disperso, dada a ausência de um controle no território permitindo uma maior harmonização e respeito à topografia. O traçado orgânico sugere uma organização comunitária prévia e o traçado em grelha colonial indica uma certa ordenação do espaço urbano, sendo um tipo transitório entre o poder disperso e o poder concentrado, e entre o orgânico e a grelha ortogonal. Fácil de se perceber nas tentativas da Câmara em postular regras e manter o alinhamento das vias desenhadas por Frias de Mesquita em um espaço que se expandia respeitando o ambiente natural.

Costuma-se associar o traçado em grelha ortogonal com o poder concentrado, amplamente adotado pelo ponto de vista militar e econômico. Contudo, Monteiro (2017) estabelece o traçado monumental como a representação do poder concentrado em sua essência, onde não apenas as questões de simetria e geometria são estabelecidas, mas a introdução da perspectiva promove o destaque de edifícios institucionais, representando a figurabilidade, ou um simbolismo do poder hegemônico.

Já o traçado pinturesco, ainda que possua um desenho orgânico, a relação com o poder concentrado estabelece-se na intencionalidade do desenho promovendo percepções e paisagens, bem como em estabelecer um parcelamento fundiário mais regular e rentável. O traçado em diagrama apresenta-se enquanto um desenho utópico, estabelecido por um poder ideológico, seja ele religioso ou cósmico (MONTEIRO, 2017).

Dessa forma, podemos considerar para a área-estudo quatro tipos de traçados, presentes em quatro momentos diferentes: o *traçado em grelha colonial*, implantado respeitando os traçados preexistentes e adequando-se ao traçado de Frias de Mesquita; e isso nos leva ao *traçado em grelha*, sendo a primeira implantação e que não respeita muito a configuração topográfica, porém permite a incorporação de novas quadras ao tecido existente; a terceira seria o *traçado orgânico*, com uma ocupação limitada pelas condições naturais: rio e mangue; e por último o *traçado pinturesco*, empregando um desenho também orgânico, porém planejado de cima para baixo, destacando-se pela proximidade e contemplação com a paisagem.

A praça surge enquanto segundo elemento compositivo, e como já comentado sobre a Praça da Alegria (FIGURA 25), a praça possui uma intencionalidade de desenho, ela nasce enquanto praça, estabelecendo-se enquanto espaço comum, do encontro e da permanência, das práticas sociais e de

manifestações da vida urbana. O fato de a praça possuir um desenho intencional e uma significação com os moradores do entorno promove a diferenciação deste espaço e de outros espaços públicos que seriam “sobras” de implantação ou de transformações do traçado, como os largos por exemplo (LAMAS, 2004).

Figura 25 - Praça da Alegria



Fonte: autoral (2019).

O terceiro elemento compositivo é a quadra, ou o quarteirão, apresentado por Lamas (2004) enquanto o resultado da implantação do traçado, que por sua vez subdivide-se no parcelamento fundiário, responsável pela implantação das edificações e estabelecendo relações público-privado, bem como de outros elementos compositivos entre si. A quadra também desenvolve funções específicas a partir dos usos inseridos em seu interior, resultado de “práticas sociais de utilização do espaço público” (LAMAS, 2004, p. 94). Esta especialização e uniformização dos espaços é descrita por Rossi a partir da generalização de funções e modos de vida em um determinado ambiente. Com isso, a leitura do mapa propõe um zoneamento bem definido do funcionamento da área estudada: uma zona fortemente comercial na Rua Grande, depois uma zona comercial mais fraca na rua paralela (Rua de Santana), sinalizando a transição para quadras mistas (residências, serviços, comércio); a zona residencial mais forte situa-se quase numa esfera central, rodeada pela transição de quadras residenciais mais fracas que se conectam a quadras específicas de comércio ou de serviço. Rossi (1995) destaca ainda que é preciso pontuar o uso residencial na

cidade, dada sua constância na história das cidades, entendendo enquanto um elemento compositivo da forma urbana, presente a partir de fatores geográficos, históricos, econômicos e políticos. Evidencia-se também a tipologia de vilas e *kitnets*, presentes em vários pontos da área-estudo, e já mencionada anteriormente.

O quarto elemento é o monumento, entendido aqui nas visões de Rossi e Lamas. O monumento é um elemento primário particular. Estabelece uma importância sobre um ambiente e sobre a memória da cidade, impondo-se diante de sua estética (ROSSI, 1995). O entendimento de monumento atribui-se na cidade atual para além de uma significação escultórica, permitindo abranger elementos arquitetônicos ou a própria cidade ao estimular o “patrimônio edificado na vida da sociedade” (LAMAS, 2004, p. 104). A partir daí, foram investigadas no bairro, esculturas, elementos pontuais e verticais, bem como arquiteturas de grande relevância histórica e cultural que se inserem nesta ideia de monumento em seu sentido mais holístico. Estão marcados no mapa os **edifícios referenciais**, sejam eles de grandes ou pequenas dimensões, ou com alguma expressão histórica, ou possuindo algum uso predominante e ou mesmo que se destacam na paisagem, ajudando no sentido de orientação ao caminhar pela cidade (LAMAS, 2004); **fontes e espelhos d'água**, que carregam não apenas uma característica funcional e estética, servindo de marcos referenciais e áreas de permanência. Contudo, excetua-se a Fonte do Bispo, uma vez que a alta concentração edificada estabelece um espaço íntimo, apenas funcional, não permitindo espaço de contemplação e permanência de visitantes; e o **Cemitério do Gavião**, que carrega diversos simbolismos e elementos escultóricos inseridos no seu espaço (ver compilado na figura 26).

Figura 26 - Monumentos: esculturas e arquiteturas



A – Capela e portal no Cemitério do Gavião; B – Escultura na Praça da Misericórdia; C – Escultura religiosa no Largo do Caroçudo; D – Escultura religiosa no Hospital do Câncer do Maranhão.

Fonte: autoral (2019).

O último elemento compositivo da escala do bairro representa as árvores e os maciços verdes, que apresentam uma estrutura facilmente identificável na cidade. Elas “caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços” (LAMAS, 2004, p. 106). Além disso, estabelecem uma mesma hierarquia visual e física na cidade, diferenciando dos demais elementos físicos por estudos específicos. Lamas destaca também o papel dos jardins privados e das arborizações dentro do lote, ou em contato com uma via, que proporcionam microclimas e qualificam espaços. A escassez de elementos arbóreos públicos ou privados (FIGURA 27), para uma cidade de clima quente e úmida como São Luís, torna-se um problema agravado pela saturação do conjunto edificado. Carlos de Lima (2007) apresenta um outro cenário para a primeira metade do século XX, partindo da

fala de Domingos Vieira Filho, de uma cidade calma e de clima agradável, “fresca e sombreada graças a frondosos oitizeiros” (LIMA, 2007, p. 53). Ele destaca também a perda desta característica devido às más práticas de gestão de prefeitos e governadores.

Figura 27 - Maciços verdes: públicos e particulares



Públicos: A -Praça da Alegria; B – Fonte das Pedras; C – Praça da Saudade; D – Avenida Ribamar Pinheiro/Rua do Gavião; E – Praça da Misericórdia; F – Rua do Norte; G – Praça Neto Guterres;
Particulares: H – Casa das Minas; I – Rua da Palha.

Fonte: autoral (2019).

Ao apresentar a análise segundo a escala do bairro, pretende-se apresentar a configuração física do bairro, verificando as diversas relações entre os elementos compositivos: passando pelo tipo do traçado e sua implantação no sítio geográfico, pelos desenhos de quadras, praças e na implantação de monumentos e maciços verdes. Estes elementos apresentam-se no mapa-síntese “Contexto Urbano”, elaborado segundo estes critérios mencionados e nos percursos realizados pelo bairro, comprovando ao nível do solo estas relações na terceira dimensão¹⁰, segundo Panerai (2006).

¹⁰ É a análise do território que levam em consideração o traçado, o relevo, e as edificações. Verifica-se tal qual em um corte, a relação de verticalidade presente no ponto mais alto (de uma edificação) até o ponto mais baixo (de uma rua).

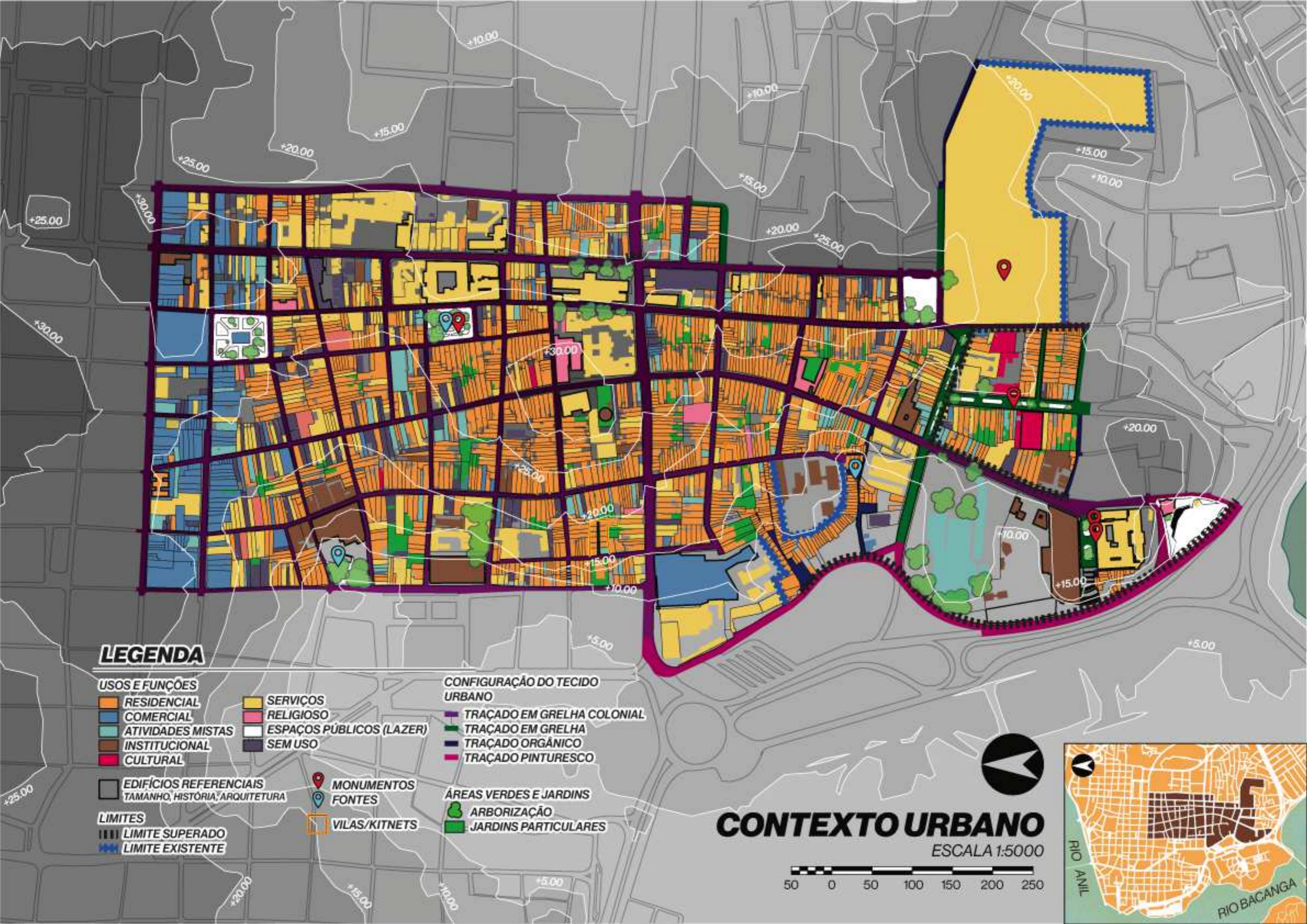
Um outro ponto a ser colocado está na superação de barreiras construídas ou naturais. A superação da topografia na Rua das Cajazeiras, que passa a instituir um eixo viário importante na conexão da cidade; e da perda da função e delimitação do Matadouro originando a Madre Deus a partir dela e de sua configuração enquanto um bairro operário; ou mesmo das ocupações espontâneas espremida por uma barreira construída (A FUNAC – Fundação da Criança e do Adolescente, não se pôde verificar seu uso anterior) e pelo Rio Bacanga, barreira do tipo natural; e o aterramento do Rio Bacanga, que cria uma nova dinâmica e quebra as antigas relações com o rio, pautando somente no tráfego viário. Estes quatro exemplos estabelecem, segundo Panerai (2006), uma configuração nova, às vezes aleatória, que se incorpora ao traçado existente; a perda da noção de centralidade, de identidade de bairros ou o fortalecimento de divergência entre as partes; e a revelação de momentos de controle, de intervenção ou de omissão da administração pública no espaço urbano.

Da leitura do mapa "Contexto Urbano" alguns pontos podem ser percebidos:

1. **A multiplicidade de edifícios notáveis**, que funcionam como referências ao explorar o bairro. São edifícios de gabarito elevado, ou que expressam o mesmo uso por muitos anos, ou que possuem uma arquitetura expressiva, carregam a característica da permanência, resistindo ou renovando suas funções a fim de preservar suas características materiais e sua bagagem histórica para a contemporaneidade;
2. **O arruamento do bairro**, seguindo sua evolução ao longo do tempo, apresenta quatro tipos de traçado que se complementam e adaptam-se harmonicamente ao solo natural, sendo considerado neste estudo como uma característica particular deste território negro.
3. **Os terrenos baldios presentes no território são verdadeiras potencialidades** para um possível projeto ou programa de requalificação urbana. São espaços que não cumprem nenhuma função social e podem contribuir na solução dos problemas de falta de equipamentos públicos e de áreas verdes e estimular ainda mais a apropriação e vitalidade urbana;
4. **A concentração arbórea** presente nos espaços públicos relaciona-se com a permanência e apropriação do lugar. Já a presença da vegetação nos jardins privados sugere a tentativa pontual de promover um espaço agradável, um microclima particular; as únicas exceções apresentam-se na Rua da Palha,

onde a vegetação frondosa extrapola o limite privado e promove um sombreamento na via pública; e na Casa das Minas, onde a cajazeira é árvore sagrada;

5. **A ocupação espontânea nas proximidades da Fonte do Bispo apresenta características extremamente singulares e de diferenciação do tecido urbano.** É um conjunto edificado que passa despercebido se o trajeto não for feito a pé, e expressa o legado e resistência de um grupo social na produção de cidade;
6. Apesar da grande oferta de serviços e comércios, **o número limitado de espaços públicos de permanência e lazer implica em pouco uso e apropriação** desses espaços, que é agravado com a falta de manutenção. Algumas dessas práticas e vivências são pontuais e em períodos bem específicos do ano, como será visto a seguir.



LEGENDA

USOS E FUNÇÕES

- RESIDENCIAL
- COMERCIAL
- ATIVIDADES MISTAS
- INSTITUCIONAL
- CULTURAL

- SERVIÇOS
- RELIGIOSO
- ESPAÇOS PÚBLICOS (LAZER)
- SEM USO

- EDIFÍCIOS REFERENCIAIS
TAMANHO, HISTÓRIA, ARQUITETURA

- 📍 MONUMENTOS
- 📍 FONTES

LIMITES

- LIMITE SUPERADO
- LIMITE EXISTENTE

- VILAS/KITNETS

CONFIGURAÇÃO DO TECIDO URBANO

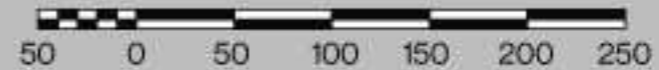
- TRAÇADO EM GRELHA COLONIAL
- TRAÇADO EM GRELHA
- TRAÇADO ORGÂNICO
- TRAÇADO PINTURESco

ÁREAS VERDES E JARDINS

- 🌳 ARBORIZAÇÃO
- 🌳 JARDINS PARTICULARES

CONTEXTO URBANO

ESCALA 1:5000



4.1.2 VIDA URBANA

Como abordado no início deste capítulo, um simples passeio no bairro e a observação da paisagem, mesmo das que geralmente passam despercebidas com alguma desatenção, são importantes para entender as interações entre o ser humano e o espaço que o envolve. Gordon Cullen, no livro **Paisagem Urbana**, debruça-se em estudar os efeitos visuais da paisagem, bem como dos modos e tipos de apropriação, partindo de um trajeto pelo território e da compreensão do observador. Para Cullen (1971), a apropriação se estabelece de diversas maneiras e não segue regras, uma vez que as pessoas fazem coisas que lhes são convenientes, em momentos e motivos próprios. Porém, há traços em comum que podem ser analisados e percebidos durante a “visão serial”.

Segundo o autor, a apropriação pode ser *estática*, marcada pela permanência e reunião de pessoas. Pode ser pelo *movimento*, expressa na diferenciação de espaços geralmente pedonais. Pode ser também pela *contemplação* da paisagem, ou mesmo uma mistura destes tipos (*viscosidade*). Cullen (1971) aponta ainda a presença de espaços delimitados que convidam à permanência, caracterizados pela suavização de percepções, pela agradabilidade, pelo conforto, apresentados em dois espaços: os *enclaves* e os *recintos*. Na verdade, existem ainda mais espaços ou formas que o autor apresenta enquanto indicadores de apropriação, como o *ponto focal* e *unidades urbanas*. Contudo decidiu-se utilizar apenas os recintos e enclaves como espaços de apropriação porque o ponto focal apresenta-se enquanto efeito visual também, além das unidades urbanas se inserir na escala da cidade.

Foram realizados dois trajetos, um no dia 20/11/2019 (pela tarde) e o outro no dia 05/12/2019 (durante a manhã), onde verificou-se a presença de recintos e a não-existência de enclaves. Os enclaves são espaços que misturam relações entre interno e externo, geralmente apresentando um elemento físico que permite a conexão entre as duas partes. Já os recintos são áreas de amortização e de transição entre o fluxo motorizado e o fluxo pedonal, são áreas que possibilitam a predominância do pedestre bem como a permanência no lugar levando ao relaxamento ou ao lazer. Trazendo a este objeto de estudo, foram encontradas geralmente em praças, espaços arborizados ou vias de tráfego leve.

O fato de a rua ser um espaço compartilhado entre pedestre e automóvel, e o fato de muitas ruas servirem apenas a nível local, proporcionam o entendimento também sobre o *recinto*, reforçando então às descrições dos capítulos anteriores onde

a apropriação e a vida urbana aconteciam nas ruas. Com isso, temos o exemplo de pessoas e seus vizinhos que conversam e sentam-se em suas portas ao fim de tarde, e crianças que brincam na rua, principalmente nos fins de semana, ou dos bares e comércios locais que mantêm sempre um movimento constante.

Essas formas de apropriação e uso dos espaços são movidas a partir da relação com as atividades humanas, estando diretamente ligados com elementos de apropriação, que é tudo aquilo que faz essas pessoas usarem um determinado espaço público por um período de tempo maior. A partir desse entendimento, tem-se 4 itens que funcionam como pontos de atração e de apropriação ao longo da área-estudo: **a.** as pessoas são atraídas pelo comércio, serviços, por fins culturais e/ou pelo acesso a edifícios institucionais, como museus; **b.** por atividades culturais que acontecem de forma esporádica, em períodos específicos e com data “fixa”, tendo a utilização dos espaços seguindo manifestações culturais, religiosas e festas populares como o Carnaval e o São João; **c.** por condições de conforto e agradabilidade, geralmente em ruas sombreadas e/ou ventiladas, bem como da presença de arborização e de espaços convidativos à permanência; e **d.** pelos recintos, que já são espaços de recolhimento e de intimidade, mas também de lazer.

A percepção da paisagem e compreensão do espaço estabelece-se por meio dos sentidos, sendo a visão o primeiro que permite esse contato. Retoma-se então às teorias de Cullen (1971) que define efeitos de perspectiva a partir da configuração da cidade implantada em um sítio geográfico, sua relação com a paisagem natural e os diversos cenários encontrados pelo observador durante seu trajeto. Lembrando que os efeitos visuais não estabelecem condições de apropriação. São ferramentas para o entendimento do funcionamento das apropriações, e até auxiliam em planos de paisagem e no entendimento de algumas relações usuário-construção. A partir da exploração no bairro foi possível estabelecer doze tipos de efeitos visuais, enquadrados em três categorias: *barreiras visuais*, *amplitude e conforto*. As **barreiras visuais** bloqueiam a compreensão do que virá, levando a uma surpresa de paisagem. Efeitos desse tipo não convidam à permanência justamente pela pouca abrangência de espaço, implicando no pouco conhecimento da área. A **amplitude** já não cria a sensação de surpresa, pois permite contemplar uma vastidão e assim ter um entendimento do todo. A categoria de **conforto** abrange efeitos visuais que possibilitam abrigo do sol e chuva, permitindo ventilação, e assim, possibilitando condições confortáveis de permanência no espaço público.

A partir desta categorização em três situações, os doze efeitos se dividem da seguinte forma: **Barreira Visual** – Desníveis, Edifício-barreira, Truncagem, Perspectiva Velada, Aqui e Além; **Amplitude** – Silhueta, Deflexão, Ponto Focal, Pontuação, Além, Saliências e Reentrâncias, Delimitação; **Conforto** – Edifício-barreira, Perspectiva Velada, Ponto Focal. Nota-se a repetição de efeitos na categoria de conforto, permitida pelas configurações arquitetônicas ou paisagísticas dos locais verificados. Abaixo, a descrição dos doze efeitos e onde ele pode ser encontrado, seguido de imagens de exemplificação.

O efeito de *desnível* promove dois tipos de sensação: o “subir” implica sentimentos de euforia e passa a ideia de superioridade, porém é um rumo ao desconhecido, da descoberta; o “descer” promove a inferioridade, intimidade ou claustrofobia, explicado pela sensação de conhecimento, percebendo toda a paisagem ao alcance dos olhos. O traçado em malha, respeitando a topografia do sítio, promove ambos efeitos, às vezes na mesma rua, como verificados em diversos exemplos compilados na Figura 28.

O efeito de *edifício-barreira* apresenta-se em uma rua curva, destacando o último edifício visível, que “bloqueia” a passagem, funcionando como um “elemento de pontuação ou de delimitação” (CULLEN, 1971, p.32). A presença deste tipo de efeito aponta a presença humana no assentamento da rua, percebido no contexto histórico de incorporação dos caminhos realizados pelos moradores e definição enquanto rua. Com isso, a Rua das Crioulas, Rua São Pantaleão, Rua Santiago e a Rua Lúcio Mendonça (Madre Deus) apresentam edifícios-barreira, seja à frente ou no percurso contrário.

Truncagem é um efeito que ocorre quando um edifício “corta” a perspectiva, impedindo a compreensão do todo e marcando uma ruptura visual entre o primeiro e o segundo plano. A leitura torna-se “errônea”, já que o entendimento dos planos se torna mais bidimensional. São poucos os casos onde este efeito acontece, pois, a justaposição de cenários não é tão frequente visualizado na rua, podendo coincidir com outros efeitos parecidos.

O efeito de *silhueta* ocorre da percepção da skyline, com as construções que perfuram, entrelaçam ou delimitam uma separação de seus volumes, criando uma dinâmica com o corpo celeste. A presença dos edifícios de alto gabarito e principalmente as torres sineiras das igrejas estabelecem essa dança de volumes entre terra e céu.

A *deflexão* acontece ao perceber um edifício ao fim de uma rua, criando uma expectativa do espaço que será descoberto em breve. O edifício estimula esse descobrimento, ao introduzir e insinuar o que pode ser encontrado ao acessar este novo espaço. Esta percepção quase sempre ocorre quando um edifício se situa contra a ortogonalidade de um traçado. O supermercado Mateus marca o efeito de deflexão nas ruas Antônio Rayol e Rua de Santiago, dado o tamanho de uma construção de grande porte. É mais frequente na Madre Deus, com o traçado entrecruzado de suas ruas.

Sempre que um maciço verde impedir a compreensão total da perspectiva de uma rua ocorrerá o efeito de *perspectiva velada*. A vegetação convida a descoberta, escondendo uma arquitetura ou paisagem, e criando um efeito dramático e de surpresa. Por conta da escassez de arborização pública, concentrada em alguns poucos lugares, esse tipo de efeito é pouco encontrado e não permite a surpresa, a descoberta e a sensação de conforto da vegetação.

O *ponto focal*, segundo Cullen (1971), une elementos escultóricos ou arquitetônicos aos recintos, estabelecendo uma relação de apropriação do espaço com um signo que promove a convergência. Ele sinaliza ao transeunte que “é este o local que procuravam, pare. É aqui” (CULLEN, 1971, p. 28). Mais que um efeito visual, o ponto focal auxilia na identificação de marcos referenciais, a partir do enquadramento dos elementos construídos na paisagem.

Já *pontuação* ocorre quando um edifício que se apresenta pontuado na paisagem, onde além de se destacar, separa e ao mesmo tempo conecta as configurações de uma rua. O principal exemplo deste tipo de efeito está nas igrejas, que alteram uma conformação de traçado seja em direção ou largura, e enfatiza seu protagonismo no ambiente, como na Igreja de São Pantaleão e na Igreja de Nossa Senhora de Sant’Anna (não inserida na área-estudo, porém insere-se na compreensão do entorno).

O efeito de *além* apresenta-se pela percepção da paisagem mais longínqua, estando ao mesmo tempo perto e fora do alcance visual. Ela existe nos espaços de contemplação, em campos abertos, ou qualquer outro lugar que permita a compreensão de um todo. O único exemplo deste efeito na área estudada é observado na Capela de São Pedro, cuja topografia elevada permite visualizar o que há além da Barragem do Bacanga, permitindo uma observação mais atenta.

O efeito de *aqui e além* acontecem de duas formas: o primeiro caso, quando se conhece o “aqui” e o “além”, a partir de outros efeitos visuais como pontuação, desnível, delimitação, etc. Estabelece-se então uma relação entre os planos de visão, o modo como o primeiro e o segundo plano destacam-se individualmente na compreensão da paisagem. Contudo, quando não se conhece o “além”, as sensações em meio ao desconhecido são outras. Cullen (1971) apresenta a sensação de **expectativa**, que incita o observador a chegar até o final de uma rua; a sensação de **mistério**, estabelecido por alterações formais, sombras ou até mesmo passagens "secretas"; e por fim, a sensação de **infinito**, entendida enquanto uma relação de interpretação pessoal e do modo como construção e céu proporcionam um infinito na percepção do indivíduo.

O efeito de *saliências e reentrâncias* acontece ao transitar em uma rua e perceber as diferenças na disposição construtiva podendo avançar ou recuar, estreitar ou alongar, rebaixar ou elevar, criando uma dinâmica visual que permite uma observação mais apurada, levando a um caminhar mais lento. O fato de a área-estudo concentrar funções residenciais e comerciais, implantadas em uma topografia irregular, promove esse tipo de sensação. Ainda que as edificações estejam alinhadas, as diferenças e especificidades de cada uma delas, somadas à implantação no solo, colabora nessa percepção.

Por fim, o efeito de *delimitação* ocorre quando, ao entrar em um recinto ou em uma rua, um edifício pontual estreita a passagem fazendo com que haja uma observação maior, seja do edifício ou do estreitamento, porém não impedindo o andamento do percurso uma vez que a saída desse estreitamento pode ser verificada. Os casos onde este efeito acontece estão em ruas fechadas por ambulantes, onde há percepção da saída mesmo com a obstrução da passagem e no largo em frente ao Hospital do Câncer, que mesmo em um espaço delimitado pode se perceber as vias de acesso (saídas) para outros bairros.

As imagens obtidas durante o percurso foram concentradas ao final devido a problemas de diagramação, juntando texto e imagem. Haveria um problema sério de confusão da leitura, pois o ritmo entre esses dois elementos estaria comprometido.

Figura 28 - Ruas com efeito de desnível



Fonte: autoral (2019).

Figura 29 - Ruas com efeito de edifício-barreira



Fonte: autoral (2019).

Figura 30 - Ruas com efeito de truncagem



Fonte: autoral (2019).

Figura 31 - Ruas com efeito de silhueta



Fonte: autoral (2019).

Figura 32 - Ruas com efeito de deflexão



Fonte: autoral (2019).

Figura 33 - Ruas com efeito de perspectiva velada



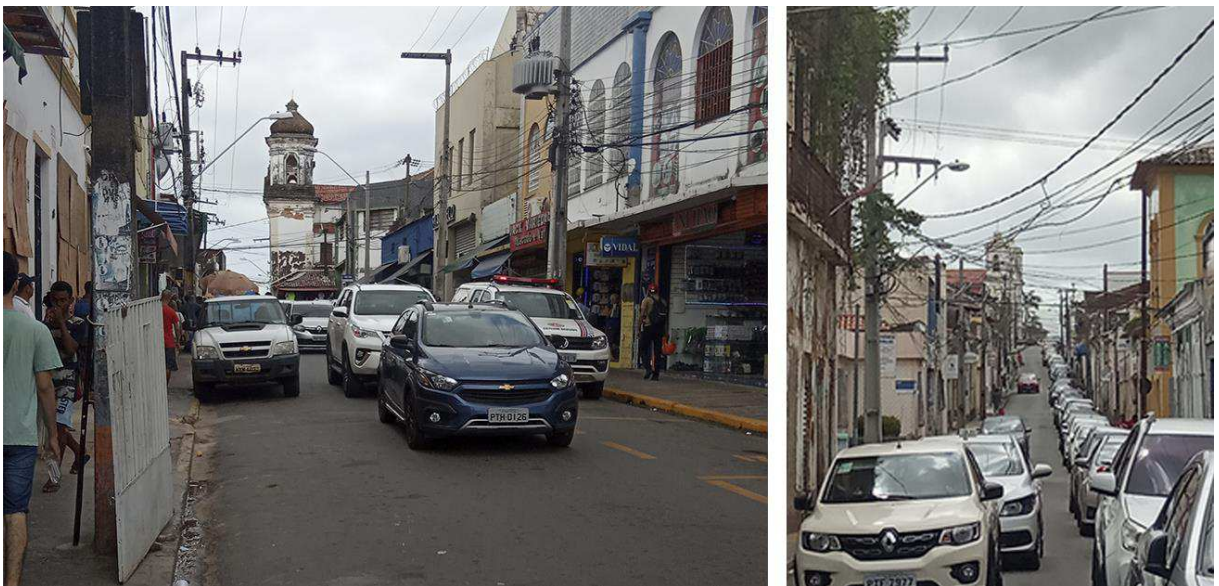
Fonte: autoral (2019).

Figura 34 - Ruas e monumentos com efeito de ponto focal



Fonte: autoral (2019).

Figura 35 - Ruas com efeito de pontuação



Fonte: autoral (2019).

Figura 36 - Efeito de além



Fonte: autoral (2019).

Figura 37 - Ruas com efeito aqui e além



Fonte: autoral (2019).

Figura 38 - Ruas com efeito saliências e reentrâncias



Fonte: autoral (2019).

Figura 39 - Ruas com efeito de delimitação



Fonte: autoral (2019).

LEGENDA

USOS GERAIS

- COMÉRCIO INTENSO
- COMÉRCIO BRANDO
- SERVIÇO
- HABITACIONAL INTENSO
- HABITACIONAL BRANDO
- INSTITUCIONAL
- LAZER/PÚBLICO

EFEITOS VISUAIS

- BARREIRAS VISUAIS
- AMPLITUDE
- CONFORTÁVEL

- EDIFÍCIOS REFERENCIAIS
TAMANHO, HISTÓRIA, ARQUITETURA

TRÂNSITO

- VIAS SERVIDAS DE TRANSPORTE PÚBLICO
- VIAS PEDONAIS

PONTOS DE ATRAÇÃO/PERMANÊNCIA

- COMÉRCIO /SERVIÇO/CULTURAL
- EVENTOS ESPORÁDICOS
- CONDIÇÕES NATURAIS FAVORÁVEIS

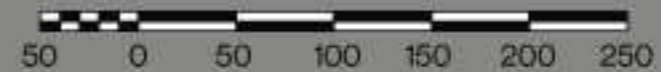
ELEMENTOS DE APROPRIAÇÃO

- RECINTOS



VIDA URBANA

ESCALA 1:5000



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do povo preto no território de São Luís, mais especificamente nos bairros de São Pantaleão e Madre Deus, não trouxe apenas um legado cultural como costuma-se pensar. É mais sensato imaginar no apagamento histórico da produção do espaço urbano e na ressignificação dos espaços enquanto uma iniciativa do Estado, retirando ou escolhendo as contribuições históricas, arquitetônicas e urbanas da população preta e parda. Entender este ponto de vista é essencial na busca de diretrizes, programas e planejamentos que busquem trazer esse legado patrimonial à tona. A contribuição desta população não pode permanecer subjugada e desconhecida enquanto a produção das elites é reconhecida e celebrada.

Com este trabalho, buscou-se entender como os bairros citados surgiram, desde o século XVIII seguindo inicialmente a ocupação por marcos construtivos, como igrejas e fontes. O papel de controle administrativo, político e religioso da Igreja expressava-se na divisão das freguesias, marcando no território o poder da instituição que promovia até o adensamento urbano no início do século XIX. A transição para a importância da propriedade privada, do valor da terra, assim como da produção econômica, atraía grupos sociais marginalizados, em sua maioria pretos e pardos livres ocupando áreas pouco visadas pelas elites, onde lentamente se apresenta a laicização do território (diminuição do poder religioso), estabelecendo então a relação enquanto um território negro. É entender que esses grupos sociais fixaram-se e adaptaram-se em um lugar ainda pouco explorado, e desenhando uma nova configuração urbana diferente da produzida pela Câmara, mesmo que esta instituição tenha “corrigido” o traçado na busca da padronização de um plano do século XVII. É entender também que a resistência de práticas e modos de apropriação dos espaços públicos, inclusive na contemporaneidade, insere-se em um ponto importante do patrimônio imaterial do lugar, uma vez que lhes foram negados espaços verdes e de lazer.

Outro ponto está na compreensão da configuração urbana, seja em mapas ou ao fazer percursos *in loco*. O entendimento do “porquê ser assim” no bairro de São Pantaleão, diferente da Madre Deus e até mesmo da Praia Grande, é respondido pela fundamentação histórica e teórica. Essa diferença de cenários, apresentada por exemplo, nos modos de ocupação regrados pela Câmara (Praia Grande), que já apresentava sinais de especulação, grilagem, e uma priorização em pessoas de status social elevado; ou na ocupação próxima de quintas e de fábricas na São Pantaleão; e

na fragmentação e perda de função do Matadouro e a proximidade de fábricas, originando um bairro operário na Madre Deus, apresenta a importância do contexto histórico que introduzem e levam ao entendimento de sua origem. Não tanto ao fator econômico, pois percebe-se que alterações formais e de ocupação ocorrem mesmo em período de crise.

Estudar estes dois bairros permitiu conhecer a presença de espaços “escondidos” como a ocupação espontânea no entorno da Fonte do Bispo, e a presença de alterações na arquitetura de muitas casas, uma vez que o nível de influência e fiscalização dos órgãos de proteção é bem baixo, o que promove a autoconstrução na região central. A percepção da paisagem e dos efeitos visuais ajudaram a entender por que e como as pessoas utilizam os espaços públicos, existindo por meio de eventos esporádicos, comércios locais, sensações térmicas agradáveis (estar à sombra, por exemplo) e por iniciativas individuais, como o ato de sentar e conversar na calçada com alguns vizinhos, por mais abstrata que essa descrição seja a fim de contempla-la no mapa.

Há ainda, elementos de remanescência. Aquilo que resiste à passagem do tempo e que, pela falta de conhecimento, acaba passando por total indiferença. Geralmente se apresenta enquanto uso, edificação ou práticas que se sobreviveram ao longo tempo. Temos como exemplo centros culturais, onde mesmo não sendo centenários, perpetuam a cultura negra (capoeira, bumba meu boi, etc); a Casa de Nagô e a Casa das Minas, apresentando particularidades construtivas voltado ao sagrado e sendo resistência da religiosidade afro-brasileira na contemporaneidade; e a Fonte das Pedras, mesmo não possuindo uma construção do século XIX que a indique enquanto um marco, é um importante ponto para visitantes e refúgio para os moradores vizinhos e se estabelece enquanto um ponto histórico que resiste às transformações urbanas.

Antes de tudo, é importante salientar que este trabalho ainda requer mais estudos. Pelo prazo curto para defesa, não foi possível estudar mais à fundo o território negro em sua totalidade. Um ponto importante que pode ser trazido à discussão, e serve enquanto autocrítica deste trabalho, está na ausência de bibliografia negra, que só viria a enriquecer ainda mais este trabalho. Trazendo um ponto de vista totalmente distinto das teorias europeias brancas. Como pode um trabalho que se debruça a estudar território negro sem um intelectual negro(a)?

Ainda, acrescenta-se a essa autocrítica, os poucos percursos não contemplam a área-estudo por completo, tendo o compilado de informações obtidas nos mapas a abrangência de alguns dados encontrados. Com isso, é preciso uma verdadeira imersão no espaço, incorporando, principalmente, a narrativa de seus moradores, alinhando suas histórias à compreensão histórica do lugar e assim, entrelaçando roteiros e percepções. Aperfeiçoando essa relação da pessoa preta com um território formado por seus antepassados.

E, por fim, principalmente no estabelecimento de mais conexões e contribuições negras no território. Essa relação, inclusive, precisa estar mais evidente, enfatizando o corpo negro no espaço e seu patrimônio material e imaterial enquanto participante da produção de cidade e suas práticas. Entendendo que seu espaço produzido passa pela noção de quilombo urbano ainda no século XIX e na valorização da rua enquanto espaço também de permanência. Daí, soma-se a este entendimento de estar presente em centros culturais, templos religiosos, e outros percursos para legitimar as contribuições negras situadas na área-estudo, em momentos onde a vida urbana no território negro são mais evidentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cláudia. **Arquitetura Industrial e Espaço Urbano**. In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. *A Sedução das Ruínas: Arqueologia, Salvamento e Resgate*. 1ª. ed. São Luís: EDUFMA, 2015. 168p.

ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. **Síntese Cronológica da Cartografia no Brasil**. Revista Portal da Cartografia, Londrina, v.1, n.1, p. 93 - 110, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>. Acesso em: 20/11/2019.

AZEVEDO, Sérgio de. **VINTE E DOIS ANOS DE POLÍTICA HABITACIONAL POPULAR (1964-86): CRIAÇÃO, TRAJETÓRIA E EXTINÇÃO DO BNH**. Revista de Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, v. 22, n.4, p. 107-119, out./dez. de 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile%20/9391/8458>>. Acesso em: 23/11/2019.

BAIMA, Glória Maria Nina. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**/ Glória Maria Nina Baima, Ione Gomes Paiva, Betânia Lúcia Fontinele Lopes. – São Luís: EDUEMA, 2014.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. São Luís: EdUEMA, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

COSTA, Marcelo Lima. **Das chamas nasce um Anjo: a formação do bairro Anjo da Guarda, em São Luís do Maranhão no contexto do milagre econômico (1986-1980)**. In: VI Congresso Internacional de História: história e os desafios do século XXI: política, feminismos e performances de gênero. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2018. Anais Eletrônicos. Jataí: UFG, 2018. Disponível em: <<https://www.2018.congressohistoriajatai.org/site/anaiscomplementares2?AREA=5>>. Acesso em: 10/11/2019.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

D'ABBEVILLE, CLAUDE. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. Tradução de César Augusto Marques. São Luís: Tipografia do Frias, 1874. 456 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221724>>. Acesso em: 24/08/2019.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Prefeitura de São Luís/Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

FERREIRA, Ágatha; PFLUEGER, Grete; MOTA, Larissa de Miranda Teixeira; LEMOS, Mayara; SILVA, Rodrigo. **DO CENTRO DE SAÚDE DR. PAULO RAMOS AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE DUTRA: um breve recorte do moderno em São Luís/MA no século XX**. In: Seminário DOCOMOMO Brasil – Norte/Nordeste, 7., 2018, Manaus. Disponível em: <<https://7docomomomanaus.weebly.com/artigos.html>>. Acesso em: 23/11/2019.

FERRETI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa das Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2010.

IPHAN. **Cidades Históricas; inventário e pesquisa: São Luís**. Brasília: Edições do Senado Federal; Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e Decadência - Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão**. 2015. 181p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11052016-130154/pt-br.php>>. Acesso em: 05/08/2019.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Volume 2. 3 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos**. 2 ed. São Luís: Livraria Vozes, 2007.

LOPES, José Antônio Viana (Org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. 1 ed. bilíngue. Sevilla (Espanha): Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, v. 1. 448 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARANHÃO. Secretaria de Infraestrutura. **Com 117 anos, Escola Modelo é reinaugurada após primeira grande reforma de sua história**. 2017. Disponível em: <<https://sinfra.ma.gov.br/2017/09/06/com-117-anos-escola-modelo-e-reinaugurada-apos-primeira-grande-reforma-de-sua-historia/>>. Acesso em: 17/11/2019.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221726>>. Acesso em: 24/08/2019.

MARTINS, José Ribamar. **Antiga e saudosa São Luís: uma viagem ao passado.** São Luís: UniCEUMA, 2010.

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de. **Toponímia.** In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. *A Sedução das Ruínas: Arqueologia, Salvamento e Resgate.* 1ª. ed. São Luís: EDUFMA, 2015. 168p.

MENDES, Sylvânio Aguiar. **ENTRE BURROS E EMPURRÕES: uma história dos bondes elétricos em São Luís (1924-1966).** 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana: A cidade na era da globalização.** Tradução: Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **A tipologia dos traçados urbanos como indicador de poderes concentrados ou dispersos.** Revista de Morfologia Urbana – Revista da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. vol. 5. Número 1. p.27-29, 2017. Disponível em: < http://www.fumec.br/files/8515/0220/1752/RMU_5.1_1_1.pdf>. Acesso em: 21/08/2019.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão.** São Luís: Editora Legenda, 1989. 261 p.

MORRISON, Alen. **The Tramways (and other railways) of São Luís, Maranhão state, Brazil.** 2011. Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/sl/sl.html>>. Acesso em: 20/11/19.

MOTA, Antônia da Silva. **A atividade fabril em São Luís do Maranhão, século XVIII ao XX.** In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. *A Sedução das Ruínas: Arqueologia, Salvamento e Resgate.* 1ª. ed. São Luís: EDUFMA, 2015. 168p.

_____. **Os alforriados forjam um traçado diferenciado para a periferia de São Luís acionando o direito de posse.** In: FILHO, Alan Kardec Gomes Pachêco; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (Orgs.). São Luís 400 anos. (Con)tradições de uma cidade histórica. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014. p. 25-44.

MOTA, Antônia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no Século XVIII: a construção do espaço urbano sob a lei das sesmarias.** São Luís, Edições FUNC, 1998.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana.** Tradução: Francisco Leitão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEDRO, Livia Carvalho. **História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11372>>. Acesso em: 12/10/2019.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **São Luís: uma urbs transcolonial.** In: FILHO, Alan Kardec Gomes Pachêco; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (Orgs.). São Luís 400 anos. (Con)tradições de uma cidade histórica. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014. p. 129-152.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. **PLANO PAISAGÍSTICO NO RIO BACANGA: Resgate das relações espaciais entre a cidade e o rio – São Luís-MA.** 2006. Trabalho de Conclusão do Programa de Capacitação de Professores de Arquitetura Paisagística (Especialização em Arquitetura Paisagística) – Fundação para Pesquisa Ambiental – FUPAM, São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/21052018112638TFG%20PARQUE.pdf>>. Acesso em: 15/11/2019.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; ARAÚJO, Leonor Franco de; ENOQUE, Alessandro Gomes (Orgs.). **Meu povo de fé: olhares sobre a religiosidade popular no Brasil.** Ituiutaba: Ed. Barlavento, 2018. 570p.

RAMOS, Albani. São Luís, **1908 * 2008 – A cidade no tempo** /Fotos de Albani Ramos / Gaudência Cunha; texto de Fortunato Zago. – São Luís: Instituto da Cidade, 2008. 72 p.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros na cidade brasileira (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)**. In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, n. 17. Universidade Cândido Mendes, 1989. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/>>. Acesso em: 14/08/2019.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Alessandra Vieira da. **Estudo de Morfologia Urbana no Triângulo Histórico de São Paulo**. 2017. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/alearq.urban/docs/tfg_-_morfologia_urbana_issuu>. Acesso em: 21/08/2019.

SILVA, Gabriela Melo. **Traços Desejantes da Cidades: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em:<<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/807>>. Acesso em: 24/08/2019.

SILVA, Gisélia Castro. **CULTURA POPULAR E PODER POLÍTICO NO MARANHÃO: Contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/818>>. Acesso em: 23/11/2019.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. **Os estilhaços: debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão**. Revista Outros Tempos, volume 04, n. 04, p.111-134, 2007. Disponível em: <

https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/414>. Acesso em: 17/11/2019.

ZENKNER, Thais. **São Luís no século XIX: Uma capital em construção**. In: NETO, José Bello Salgado; PFLUEGER, Grete Soares (Orgs.). Aspectos Urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar. São Luís: EdUEMA, 2012.